

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

LUCIANA SILVEIRA

**REVENDO HISTÓRIAS, QUEBRANDO O SILÊNCIO: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DA VELHICE NOS RELATOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA, VITÓRIA – ES (2010 – 2020)**

VITÓRIA

2021

LUCIANA SILVEIRA

**REVENDO HISTÓRIAS, QUEBRANDO O SILÊNCIO: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DA VELHICE NOS RELATOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA, VITÓRIA – ES (2010 – 2020)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Beatriz Nader.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S587r Silveira, Luciana, 1987-
Revedo histórias, quebrando o silêncio: : representações sociais da velhice nos relatos de mulheres em situação de violência, Vitória - ES (2010 – 2020) / Luciana Silveira. - 2021. 181 f. : il.

Orientadora: Maria Beatriz Nader.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Mulheres. 2. Envelhecimento. 3. Representações sociais. 4. Violência contra as mulheres. 5. História Oral. I. Nader, Maria Beatriz. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

LUCIANA SILVEIRA

**REVENDO HISTÓRIAS, QUEBRANDO O SILÊNCIO: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DA VELHICE NOS RELATOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA, VITÓRIA – ES (2010 – 2020)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 21 de setembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Dadalto
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a. Mirela Marin Morgante
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a. Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a. Lidia Maria Vianna Possas
Universidade Estadual Paulista

A Laura, Cecília, Heloisa, Penha e Maria, pelo privilégio de nossos encontros e por me permitirem compartilhar suas histórias.

A Igreja diz: o corpo é uma culpa.

A ciência diz: o corpo é uma máquina.

A publicidade diz: o corpo é um negócio.

O corpo diz: eu sou uma festa.

Eduardo Galeano (2017)

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese em meio a uma pandemia, sendo professora da Rede Pública Estadual do Espírito Santo e convivendo com todas as implicações socioemocionais daí decorrentes, se mostrou uma tarefa que muitas vezes achei que não fosse capaz de concluir. Reconhecer minhas inseguranças e limitações, me apegar ao propósito deste trabalho e me cercar de pessoas queridas e competentes foi fundamental para que eu transpusesse todas essas dificuldades e chegasse até aqui. Não poderia deixar de agradecer a essas pessoas.

Primeiramente, gostaria de agradecer às mulheres que aceitaram participar da pesquisa, que confiaram em mim e no meu trabalho e que, em diversas ocasiões, chegaram a abrir suas casas para mim. Espero ter feito jus as suas histórias, à força que demonstraram no decorrer de suas vidas e ao comprometimento que assumiram com as entrevistas, ao dividirem comigo situações tão sensíveis e complexas de serem confidenciais a outras pessoas. Meu profundo respeito e admiração.

Agradeço imensamente à professora Maria Beatriz Nader, minha orientadora, que desde a graduação vem sendo referência de intelectual e defensora incansável dos estudos de gênero na universidade e fora dela. Obrigada por todo afeto e conhecimento investido no meu percurso acadêmico, pelo olhar criterioso e pelo estímulo constante ao longo da pesquisa e da redação da tese, pela oportunidade de participar na organização de eventos, pela parceria na escrita dos trabalhos publicados em anais de congressos e dos capítulos de livros.

Agradeço à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória e à Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade (GMC) que viabilizaram a pesquisa nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), bem como às coordenadoras e às equipes dos Creas de Vitória por me auxiliarem na seleção das entrevistadas e por me fornecerem informações necessárias à pesquisa.

Sou grata à professora Maria Cristina Dadalto, de quem fui aluna na disciplina Memória e História Oral, e que, a partir das leituras e discussões propostas, contribuiu em grande medida para a condução e análise das entrevistas. Agradeço às professoras Maria Cristina Dadalto e Gilsa Helena Barcellos, que participaram da banca de qualificação e que, junto com as professoras Mirela Marin Morgante e Lidia Maria Vianna Possas, aceitaram também compor a banca de defesa da tese. Agradeço às duas bancas pela leitura cuidadosa e pelas sugestões que me auxiliaram no aprimoramento do trabalho.

Agradeço aos secretários, coordenadores, professores e representantes discentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), que conduzem com maestria o trabalho em sala de aula e estão sempre dispostos a auxiliar com as contingências da vida acadêmica. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante os quatro anos do curso, essencial para o desenvolvimento da pesquisa e a publicização dos seus resultados.

Agradeço aos integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (Legpv) da Ufes, coordenado pelo professora Maria Beatriz Nader, em especial, Mirela Marin Morgante, Alex Silva Ferrari, Ayala Pelegrini, Stella Mergár e João José Sana, parceiros de pesquisa e de escrita em tantos trabalhos acadêmicos e com quem pude compartilhar os desafios da pós-graduação. À Wendy Xavier por me auxiliar na transcrição das entrevistas. À Rafaella Machado e Anaximandro Amorim pela tradução do resumo para o inglês e o francês. Agradeço à Monica Arrevabeni, que, com sua inteligência e sensibilidade, contribuiu na revisão do texto.

Serei para sempre grata ao apoio e incentivo que recebi da minha mãe, Marlene de Almeida da Silveira, do meu padrasto, Gilberto Carlos da Silva, e do meu irmão, Octávio Gomes da Silveira Junior. Agradeço ao meu companheiro Marcelo Arrevabeni, por tornar as condições as melhores possíveis para que eu me concentrasse na pesquisa e na escrita da tese, por me confortar e por me animar, sempre que eu precisei. Agradeço à Penha Arrevabeni, por se fazer presente através das lembranças carinhosas e das orações, sempre torcendo e vibrando por mim. Agradeço à família que escolhi, Ákilla Lonardelli, Bruno Reis,

Helmar Spamer e Tatiana Rosa, amigos que sempre estão dispostos a me ouvir e a me oferecer palavras de encorajamento. Agradeço aos amigos que fiz na graduação em História da Ufes, Francesco Suanno, Fabio Paiva Reis e Carolina Soares, profissionais admiráveis, que me inspiram e sempre estimularam o meu trabalho. Agradeço à diretora da EEEFM Frederico Pretti, Simone Zamprogno, aos colegas de docência, aos demais funcionários e aos meus alunos, por compreenderem as minhas ausências e reforçarem em mim a crença no poder transformador da educação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as experiências de mulheres com o processo de envelhecimento e a violência, a partir dos relatos das usuárias dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Toma-se o envelhecimento como um processo biológico e psicossocial, sobre o qual incide as condições de gênero, raça e classe. Ou seja, o ritmo e o impacto das transformações que são próprias do avançar da idade são percebidos e vivenciados de modo diferente pelos sujeitos em envelhecimento, tanto entre homens e mulheres, como entre mulheres de diferentes contextos. Além disso, considera-se que a velhice, enquanto uma categoria de idade, é também histórica e social, pois assumiu ao longo do tempo múltiplas representações. No final do século XIX, aparece associada à velhice desamparada e asilada dos velhos pobres que não possuíam mais condições de contribuir com o sistema produtivo, nem de se manter financeiramente. Por outro lado, a partir da década de 1980, viu-se emergir uma noção de envelhecimento ativo, ligada a um “estado de espírito”, que tende a colocar os sujeitos na posição de responsáveis pelo seu próprio processo de envelhecimento (DEBERT, 2004). Longe de significar uma profunda modificação na situação dos idosos em nossa sociedade, argumenta-se que essas representações, ora depreciativas, ora positivas do envelhecimento, coexistem e contribuem para a permanência de uma vulnerabilidade dos idosos à discriminação e à violência, especialmente das mulheres idosas. Essa assertiva tem como base a história de vitimização das mulheres pela violência de gênero, que se estende durante todas as etapas da vida, inclusive a velhice. Pretende-se, portanto, a partir da História Oral de Vida, compreender os diferentes contextos, as motivações envolvidas e as percepções sobre as situações de violência que levam essas mulheres a romperem o silêncio e a buscarem o atendimento nos serviços especializados. Além de identificar os possíveis impactos das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as pessoas idosas na cidade de Vitória- ES nos anos de 2010 a 2020.

Palavras-chave: mulheres; envelhecimento; violência; gênero; História Oral.

ABSTRACT

This work aims to analyze the experiences of women with the aging process and violence, based on the reports of users of the Specialized Reference Centers for Social Assistance (Creas) in the city of Vitória, capital of the state of Espírito Santo. Aging is seen as a biological and psychosocial process, which affects the conditions of gender, race and class. That is, the pace and impact of the transformations that are characteristic of advancing age are perceived and experienced differently by aging subjects, both between men and women, and between women from different contexts. Furthermore, it is considered that old age, as an age category, is also historical and social, as it has taken on multiple representations over time. At the end of the 19th century, it appears associated with the destitute and sheltered old age of the old poor who were no longer able to contribute to the productive system, nor to maintain themselves financially. On the other hand, from the 1980s onwards, a notion of active aging emerged, linked to a “state of mind”, which tends to place subjects in the position of responsible for their own aging process (DEBERT, 2004). Far from signifying a profound change in the situation of the elderly in our society, it is argued that these sometimes derogatory, sometimes positive representations of aging coexist and contribute to the continued vulnerability of the elderly to discrimination and violence, especially of elderly women. This assertion is based on the history of women victimization by gender violence, which extends throughout all stages of life, including old age. It is intended, therefore, from the Oral History of Life, to understand the different contexts, the motivations involved and the perceptions about situations of violence that lead these women to break the silence and seek care in specialized services. In addition to identifying the possible impacts of public policies to combat violence against the elderly in the city of Vitória-ES in the years 2010 to 2020.

Keywords: women; aging; violence; gender; Oral History.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'analyser les expériences de femmes avec le processus de vieillissement et la violence, grâce à des récits des utilisatrices des Centres de Références Spécialisés de l'Assistance Sociale (Creas) de la ville de Vitória, capitale de l'état de l'Espírito Santo. On voit le vieillissement comme un processus biologique et psychosocial, sur lequel ont lieu les conditions de genre, race et classe. C'est-à-dire, le rythme et l'impact des transformations du progrès spécifique de l'âge sont compris et vécus de façon différente par les sujets en vieillissement, soit les hommes, soit les femmes, comme entre des femmes dans différents contextes. En plus de cela, on considère que la vieillesse, en tant qu'une catégorie d'âge, est aussi historique et sociale, car elle a pris beaucoup de représentations au fil du temps. À la fin du XIXème siècle, elle est associée à la vieillesse abandonnée et asilée des vieux pauvres sans condition ni de contribuer au système productif, ni de se maintenir financièrement. Par autre côté, à partir des années 80, on voit apparaître une notion de vieillissement actif, liée à un "état d'esprit", qui tient à mettre les sujets âgés comme responsables de leur propre processus de vieillissement (DEBERT, 2004). Loin de signifier un profond changement dans la situation des âgés dans notre société, on argumente que ces représentations, or dépréciatives, or positives du vieillissement coexistent et contribuent par la permanence d'une vulnérabilité des âgés à la discrimination et à la violence, surtout des femmes âgées. Cette affirmation a pour base une histoire de la victimisation des femmes par la violence de genre, tout en s'étendant durant toutes les étapes de la vie, y compris la vieillesse. On veut, donc, à partir de l'Histoire orale de vie, comprendre les différents contextes, les motivations impliquées et les perceptions sur les situations de violence qui mènent à ces femmes à rompre le silence et à chercher des services spécialisés. En plus d'identifier les possibles impacts des politiques publiques pour faire face à la violence contre les personnes âgées dans la ville de Vitória-ES dans les années 2010 - 2020.

Mots-clés: femmes; vieillissement; violence; genre; Histoire orale.

LISTA DE SIGLAS

CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensão

CCTI – Centros de Convivência para a Terceira Idade

COMID – Conselho Municipal do Idoso

CRAI – Centro de Referência de Atendimento ao Idoso

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DAPPI – Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

EI – Estatuto do Idoso

GMC – Gerência de Proteção de Média Complexidade

IAPMs – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

IAPs – Instituto de Aposentadoria e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

LA – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

NISPI – Núcleo de Integração Social para Pessoas Idosas

NUCAVI – Núcleo Contra a Violência ao Idoso

NUPATI – Núcleo de Proteção e Atendimento à Terceira Idade

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNI – Política Nacional do Idoso

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SEAD – Serviço Especializado de Atenção Socioassistencial em Domicílio

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DA PESQUISA E HISTÓRIAS DE VIDA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	30
1.1 O CAMPO DE TRABALHO, A ESCOLHA DAS PARTICIPANTES E O PERCURSO DAS ENTREVISTAS.....	30
1.2 MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA.....	42
1.3 FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CASAMENTO E TRABALHO.....	63
CAPÍTULO 2: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VELHICE NOS RELATOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	80
2.1 A VELHICE COMO UMA CATEGORIA SOCIAL: DESVENDANDO SEUS SIGNIFICADOS NA HISTÓRIA.....	83
2.2 A VELHICE EM FAMÍLIA SOB UMA PERSPECTIVA GERACIONAL.....	99
2.3 O ENVELHECIMENTO FEMININO EM UMA PERSPECTIVA FEMINISTA.....	104
CAPÍTULO 3: SIGNIFICADOS SOCIAIS E SUBJETIVOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DISCUTINDO DENÚNCIAS E SILENCIAMENTOS	126
3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES IDOSAS EM VITÓRIA - ES.....	129
3.2 A VIOLÊNCIA NOS RELATOS DAS MULHERES IDOSAS.....	134
3.3 MARCOS LEGAIS E REDE DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155

REFERÊNCIAS.....162

APÊNDICES.....170

INTRODUÇÃO

Mulheres, velhice e violência. Os três elementos que se entrelaçam no título deste trabalho têm em comum o fato de estarem envoltos historicamente em processos de silenciamento. A história das mulheres e a experiência feminina foram de tal forma condicionadas ao silenciamento que Michelle Perrot dedicou um livro e parte de diversas outras obras a esse tema¹. Em *As mulheres ou os silêncios da história*, a historiadora francesa afirma que esse silenciamento se impôs em diferentes aspectos da vida das mulheres. Durante muito tempo, às mulheres foi negado o direito à fala e às palavras escritas; seus gestos, expressões e corpo foram submetidos ao apagamento, sendo cobertos e escondidos; suas memórias foram destruídas ou sequer chegaram a ser consideradas e registradas. O silenciamento também se impôs às mulheres nos espaços público e privado, da casa, da igreja e das assembleias políticas, e foi reforçado pela família, religiões, sistemas políticos e manuais de comportamento. A própria disciplina histórica, de acordo com Perrot, “esqueceu” as mulheres, como se elas estivessem fora dos acontecimentos e do tempo.

A invisibilidade da velhice foi igualmente denunciada por Simone de Beauvoir, que declarou ter escrito o livro *A velhice* “para quebrar a conspiração do silêncio”². De acordo com Beauvoir, na França da década de 1970, quando a primeira edição da obra foi publicada, a velhice era considerada um assunto proibido, triste e vergonhoso. Isso porque “a classe dominante adota a posição cômoda de não considerar os velhos como homens. Se lhes ouvíssemos a voz, seríamos obrigados a reconhecer que é uma voz humana”³. Nesse sentido, Beauvoir considera que a sociedade do consumo é não somente culpada, como criminosa, pois se esconde atrás da falácia da expansão e da prosperidade, relegando as pessoas de mais idade à condição de párias. Diante da velhice

¹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

² BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. P. 8.

³ BEAUVOIR, 1990, p. 8.

desumanizada, a solução que se apresenta é a transformação radical das relações humanas, começando pela urgente quebra do silêncio, da qual Beauvoir assume a dianteira:

eu forçarei os meus leitores a ouvir essa voz. Descreverei a situação que se reservou aos velhos e a maneira como eles a vivem; direi tudo aquilo que – desvirtuado pelas mentiras, pelos mitos, pelos clichês da cultura burguesa – se passa realmente em suas cabeças e em seus corações.

Ainda que, hoje, trabalhe-se em busca de outra visão, a realidade ainda se pauta na desvalorização e invisibilização dos idosos, colocados à margem da sociedade por serem entendidos, em um sistema capitalista e preconceituoso, como incapazes, inúteis e improdutivos.

Por fim, a violência, apesar de, por muitas vezes, gerar barulho, tumulto, gritos e lamentos – traz em si o peso das dores físicas e emocionais deixadas naqueles que dela são vítimas, peso este que, frequentemente, se transforma em recolhimento, trauma e silêncio. Sobre essa quietude dolorosa incide ainda a naturalização e a legitimação da violência, especialmente quando ela se manifesta no âmbito privado e nas relações afetivas. De acordo com Heleieth Saffioti⁴, “o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como elementos mais dominados-explorados”. Nesse sentido, o lar e a família, longe de representarem um porto seguro, onde os seus membros encontram naturalmente harmonia e proteção, seria marcado por tensões, conflitos, maus tratos e violências. A ideologia de defesa da família, considerada como uma instituição sagrada e indissolúvel,

chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios (as) filhos (as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas⁵.

⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, 13(4) 1999. P. 84. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/qKKQXTJ3kQm3D5QMTY5PQqw/?lang=pt>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

⁵ SAFFIOTI, 1999, p. 84.

Contribuindo, dessa forma, para a subnotificação dos casos e, por conseguinte, para a imprecisão dos dados estatísticos que não expressam a real dimensão do fenômeno da violência.

O silêncio se manifesta também na omissão e na convivência da sociedade em relação às situações de violência contra as mulheres. Não fossem esses entraves no combate à violência contra as mulheres nas relações conjugais, não haveria a necessidade dos estudos feministas e campanhas de conscientização continuarem insistindo na máxima de que “em briga de marido e mulher se mete a colher”, ao contrário do que diz o ditado popular.

A questão é que o silêncio incomoda o historiador, o qual trabalha, incessantemente, para esmiuçar, elucidar e compreender o que há nos silenciamentos dos sujeitos, dos acontecimentos e das entrelinhas das narrativas históricas. E foi esse incômodo, fomentado por uma sociedade machista, sexista e tecida em ageísmo⁶, que engatilharam esta pesquisa. Como historiadora feminista, fui instigada pela voz de mulheres idosas que decidiram quebrar seu silêncio e dar um passo importante para a modificação de sua condição de vítimas de violência buscando apoio nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. São elas: Laura (64 anos), Cecilia (81 anos), Heloisa (64 anos), Penha (63 anos) e Maria (70 anos)⁷.

A motivação para o estudo da violência contra as mulheres idosas, no entanto, começou em 2013, quando iniciei uma pesquisa de mestrado que investigou a violência contra mulheres idosas nos boletins de ocorrência da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi) de Vitória – ES, também

⁶ O termo ageísmo, do inglês *ageism*, segundo Couto, Novo e Soares (2009), foi utilizado pela primeira vez por Robert Butler, para se referir a qualquer tipo de intolerância em função da idade. Mais tarde, Palmore (2004) o definiu como forte preconceito e discriminação contra pessoas idosas. Após o racismo e o sexismo, o ageísmo, de acordo com Palmore (2004), seria o terceiro grande “ismo” das sociedades ocidentais. Mas ao contrário dos outros dois, qualquer pessoa está passível de ser atingido por ele ao longo da vida.

⁷ Como parte do compromisso firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice E), os nomes utilizados no trabalho são fictícios, tendo em vista resguardar a identidade das entrevistadas. O TCLE, bem como o projeto de pesquisa, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, Campus Goiabeiras (CEP/UFES/Campus Goiabeiras), sob o protocolo 4.777.892.

conhecida como Delegacia do Idoso. Essa pesquisa fez parte de um projeto de mapeamento da violência contra as mulheres na cidade de Vitória, desenvolvido pelo Laboratório de Estudo de Gênero, Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo (Legpv-Ufes) e coordenado pela professora Maria Beatriz Nader. O projeto de mapeamento contou com a participação de pesquisadores de iniciação científica, de mestrado e de doutorado, que se dedicaram à transcrição, sistematização e análise dos boletins de ocorrência da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a Deam. Os resultados foram publicados em forma de trabalhos em anais de eventos, artigos de periódicos, capítulos de livros e dissertações de mestrado⁸.

A pesquisa na Delegacia do Idoso teve como objetivo, portanto, ampliar o trabalho com as fontes policiais e a análise da violência de gênero, contemplando mulheres de outras faixas etárias e os diferentes contextos em que a violência ocorre. Na dissertação de mestrado⁹, defendida em 2015, a partir dos dados que caracterizavam as pessoas envolvidas nas denúncias, foi possível construir um perfil de vítimas e dos autores da violência, que incluiu idade, escolaridade, profissão, local de residência e tipo de vínculo entre eles. O histórico do fato, apresentado ao final dos boletins, serviu ainda de fonte para se compreender as formas de violência e as circunstâncias que configuram o contexto de violência, como, por exemplo, a presença do álcool e de outras drogas, a coabitação e a re-coabitação, a dependência financeira, as expectativas em relação aos papéis sociais de gênero e as relações entre as gerações.

⁸ Esses trabalhos estão disponíveis no site do Legpv-Ufes, dentre os quais, destaca-se: FERRARI, Alex Silva. **Patriarcado e violência**: desemprego masculino e reviravolta feminina nos papéis sociais de gênero. Vitória - ES (2002-2010). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7883_Disserta%E7%E3o%20formatada_Alex_revis%E3o_final.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021. MORGANTE, Mirela Marin. **“Se você não for minha, não será de mais ninguém”**: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7651_Total_2.%20FINALIZADO.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

⁹ SILVEIRA, Luciana. **Gênero, velhice e geração**: a violência familiar contra a mulher idosa em Vitória (ES), 2010-2012. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7644_Disserta%E7%E3o%20Luciana%20Silveira20150507-173115.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

A dissertação despertou o interesse para a questão da velhice e da velhice como um problema social na atualidade, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo. É um problema predominantemente feminino, uma vez que a expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens, fato que se traduz na expressão “feminização da velhice”. Além disso, a questão do envelhecimento atravessa a vida das mulheres não apenas quando se aproxima dos 60 anos (idade considerada oficialmente o marco para a entrada na velhice), mas desde a idade jovem, quando às mulheres é apresentada uma série de receitas e fórmulas para combater, mesmo que preventivamente, os “sinais da idade”, como as rugas, os cabelos brancos e a flacidez, ainda que esse não seja o seu modo de entender o seu processo de envelhecimento.

Do mesmo que a questão do envelhecimento, percebe-se a violência de gênero, que atinge as mulheres apenas pelo fato de serem mulheres, como um processo que perpassa as diferentes idades da vida, da infância à velhice. Esse processo se manifesta em diferentes contextos, seja na educação familiar, com os pais e irmãos, na relação com parceiros íntimos e demais pessoas próximas ou em sociedade. Durante toda a sua vida, as mulheres são alvo de discriminações e diversas formas de violência, que abrangem desde a ordem simbólica, como a dos discursos, até às manifestações físicas.

De maneira que falar em história de mulheres em situação de violência parece redundante, já que suas vivências são atravessadas por tentativas de controle, dominação e submissão, ou seja, a sensação é de que suas histórias são elas mesmas histórias de violência. Ao mesmo tempo, considerou-se importante não reduzir as vivências das entrevistadas às violências as quais foram/são submetidas, ainda que esse seja o foco da pesquisa, assim como não as atar à condição de vítimas. O desafio que se colocou foi o de apontar para as estruturas de opressão, sem promover um apagamento das estratégias de resistência empreendidas por essas mulheres, sejam as reações cotidianas, a denúncia nos órgãos competentes ou mesmo o fato de se abrirem para compartilhar suas experiências.

Nesse sentido, é preciso confessar que esta tese foi escrita a muitas lágrimas. Em diversas ocasiões, foi preciso ponderar se teria estrutura emocional para

suportar tamanho peso em cada depoimento, pois a voz dessas mulheres carrega dor, resistência e sobrevivência. Por muitas vezes foi inevitável transpor aquelas histórias para a minha vida cotidiana e, por isso, o modo como escolhi escrever este trabalho, através de uma escrita sensível e afetiva, busca traduzir as emoções de todo esse processo.

Cabe destacar que Alistair Thompson¹⁰ explora a questão do envolvimento emocional e político do pesquisador em seu tema de estudo e aponta para a relevância de uma reflexão sobre as suas motivações inconscientes ou explícitas, as necessidades psíquicas e sociais e o modo como as pautas conscientes e inconscientes constroem as escolhas da pesquisa e a relação com as descobertas. De acordo com Thompson, essas seriam questões pertinentes a toda pesquisa, mas que assumem uma dimensão e intensidade própria na História Oral, “a qual requer uma relação direta, pessoal entre pesquisador e pesquisado, e na qual o pesquisador cria e analisa sua fonte primária – a narrativa oral”¹¹. Assim, a partir de sua experiência pessoal, como membro de uma família de oficiais do exército australiano, analisando as memórias de combatentes das Forças Armadas da Austrália e Nova Zelândia (Anzac) na Primeira Guerra Mundial, Thompson sugere a historiadores orais a pesquisa com temas que se refiram as suas próprias identidades.

Tais considerações vão ao encontro da proposta deste trabalho e reiteram as discussões realizadas por pesquisadoras feministas, em uma perspectiva de gênero. Como afirma Lourdes Bandeira¹², desde a década de 1970, a crítica feminista tem contribuído para apontar as

noções de neutralidade e de objetividade como ilusões metodológicas, [...], reconhecendo a importância da subjetividade do/a pesquisador/a em relação ao conjunto de etapas do processo de produção de conhecimento.

¹⁰ THOMPSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev, 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11182/8193>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

¹¹ THOMPSON, 1998, p. 278.

¹² BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2009. P. 224. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Dessa forma, alertou-se que o conhecimento científico não é uma entidade abstrata e descolada do seu contexto de produção. Ao contrário, está intrinsecamente relacionado à época e à cultura dos atores sociais. Inclusive, a ciência moderna, grande partidária da neutralidade e da objetividade científica, constituiu-se como um empreendimento predominantemente masculino e de caráter androcêntrico, colaborando para a exclusão das mulheres enquanto cientistas e sujeitos das pesquisas. Além disso, ao insistir na ideia de um sujeito “masculino universal”, a ciência moderna não deixou de fora apenas as mulheres, mas também os homens que não fossem brancos, ocidentais, de classes abastadas e heterossexuais.

Ao romper com os modos de pensar e as categorias analíticas da ciência positivista, o que se configura é um projeto epistemológico feminista, que abre espaço para novos campos de saber, ângulos, temáticas e metodologias, e dentro do qual se destaca a emergência da categoria de análise de gênero. Em primeiro lugar, a incorporação da categoria de gênero surge como uma forma de rejeitar o determinismo biológico implícito no termo sexo, insistindo que as características atribuídas aos homens e às mulheres são parte de uma organização social. Em segundo lugar, o gênero rejeita a oposição binária fixa e permanente no par feminino *versus* masculino, compreendendo que essas diferenças são construídas histórica e socialmente e, portanto, variáveis. Por fim, o gênero também rejeita a noção essencialista que considera as categorias de homem e de mulher de forma isolada. Adota-se, em seu lugar, uma perspectiva relacional, em que o gênero aparece indissociável de outras categorias da cultura como raça, classe social, geração, idade, que tomadas em conjunto são fundamentais para se compreender a pluralidade de experiências constitutivas da coletividade social.

Joan Scott¹³, em artigo que se tornou referência pioneira da teoria de gênero no âmbito da História, constrói uma definição em duas partes, em que

¹³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 67.

o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

A primeira parte dessa definição implicaria ainda em quatro aspectos distintos analiticamente, mas relacionados entre si. O primeiro aspecto se refere às modalidades de representações simbólicas evocadas nos diferentes contextos, como Eva e Maria na tradição cristã ocidental. O segundo aspecto inclui os conceitos normativos que tentam limitar as possibilidades de interpretação daqueles símbolos, tal como a oposição binária no sentido do masculino e do feminino, anteriormente mencionada. O terceiro aspecto diz respeito às instituições e organizações sociais envolvidas no processo de construção das representações simbólicas de gênero nos limites da binaridade, tais como a família, a educação, o mercado de trabalho, o sistema político, a economia. Por fim, o quarto aspecto das relações de gênero faz referência à construção da identidade subjetiva em interação com as representações culturais historicamente situadas e as organizações sociais. De acordo com Scott, a natureza das relações entre gênero e sociedade é recíproca. Da mesma forma, gênero e política devem ser entendidos como dimensões que se constroem mutuamente.

Nesse sentido, além da incorporação da categoria de gênero, os estudos feministas também contribuíram para romper a lógica que mantinha o pessoal/privado como domínios separados da política e, portanto, não os concebia como território de interesse do saber científico. Ao demonstrar que o pessoal/privado é político, as feministas deram visibilidade a uma série de temáticas e propostas de pesquisas, centradas na crítica ao patriarcado, quais sejam

a divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos/gênero, as relações de classes, as categorias associadas à apropriação individual e coletiva das mulheres e em particular as manifestações de controle social (violência conjugal, incesto, estupro, mutilações sexuais, prostituição, pornografia)¹⁴.

Ademais, essas propostas de pesquisa, questionando os modos tradicionais de se fazer pesquisa, valeram-se de procedimentos metodológicos “alternativos”,

¹⁴ BANDEIRA, 2009, p. 224.

integrando ainda as dimensões emocionais e subjetivas dos sujeitos, suas reflexões e pontos de vista.

Neste trabalho, utiliza-se a teoria feminista em conjunto com a teoria das representações sociais para compor o referencial teórico que considera-se necessário à compreensão das percepções e experiências das mulheres com o processo de envelhecimento. O encontro entre essas duas teorias foi focalizado por Angela Arruda¹⁵, que afirma serem as duas herdeiras da nova conjuntura que nasce da crise do paradigma científico. De acordo com a autora, a teoria feminista e a teoria das representações sociais têm entre as suas afinidades “a preferência por metodologias voltadas para a escuta dos sujeitos, interessadas na sua experiência e na forma como a relatam”¹⁶. A teoria das representações sociais tem uma longa tradição que vai da tradição sociológica à psicologia social, ganhando impulso com a obra de Serge Moscovici. No âmbito da História Cultural, Roger Chartier¹⁷ define as representações como matrizes de discursos e práticas diferenciadas, que tem como objetivo a construção do mundo social. Ao mesmo tempo, entende que as representações são determinadas e expressam as posições e os interesses dos atores e grupos sociais que as elaboram. Elas descrevem ainda a sociedade tal como esses sujeitos a concebem ou como desejam que ela fosse concebida. E implicam em classificações e exclusões, próprias das configurações sociais e conceituais de um determinado tempo ou espaço. Por isso, para Chartier, as percepções não devem ser tomadas como discursos neutros, mas dispostas num campo de concorrências e competições, de estratégias de domínios de poder e de imposição de valores. As representações tomadas, nesse sentido, como verdadeiras instituições, incorporam as demarcações que são próprias da organização social.

A hipótese do trabalho é a de que a representação social da velhice feminina é marcada por uma ambivalência, que torna as mulheres idosas mais vulneráveis

¹⁵ ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 335-355.

¹⁶ ARRUDA, 2019, p. 339.

¹⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990.

à violência. Paralelamente a uma noção negativa da velhice, viu-se emergir, a partir da década de 1980, uma concepção de envelhecimento ativo que não substituiu a anterior, mas colaborou para escamoteá-la. É a chamada “década dos eufemismos”¹⁸, expressos em termos como “terceira idade” e “melhor idade”. Essa ambivalência se manifesta no processo de envelhecimento feminino, na medida em que as mulheres parecem se beneficiar de uma relativa revisão dos estereótipos que cercam a velhice, mas continuam a experimentar a vulnerabilidade à violência.

Para compreender esse contexto, foi importante se atentar para a produção das subjetividades, entendidas como o “conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante que animam os sujeitos atuantes”¹⁹ e que resultam “da interação entre atos e ideias que identificam o *self* na relação com os outros”²⁰. A percepção, por sua vez, é definida por Marilena Chauí²¹ como “o conhecimento sensorial de configurações ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido”. Em outras palavras, é a forma de comunicação que os sujeitos estabelecem com os outros e com as coisas. Entende-se que o mundo é estruturado a partir de determinados valores e significados, porém, os sujeitos atribuem às coisas novos sentidos e novos valores a partir de suas histórias de vida, envolvendo toda a sua personalidade, afetividade, desejos e paixões e a sua interação com o mundo. Ou seja, as noções de subjetividade e de percepção se complementam apontando para a postura ativa dos sujeitos na relação com as representações sociais.

O objetivo geral do trabalho é analisar, portanto, a experiência do envelhecimento e da violência nos relatos de mulheres que são atendidas nos

¹⁸ MARQUES, Ana Maria. **Velhices problematizadas**. Redes discursivas sobre envelhecimento em Santa Catarina, no Brasil e no contexto das décadas de 1970 a 1990. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <www.repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 13 ago. 2019.

¹⁹ MORAES, MORAES, Andrea. O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. (Org.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 440.

²⁰ CASTRO, Mary Garcia. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 213-232.

²¹ CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000. P. 153

Creas da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Para tanto, inicia-se este trabalho fazendo um esboço do processo metodológico, apresentando o percurso da escolha das entrevistadas e seus respectivos relatos. Além disso, evidencia-se as histórias pessoais de vida das entrevistadas, tecendo uma análise a partir das questões de gênero que as envolvem. Depois, demonstra-se como são construídas as representações sociais sobre a velhice, apontando para a sua coexistência hoje na sociedade brasileira. Em seguida, considera-se importante identificar, a partir de uma perspectiva de gênero, o modo como as mulheres são, especialmente, afetadas por essas representações da velhice e como essas representações são reapropriadas pelas participantes da pesquisa. Por fim, torna-se necessário compreender as especificidades das agressões que vitimam as mulheres idosas, bem como a experiência da violência daquelas que recorrem aos Creas.

O trabalho em questão propõe-se a contribuir para a discussão acerca das políticas de garantia dos direitos das pessoas idosas e de enfrentamento à violência, estabelecendo como recorte cronológico os anos de 2010 a 2020. As últimas décadas do século XX são marcadas por uma série de avanços em termos legais no que diz respeito à garantia de direitos e ao enfrentamento da violência contra pessoas idosas, como a criação das primeiras delegacias especializadas no atendimento às pessoas idosas em São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1990. Como marcos legais, deve-se citar a Política Nacional do Idoso, de 1994, e o Estatuto do Idoso, sancionado no ano 2003. Em âmbito local, há a criação do Conselho Municipal do Idoso (Comid) de Vitória, em 2007, e do Núcleo de Proteção e Atendimento à Terceira Idade (Nupati), em 2008. O Nupati tinha sede na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (Deam/Vitória) e era o órgão responsável pelo registro das denúncias até a criação da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi) de Vitória, em 2010. Acredita-se serem essas importantes conquistas que evidenciam o fenômeno da violência contra as mulheres idosas como um problema que envolve questões específicas e que exige medidas direcionadas.

A justificativa para a utilização do ano de 2010 é, portanto, a criação da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa de Vitória, onde se iniciou a pesquisa com os boletins de ocorrência, em 2013. A pesquisa se estende até

o ano de 2020, incorporando as entrevistas realizadas durante os anos de 2017 e 2018, notícias vinculadas na imprensa local sobre os casos de violência contra pessoas idosas e uma reflexão sobre a situação dos idosos diante da pandemia da Covid-19.

Como recorte espacial da pesquisa elegeu-se os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, localizados na cidade de Vitória, responsáveis por oferecer serviços de acolhimento, atendimento psicossocial, além de receberem denúncias e elaborarem medidas para conter a violência contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiências e pessoas idosas. A escolha de Vitória intenta contribuir para a compreensão da realidade local e do processo de violência que marca a história da capital, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Tal processo atinge proporções até então desconhecidas pelos moradores da capital capixaba, fazendo com que figure como uma das cidades mais violentas do país, inclusive para as mulheres, como se atesta no Mapa da Violência publicado em 2015²².

Não se estabeleceu um perfil de participantes e um recorte na atual pesquisa que tenha como ponto de partida esse perfil. As mulheres a que se teve acesso nos Creas e que foram selecionadas para as entrevistas provêm de diferentes níveis econômicos, possuem diferentes origens sociais, níveis de escolaridade, formação familiar, raça e faixas etárias, respeitando apenas o limite mínimo de 60 anos, considerado oficialmente o marco que as caracterizam como pessoas idosas.

Porém, isso não é algo negativo para o trabalho. Primeiramente, pois, como afirma Verena Alberti²³, a História Oral possibilita que se estude as diferentes maneiras como os indivíduos ou os grupos sociais concebem suas experiências, ao invés de partir de generalizações. Além disso, reforça um dos pressupostos teóricos da pesquisa que é o da velhice como uma construção social. No estudo

²² WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. [S.l.]: CEBELA, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

²³ ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 155 – 202.

em questão, essa oportunidade é especialmente importante pois a existência de uma ou mais representações sobre a velhice não garante que elas serão apreendidas de forma passiva ou de forma uniforme por todas as pessoas em envelhecimento. As entrevistas e a história de vida das mulheres idosas permitem, dessa forma, identificar quais representações foram e são colocadas à sua disposição e como elas elaboraram e elaboram suas experiências sobre o envelhecer no cotidiano, como as mulheres lidam com seu processo de envelhecimento, como enxergam a velhice e a forma como se relacionam com o que as outras pessoas pensam a respeito da velhice, tendo em vista o gênero, a raça, a classe, sua formação familiar, instrução, possibilidades de sociabilidade e com a própria subjetividade dessas mulheres, com o modo como enxergam o mundo.

Essas percepções demonstram uma das vantagens da História Oral, que é a sua capacidade de desconstruir uma suposta homogeneidade social, em favor da multiplicidade de experiências dos sujeitos históricos. Nesse sentido, Alessandro Portelli afirma que a História Oral e as memórias

não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mais sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. [...] esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme [...], parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos²⁴.

A representatividade estatística, resultante do agrupamento de um determinado número de casos que confirmam ou não uma realidade, cede terreno, nesse contexto, ao campo das possibilidades. Não interessa, portanto, de acordo com Portelli²⁵, a reconstrução de uma experiência concreta, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que poderia acontecer. O modo como constroem e organizam seu relato, a partir da apropriação de recursos narrativos e simbólicos

²⁴ PORTELLI, 1996, p. 8 – 9.

²⁵ PORTELLI, 1996.

disponíveis socialmente, demonstra ao mesmo tempo sua capacidade de ser único e de ser representativo qualitativamente.

Isto posto, para melhor situar o leitor, o trabalho foi organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O roteiro de entrevistas (APÊNDICE A) foi tomado como o fio condutor das discussões propostas às participantes e como referencial na estruturação do texto. No primeiro capítulo, é apresentada uma breve introdução à história da pesquisa e das escolhas em campo, como a seleção das entrevistadas, o processo de entrevistas, desde o planejamento à gravação e transcrição, passando pelas histórias de vida das mulheres entrevistadas até o início da análise, fundamentada em questões de gênero, como família, educação feminina, casamento, trabalho e maternidade. No segundo capítulo, é construída uma história das representações sociais da velhice e da velhice feminina, procurando compreender a forma como essas mulheres se relacionam com essas representações, as possíveis aproximações e distanciamentos entre a velhice de outras gerações e a sua e as principais particularidades que caracterizam a experiência dessas mulheres em envelhecimento hoje, como a questão da raça, das condições socioeconômicas e as possibilidades de sociabilidade. No terceiro capítulo, são abordadas as diferentes situações de violência vivenciadas por essas mulheres, além dos avanços e limites das legislações e equipamentos de proteção às pessoas idosas em situação de violência.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DA PESQUISA E HISTÓRIAS DE VIDA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

O texto deste capítulo foi organizado em três partes e tem como objetivo apresentar a história da pesquisa realizada com cinco mulheres que sofreram violência de gênero e buscaram apoio institucional nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Essa jornada se inicia pela escolha do campo de pesquisa, demonstrando o caminho percorrido desde a autorização pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), da Prefeitura de Vitória - ES, para a realização da pesquisa, passando pelos primeiros contatos com as mulheres entrevistadas e finalizando com algumas considerações sobre o processo de entrevistas. Em seguida, é apresentado um breve relato em primeira pessoa da história de vida de cada uma delas: Laura (64 anos), Cecília (81 anos), Heloisa (64 anos), Penha (63 anos) e Maria (70 anos). Esse relato tem como fonte a primeira parte do roteiro de entrevistas, que abordou informações referentes à trajetória de vidas dessas mulheres, da infância à vida adulta. Para concluir o primeiro capítulo, serão abordadas as origens e formações familiares das mulheres entrevistadas, contemplando discussões sobre educação, casamento e trabalho feminino, a partir da teoria e dos estudos de gênero.

1.1 O CAMPO DE TRABALHO, A ESCOLHA DAS PARTICIPANTES E O PERCURSO DAS ENTREVISTAS

A escolha dos Centros de Referência de Assistência Social, os Creas, como campo de pesquisa, se deve ao fato de serem responsáveis por oferecer serviços de acolhimento, atendimento psicossocial, além de receberem

denúncias e elaborarem medidas para conter a violência contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiências e pessoas idosas.

O Creas é uma unidade pública prevista pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS)²⁶, aprovada em setembro de 2004, e que estabelece os princípios e as diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). De acordo com a PNAS (2004), as ações de assistência social estão organizadas em dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica tem como objetivo atuar no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para a prevenção de situações de risco e tem como público a população que vive em situações de vulnerabilidade social, em função de pobreza, dificuldade de acesso aos serviços públicos, discriminações e necessidades especiais.

A Proteção Social Especial é direcionada a indivíduos e famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social ou de violação de direitos, em decorrência de abandono, negligência, violências, uso de substâncias psicoativas e permanência nas ruas. São exemplos desse tipo de situação, dentre outros, trabalho infantil, abandono e negligência de crianças, violências contra crianças, adolescentes e idosos, abuso sexual, famílias com adolescentes em conflito com a lei, e outras.

Os serviços da Proteção Especial são classificados em Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Média Complexidade. A Proteção Social Especial de Alta complexidade é responsável pelos casos em que as pessoas vivenciam ou estão sob ameaça de rompimento dos vínculos familiares e comunitários, em função de abandono, risco ou violação de direitos. Enquadram-se aí os serviços de monitoramento e controle das instituições de acolhimento, como repúblicas, albergues, abrigos, casas lares, alojamento de famílias, famílias acolhedoras, asilos etc. A Proteção Social Especial de Média Complexidade corresponde aos

²⁶ BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Resolução n. 145/04. Brasília: MDS/CNAS, nov. 2004. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

casos em que ainda existe uma convivência familiar e comunitária, mesmo que esses laços estejam fragilizados ou ameaçados pela violação de direitos, e que exigem, por isso, um atendimento individualizado e continuado. Esse atendimento é realizado nos Creas, o que faz da Média Complexidade nosso alvo de principal interesse.

Os Creas funcionam em três regiões²⁷ do município de Vitória, a saber, na Ilha de Santa Maria, localizada no Território Continental, no bairro de Maruípe, situado no Território com o mesmo nome, e no bairro Centro de Vitória, estabelecido no local que se convencionou chamar de Território Centro. A abrangência de cada um pode ser vista conforme exposto na Tabela 1, a seguir:

TABELA 1 – LOCALIZAÇÃO E ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DOS CREAS EM VITÓRIA - ES

Creas	Localização	Área de abrangência
Centro	Centro	Região Centro, Região Santo Antônio e Região Jucutuquara (Romão, Cruzamento, Forte São João e Ilha de Santa Maria)
Bento Ferreira	Ilha de Santa Maria	Região Bento Ferreira, Região Praia do Canto, Região Jardim Camburi, Região Continental, Região Maruípe (São Benedito, Bonfim, Bairro da Penha, Itararé e Engenharia)
Maruípe	Maruípe	Região de São Pedro, Região Maruípe (Maruípe, Tabuazeiro, São Cristovão, Santa Cecília, Santos Dumont, Santa Marta, Joana D'arc)

Fonte: sistematização da pesquisadora, a partir de dados de material informativo fornecido pela Gerência de Proteção de Média Complexidade (GMC).

Os serviços oferecidos nos Creas são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), Serviço Especializado em Abordagem Social (direcionado a pessoas que utilizam os espaços públicos para

²⁷ Vitória é dividida, atualmente, em 9 Regiões Administrativas, assim definidas pela Lei 8.611, de 30 de dezembro de 2013: Região Administrativa I – Centro, Região Administrativa II – Santo Antônio, Região Administrativa III – Bento Ferreira/Jucutuquara, Região Administrativa IV – Maruípe, Região Administrativa V – Praia do Canto, Região Administrativa VI – Continente, Região Administrativa VII – São Pedro, Região Administrativa VIII – Jardim Camburi, Região Administrativa IX – Jardim da Penha.

moradia e/ou sobrevivência), Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço Especializado de Atenção Socioassistencial em Domicílio (Sead).

O foco do trabalho é em dois tipos de serviços disponíveis nos Creas: o Paefi, incluído pela Lei nº 12.435, de 2011, na Lei Orgânica de Assistência Social, cuja equipe é composta por 4 duplas de psicólogos e assistentes sociais para cada unidade; e o Sead, voltado especificamente para pessoas idosas e com deficiência, que têm dificuldades de acesso à rede de serviços públicos, no qual trabalham 2 duplas de assistentes sociais e terapeutas ocupacionais em cada unidade do equipamento. São exemplos de ações promovidas por esses serviços, entre outras, atendimento psicossocial individual, visitas domiciliares, oficinas, encontros de família, mobilizações e campanhas de conscientização. Além dos psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, o corpo técnico dos Creas é formado por assessores jurídicos, educadores sociais, oficinairos, pedagogos, auxiliares administrativos, vigias e auxiliares de serviços gerais.

O encaminhamento do público de idosos para esses serviços é feito quando se constata qualquer tipo de violação de direitos e é realizado pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) de Vitória, Conselho do Idoso, Unidades de Saúde, Disque 100 (denúncias anônimas), delegacias ou por demanda espontânea dos próprios idosos. Recorrem a esses serviços pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, que é um conceito de fragilidade que trata da condição econômica do indivíduo. De acordo com Roberta Daniel Borba²⁸, a maior parte dos idosos que acessam os Creas são mulheres, com baixa escolaridade e com renda de até dois salários-mínimos.

Para a realização da pesquisa, foi necessário que o projeto fosse analisado e autorizado pela Comissão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência

²⁸ BORBA, Roberta Daniel de Carvalho Fernandes. **Um estudo sobre a estruturação da rede de proteção social voltada à população idosa no município de Vitória**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/6531>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

Social (Semas), a qual os Creas estão vinculados. O processo de submissão das propostas de pesquisa é institucionalizado e regulamentado pelo “Manual de Procedimentos para Pesquisas em Assistência Social no Município de Vitória (ES): uma Proposta Articulada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas)”, que está disponível no site da Prefeitura Municipal de Vitória.

Nos Creas, as coordenações apresentaram a pesquisa às respectivas equipes e a partir daí obteve-se acesso para estar em contato direto e permanente com a equipe e para utilizar o espaço para as entrevistas. Foi possível perceber que o desenvolvimento de trabalhos científicos sobre e no interior dos serviços de assistência social é algo corrente e até mesmo incentivado tanto pela Semas, como pelos funcionários dos Creas. A pesquisa foi desenvolvida em colaboração com a equipe dos Creas formada por assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e educadores, que se apresentou muito solícita e empenhada na viabilização das entrevistas. Após as reuniões iniciais de apresentação da pesquisa e das equipes, promovidas pelas coordenadoras, foram estabelecidos contatos constantes por telefone, mensagem e presencialmente para trocar informações sobre as participantes em potencial.

Como não se fez nenhuma definição quanto ao número de mulheres a serem entrevistadas, o conjunto de participantes foi se desenhando na medida em que as entrevistas ocorriam. Nas primeiras reuniões com as equipes dos Creas, elaborou-se uma listagem das entrevistadas em potencial, de acordo com o critério estabelecido pela pesquisa, qual seja, que as mulheres tivessem 60 anos ou mais e que estivessem em situação de violência. Todavia, não houve restrição a um tipo específico de violência ou de vínculo familiar entre vítima e agressor.

Feita essa seleção inicial, as equipes dos Creas foram responsáveis pelo primeiro contato com as mulheres, a fim de apresentar a proposta das entrevistas, saber se elas tinham o interesse de participar e sua disponibilidade para marcar o primeiro encontro com a pesquisadora, no espaço dos próprios Creas.

Além das cinco entrevistadas que aceitaram participar da pesquisa e que são mencionadas no trabalho, teve-se contato com outras três mulheres após essa

seleção inicial. Verificou-se que duas delas possuíam problemas de saúde que poderiam comprometer a construção do relato e por isso optou-se por não dar andamento às entrevistas. Uma delas estava acamada e a outra estava em estágio avançado de Alzheimer, apresentando fala confusa, dificuldade em lembrar de nomes e de acontecimentos antigos. A terceira chegou a conceder uma entrevista, após a conversa inicial, que foi gravada, mas compareceu no nosso terceiro encontro apenas para informar que não prosseguiria com as entrevistas e que desejava retirar seu consentimento para a pesquisa. Relatou o inconveniente de ter que se deslocar até o Creas, uma vez que era a cuidadora de um neto ainda criança, e, ao mesmo tempo, não concordou com a realização das entrevistas em sua casa. Percebeu-se durante a primeira entrevista que havia certa dificuldade em explicar acontecimentos dolorosos do seu passado e ao mesmo tempo um receio sobre os desdobramentos da pesquisa. Sua situação familiar era complexa, tinha 8 filhos, um deles paraplégico, outro que havia sido preso recentemente e contra quem registrou um boletim de ocorrência na Delegacia do Idoso de Vitória e outras duas filhas, usuárias de drogas e de quem sofria violência psicológica e financeira.

Constam, portanto, entre as entrevistadas, cinco mulheres, Laura (64 anos), Cecília (81 anos), Heloisa (64 anos), Penha (63 anos) e Maria (70 anos). Laura era usuária do Creas de Maruípe e foi desligada um pouco antes de as entrevistas serem iniciadas, Cecília era usuária do Creas do Centro à época da pesquisa, Heloisa foi atendida no Creas de Bento Ferreira e estava em acompanhamento, Penha e Maria eram usuárias também do Creas de Bento Ferreira e ainda eram acompanhadas pela equipe no período das entrevistas. Quase todos os casos estavam vinculados ao serviço Paefi, com exceção de Maria e Penha que eram atendidas pela equipe do Sead. A primeira por ser portadora de uma doença pulmonar crônica, estando sob recomendação médica de evitar sair e se expor ao risco de contaminação, e a outra, praticamente a única responsável pelos cuidados com o marido acamado, não podendo se ausentar para não o deixar sozinho.

Inicialmente, foi estabelecido que as entrevistas aconteceriam preferencialmente no espaço dos Creas, onde existem salas de atendimento à disposição das pessoas que os frequentam. Isso possibilitaria que as mulheres se sentissem

mais à vontade e seguras para compartilharem suas experiências, pelo fato de que, em boa parte dos casos, a pessoa que pratica a violência reside no mesmo domicílio que a vítima ou próximo a ela, podendo interferir no processo da entrevista, caso ela ocorresse no local de residência.

Entretanto, Maria e Penha tiveram que ser entrevistadas em sua própria casa, a pedido das mesmas, pelos motivos citados anteriormente. No caso de Maria, as entrevistas progrediram sem problemas, pois ela residia sozinha, em local de fácil acesso, com vizinhança tranquila e recebia pouca ou quase nenhuma visita. Com Penha, a situação foi um pouco mais complicada, já que ela não se sentiu à vontade para realizar a entrevista no próprio apartamento, na presença do marido, e pediu que a conversa fosse realizada no *hall* do prédio em que reside. Apesar do incomodo causado pela circulação de pessoas no local e os barulhos comuns de espaços abertos, que por vezes causavam alguma distração, o condomínio conta com área arborizada, equipada com bancos e mesinhas que ofereceram certo conforto nos dois encontros. Inclusive, a presença de terceiros transitando pelas áreas comuns do prédio, pareceu não intimidar Penha. A conversa durou cerca de 1h30 em cada uma das entrevistas, período durante o qual ela relatou os problemas financeiros e psicológicos enfrentados por ela e seus pais, o incomodo com a situação que vivenciava com o marido e os filhos, a tentativa de suicídio, relato permeado por momentos de emoção e choro forte. Mais de uma vez foi preciso se certificar de que ela não estava incomodada de realizarmos a entrevista naquelas condições e ela disse que ninguém prestaria atenção, mas pediu para que ficasse em uma posição de costas para o movimento de pessoas.

Seguindo a sugestão de Verena Alberti²⁹, foi construído um roteiro geral de entrevistas (APÊNDICE A) com base no projeto de pesquisa e nas leituras sobre o tema, que serviu como uma referência das questões centrais do trabalho e que seriam comuns a todas as entrevistas. O roteiro não foi composto por perguntas fechadas e diretas, as questões foram dispostas em forma de tópicos, divididos em grandes blocos temáticos, a saber: (1) origem, família e vida social, abordando questões relativas à história de vida; (2) formas de ver a velhice,

²⁹ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ontem e hoje; (3) a velhice feminina; (4) a violência; e, (5) a denúncia e/ou serviços e mecanismos de enfrentamento à violência. Desse modo, partiu-se de uma História Oral de vida, mas que contemplou, em seu interior, ao longo da narrativa da trajetória de vida, diversas questões temáticas, tencionando aprofundar os temas relevantes para a pesquisa³⁰, que são as concepções sobre gênero e envelhecimento dessas mulheres e a experiência da violência e do atendimento nos serviços especializados.

Não era uma preocupação que esse roteiro fosse seguido de forma linear e engessada, com as questões colocadas da mesma maneira e ordenadamente para todas as entrevistadas, por isso ele foi estruturado em forma de tópicos. Em geral, os gatilhos para as reflexões partiam mais de uma proposição, como, por exemplo, na primeira conversa, não lhes foi solicitado responder a nenhuma pergunta, mas que elas falassem um pouco sobre a sua história de vida ou a situação que motivou seu atendimento nos Creas.

Endossa-se o argumento de José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda³¹ de que a construção do relato em História Oral, especialmente em História Oral de vida, apesar de orientada por procedimentos metodológicos e técnicos bem definidos, situa-se em outro terreno que não é o mesmo do relato policial, por exemplo. Em um interrogatório ou mesmo em pesquisas conduzidas por questionários, que tem como objetivo o preenchimento de um documento estruturado e que visa a condução de uma investigação ou elaboração de hipóteses gerais e dados estatísticos, as técnicas e a relação que se estabelece com os sujeitos são inteiramente diferentes. Eles são vistos como informantes, requisitados a darem respostas curtas e diretas, o processo é conduzido por quem faz as perguntas, a participação do outro é passiva e o material produzido a partir daí é chamado depoimento. Em História Oral, por outro lado, as narrativas são construídas no processo de diálogo, resultando da interação entre entrevistador e entrevistado e a partir dessa interação pode-se repensar, inclusive, os rumos dos encontros seguintes ou mesmo da pesquisa.

³⁰ ALBERTI, 2005.

³¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

Por isso, utilizou-se, além do roteiro geral, roteiros individuais e roteiros parciais. O roteiro individual foi elaborado a partir do cruzamento do roteiro geral com as informações sobre a entrevistada levantadas nos documentos produzidos pelos Creas, em conversas com as assistentes sociais, psicólogas e terapeutas ocupacionais, além dos dados obtidos em conversa preliminar com as próprias participantes. Essa etapa foi necessária para adaptar o roteiro geral à realidade de cada uma das mulheres.

Os roteiros parciais foram preparados nos intervalos entre uma entrevista e outra e tiveram como objetivo enumerar as questões do roteiro geral e individual que ainda não tinham sido abordadas e incorporar aquelas surgidas à medida que as entrevistas foram acontecendo e que precisavam ser aprofundadas. Para tanto, contou-se com o apoio do caderno de campo (APÊNDICE B, C e D), onde foram registradas as impressões sobre os encontros, e fez-se a escuta de cada uma das gravações para identificar temas que talvez não tenha se aprofundado no momento da entrevista, mas que poderiam ser trazidos para reflexão em uma próxima vez.

Inicialmente, pensou-se em uma média de 2 a 4 encontros com cada pessoa e uma duração que variasse entre 1 e 2 horas, também conforme sugestão de Alberti³². Sempre que possível foi realizada uma conversa preliminar apenas para apresentar a proposta da pesquisa e o termo de consentimento (APÊNDICE E) para leitura e assinatura da pessoa, caso ela aceitasse participar da pesquisa. Nesse momento, era reforçada também a importância de sua participação na pesquisa, que ela poderia a qualquer momento se recusar a falar de determinados assuntos ou embargar trechos que já haviam sido registrados. Desse modo, tentou-se construir, aos poucos, uma relação próxima com as entrevistadas, baseada em confiança, de forma que se sentissem mais seguras a colaborar com a sua participação. Essa era ainda a ocasião para levantar algumas informações importantes para a construção do roteiro individual das entrevistas.

³²ALBERTI, 2005.

Optou-se por não gravar essa primeira conversa, sempre que possível, de modo a facilitar o entrosamento e minimizar os efeitos da presença do gravador sobre o comportamento e os relatos das participantes. Entretanto, quando as condições exigiam que o processo de entrevistas fosse reduzido, devido, sobretudo à disponibilidade de tempo das entrevistadas, as gravações foram realizadas desde o início. Uma das mulheres, inclusive, autorizou a gravação, mas pediu que não a avisasse quando começasse a gravar, porque se sentiria nervosa e inibida a falar.

A duração das entrevistas foi pensada tendo em vista discutir com atenção e profundidade as questões propostas pela pesquisa e as trazidas pelas participantes, mas respeitando os limites físicos, psíquicos e disponibilidade de tempo da entrevistadora e da entrevistada. Pode-se afirmar que, apesar do enorme aprendizado obtido não apenas com a experiência da metodologia de pesquisa, mas também com as reflexões produzidas em conjunto com as mulheres entrevistadas, o processo de entrevistas foi muito sensível e extenuante. A responsabilidade pela condução, registro e gravação das entrevistas demandava uma certa atenção aos roteiros e ao instrumento de gravação. Por outro lado, houve um esforço para que essas preocupações com as ferramentas técnicas não atrapalhassem o andamento das entrevistas e atingissem as entrevistadas.

Além disso, a pesquisa com um tema tão delicado como o da velhice e da violência, implicou em uma dificuldade extra, pois foi impossível ouvir as histórias sem se envolver e se sentir afetada³³. A suposta objetividade do pesquisador, para alguns, algo ainda a ser perseguido e possível em sua integridade, no momento da entrevista, deu lugar à presença e à escuta. Não foram raras as vezes em que foi preciso segurar o choro e que ao sair das reuniões as dores

³³ Segundo Jeanne Favret-Saada, aceitar ser afetado é uma das principais capacidades a serem desenvolvidas pelo pesquisador em seu trabalho de campo e consiste não no exercício de empatia, no sentido de identificação com o ponto de vista do outro, mas de estabelecer uma comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade, é expor o projeto de conhecimento à possibilidade da desconstrução. “Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada”. A comunicação verbal, voluntária e intencional produz uma compreensão muito pobre da comunicação humana, não permitindo a apreensão dos aspectos não verbais e involuntários da experiência. Ver: FRAVET-SAADA. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, n. 13: 155-161, 2005. Disponível em: <www.revistas.usp.br>. Acesso em: 06 abr. 2018.

tomaram a cabeça e o corpo. Como reagir diante de alguém que chora por não ter o que comer, por não encontrar sentido na vida, por pensar e tentar tirar a própria vida, por se sentir isolado e não se sentir amado? Escolheu-se não reagir, ao menos não verbalmente, e entendeu-se que aquele era o seu momento, que as entrevistas também serviam de algum modo como um recurso terapêutico, ainda que não fosse oferecida essa contrapartida.

Foi possível perceber em alguns casos uma demanda latente por escuta, de modo que a duração dessas entrevistas extrapolou em muito o tempo planejado. Os encontros com Maria (70 anos), por exemplo, não tiveram menos de três horas de duração e somente na primeira vez ela falou por cinco horas, sendo interrompida apenas para que lesse e assinasse o termo de consentimento. À medida que foram se esgotando as questões e foi se aproximando o momento da finalização das entrevistas, sempre havia um momento para agradecer novamente a participação das mulheres na pesquisa. No caso de Maria, em um desses momentos, ela chegou a reconhecer que ficou muito envergonhada na primeira vez em sua casa, que ela tinha falado demais, mas que aquilo tinha sido ótimo para ela, porque ela não tinha ninguém que pudesse se sentar com ela e conversar.

Penha (63 anos), por sua vez, estava há cerca de dois meses sem consulta com o psicólogo da Unidade de Saúde onde fazia o acompanhamento da depressão, uma vez que ele tirou uma licença do trabalho e não foi substituído. O Creas de Bento Ferreira, onde foi atendida, de acordo com ela, fica em um endereço de difícil acesso e sua rotina não permite que ela se ausente com frequência para se deslocar até lá. Assim, as entrevistas também foram um momento em que ela pôde compartilhar um pouco de suas dores, ainda que elas tivessem que ocorrer em condições ambientais não ideais, como disposto anteriormente, na área comum de seu condomínio e sob observação das pessoas que por ali circularam.

Percebe-se aí a importância da existência e do funcionamento adequado de uma rede de apoio e atendimento psicossocial, implicada não apenas no processo de resolução dos conflitos, mas de fortalecimento emocional dessas mulheres para que elas não se sintam ainda mais vulneráveis à violência.

De maneira sucinta, nas próximas páginas, serão apresentadas as histórias de vida de Laura, Cecília, Heloisa, Penha e Maria. É importante destacar que apesar de buscar-se manter as características do que foi dito originalmente, essas histórias não foram apresentadas aqui como uma transcrição literal das falas das mulheres entrevistadas. Adotou-se como metodologia para exposição das histórias de vida o que José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda³⁴ chamam de processo de transcrição. Ou seja, foram realizadas reformulações que tem como objetivo tornar a leitura mais compreensível e fluida, suprimindo as perguntas realizadas pela entrevistadora, assim como palavras e frases repetidas. Além disso, alterou-se ou acrescentou-se aquilo que permite que o indizível, as emoções e os gestos percebidos no momento das entrevistas, e que agora não estão acessíveis a quem lê, sejam incorporados ao relato textualizado, contribuindo para uma melhor compreensão dos sentidos atribuídos às descrições. Nesse sentido, foi de suma importância a utilização de um caderno de campo (APÊNDICE B, C e D), que serviu de apoio, no momento das entrevistas, para o registro de pequenas observações sobre as reações das entrevistadas, mas também para a elaboração das impressões após a realização de cada um dos encontros.

São relatos escritos em primeira pessoa e sem seguir necessariamente uma ordem cronológica, tal qual nas entrevistas, o que permite adentrar nos percursos individuais e compreender as escolhas e experiências que moldam a realidade própria de cada uma dessas mulheres. Além disso, é o fio condutor para se pensar mais adiante as situações nas quais elas se encontram, pela sua condição de gênero e de mulheres em situação de violência.

³⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

1.2 MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA

Laura

(64 anos)

“Não quero mais saber de homem na minha vida, nunca mais”

Eu nasci no interior de Guaçuí³⁵. Vivia com meus pais e quatro irmãos, sendo uma mulher e três homens. Eu sou a caçula dos cinco, mas três deles já faleceram, hoje eu tenho apenas um irmão, que mora em Jerônimo Monteiro³⁶, para onde a gente se mudou depois de um tempo. Meu pai era lavrador e minha mãe trabalhava em casa. Ele nasceu no Rio de Janeiro, se formou em enfermagem, mas abandonou a profissão e se mudou para Guaçuí, onde conheceu a minha mãe e se casou.

Eu era a menina que trabalhava na roça, no sol, dia a dia, nas fazendas dos outros. Tinha que trabalhar para sobreviver, né?! E o trabalho da gente era esse, plantar e colher café, arroz, feijão e milho. No fim do ano, às vezes, dava para vender alguma coisa para comprar uma mudinha de roupa. Chegava o tempo que tinha uma muda de roupa só. Aí, na época, quando a gente tinha uns 13 ou 14 anos, a gente usava um vestido com uma combinação. A gente tirava aquela combinação e ficava com a parte de cima e lavava a combinação. Aí depois vestia aquela combinação e tirava o vestido de cima e lavava. Passei por isso por muito tempo, uma muda só de roupa. Um dos meus irmãos não aguentou essa realidade e resolveu sair de casa. Se mudou para Volta Redonda, no Rio de Janeiro, para trabalhar e ganhar um dinheiro que fosse só dele.

Lá na roça, a gente não estudava, era só trabalhar mesmo, de 5h da manhã até 6h da tarde, direto. O pai da gente não deixava estudar. As professoras iam lá

³⁵ Guaçuí é uma cidade localizada na região sul do Espírito Santo.

³⁶ Jerônimo Monteiro fica a 42km de Guaçuí, também na região sul do estado.

em casa e saíam com a promessa do nosso pai: “a senhora pode deixar que amanhã vou lá fazer a matrícula deles”. Mas não ia era nada. “Que estudar, que nada!”, ele falava, ia era trabalhar. E ia todo mundo para a lavoura. Nossa, aquilo me dava uma raiva! Os outros tratavam a gente de “mobral”³⁷, “fulano é mobral”. Falei, “um dia eu saio desse mobral, um dia eu vou estudar”. Graças a Deus, eu vim para Vitória, onde pude trabalhar e estudar.

Em Vitória, eu fui trabalhar na casa de uma mulher que era de Guaçuí, tinha se casado com um turco e mudado para cá. Eu trabalhava durante o dia e estudava à noite. Era tão bom sair da roça, trabalhar em casa de família, ter meu dinheirinho, podia ajudar meus pais em casa, comprar umas coisas. Mas, eu não tirava nada para mim, meus patrões me davam almoço, janta, roupa, calçado. O dinheiro que eu fazia, juntava e de 3 em 3 meses eu levava para casa, para meus pais. O pai da minha patroa morava em Guaçuí, dentro da cidade mesmo, aí eu passava lá, pegava um cheque emprestado com ele, de 2 ou de 3 meses, dava na mão do meu pai e falava com ele: “isso aqui é para você e minha mãe se alimentarem, você vai lá e troca, porque eu não vou poder vir sempre”. Nessa época, meus pais estavam doentes, com câncer, e não podiam mais trabalhar na roça. Depois disso eu trabalhava mais 3 meses para pagar aqueles cheques. Eu era a caçula, os outros irmãos “pocaram” fora e ficou só eu mesmo para ajudar. Nesta vida, como diz o outro, até hoje, eu estou sempre cuidando de alguém.

Depois que eu me casei, eu parei de trabalhar e de estudar. Meu marido não deixou. Disse que mulher dele não poderia trabalhar, só em casa. “Imagina sair de manhã para trabalhar e eu também, chegar em casa e não ter comida pronta, não ter roupa lavada? Não vai trabalhar, não, vai ficar em casa”, dizia. Se eu fosse trabalhar, ele falava que iria no meu serviço, ficaria na porta e faria eu

³⁷ Mobral foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado durante o governo militar de Emílio Garrastazu Médici, através do decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968. Foi um órgão executor da campanha de alfabetização e educação continuada de adolescentes e adultos no país, durante a década de 1970 e 1980. Popularmente, o projeto se tornou sinônimo de pessoas pouco instruídas, semianalfabetas ou analfabetas funcionais, assumindo conotação negativa. Por isso, Laura se sentia ofendida quando as pessoas se referiam a ela daquela forma, pois era como um insulto na sociedade da época.

perder o meu emprego, aí morreríamos os dois de fome. Eu não ia passar um vexame desses, com marido na porta da empresa. Então, larguei.

As agressões começaram quando a gente ainda namorava. Eram empurrões, xingamentos, palavrões, calúnias, que me afetavam muito. Ele batia com o pé no chão e falava para eu entrar para dentro de casa, isso quando ele já não me dava logo um soco. Soco no meio da cara mesmo. Uma vez ele me deu um soco bem na bola do olho esquerdo, parecia que eu ia ficar cega.

Se alguém chegasse perto de mim, se contassem a ele que me viram conversando com um homem, ele já não queria saber de nada, falava que mulher que trai o marido tinha que ser morta. Eu tentava explicar que não era bem assim, que eu não estava com ninguém, que eu estudava à noite e que talvez naquele horário que disseram ter me visto na rua eu estava até na escola, mas não adiantava. Durante algum tempo, depois de casados, a mãe dele morou com a gente e ajudava a colocar essas ideias na cabeça dele. Para ela, mulher, depois de velha, com filho e estudando, é porque tem homem na escola.

Eu tive dois filhos, um homem, hoje com 41 anos, que me deu 4 netos, e uma mulher, de 36 anos, mãe de 2 filhos. Com eles, o Pedro, meu marido, não era violento, só quando eles entravam no meio da gente para me defender. O meu filho, que era o maior, falava que ele não iria encostar em mim, que se batesse em mim, ele iria apanhar também. Dizia que ele não tinha pai, mas um demônio, era um homem com um demônio no corpo.

Depois de uns 15 anos de casada, eu voltei a estudar. Bati o pé e disse que não ia ficar sem estudar a vida inteira, sem saber escrever, sem saber nada. Foi quando eu consegui “colar” o primeiro grau. Então eu comecei o segundo grau, fiz o primeiro ano e no segundo ano eu comecei a ter uns problemas de vista e parei de novo. Eu sentia muita dor de cabeça para estudar à noite. Mas depois me arrependi de ter parado. Se eu tivesse arrumado os óculos logo, eu poderia ter terminado tudo. E se eu tivesse terminado, hoje me serviria para alguma coisa, para ter algum tipo de profissão. Mas está bom, Deus sabe o que faz. Hoje em dia eu já estou perto de morrer mesmo, então estudar para quê? Além disso, com a situação que eu vivia com o meu marido na época, não tinha graça, não

tinha nada para mim na escola. Eu ficava lá no meu canto, de cara fechada. Parece que tudo foi desabando.

Certa vez ele chegou a quebrar o meu braço, fui para o hospital sozinha e voltei com o braço engessado, com a cabeça doendo de tanto que ele me bateu contra a parede. A minha mão inchou. Naquela época era para eu ter mandado ele sumir de casa, desaparecer, mas fazer o que? Eu tinha medo e a casa onde a gente morava era dele. Então, eu deixei assim mesmo.

Depois, teve a outra confusão, em que eu chamei a polícia para levar ele. Eu e as duas crianças tínhamos acabado de acordar, estávamos tomando o café, ele chegou, viu o pacote de pão, pegou o pão, foi na boca do lixo e jogou fora. Pegou o leite, foi na pia e jogou pelo ralo. Eu perguntei por que ele tinha feito aquilo, que eu tinha trabalhado, com sacrifício, ganhado o meu dinheirinho e comprado. Disse a ele que ao invés de agir assim, ele deveria ter trazido o leite, o pão e não jogado fora o que tinha. Ele me xingou de tudo quanto era nome, palavrão e disse “agora eu vou matar os três”. Falei “ah, mas você não vai mesmo, eu vou chamar a polícia agora para você”. “Aí que eu vou matar mesmo, quando a polícia chegar aqui, só vai ter os corpos para recolher”, ele respondeu. Eu mandei a minha filha pegar o telefone e ligar para a polícia, ele foi até ela, tentou acertá-la, mas ela desviou, correu e ligou. Quando a polícia chegou, em quatro viaturas, ele estava quietinho, igual a um anjo. Quer dizer, se fingindo de quieto, para não ir preso, porque ele morre de medo da polícia. Fomos todos para a delegacia e foi quando eu registrei a denúncia contra ele. Lá, olhando para a cara da delegada, ele disse que tudo que ele já tinha feito, ele faria de novo. E ainda confirmou as ameaças que me fazia, de me segurar nos braços, enfiar a faca em mim, que isso tudo só acabaria quando a morte nos separasse. A delegada ficou doida, disse que ele ficaria detido, que lá era o lugar dele, mas ele respondeu que se eles tirassem eles de casa e o prendessem, quando ele saísse, me mataria. Aí os policiais olhavam para mim e questionavam “o que a senhora fala, e agora?”, a minha pressão subia, subia, e eu ficava ali, quente.

Depois de uns dias preso, ele voltou ainda mais furioso. Ele me agredia e metia o pé, voltava 8, 15 dias depois falando besteira: “vocês estão me esperando para me matar? Querem me pegar? Já deram parte de novo na polícia?”. Você acha

que quando ele estava em casa, eu dormia? Passei muitas noites sem dormir, com medo, ele dormia e eu não.

Quando a minha filha tinha 8 anos, ele começou a sair e arranjar mulher. E não foi uma só não, foram três mulheres que ele arranjou. Umas delas ficava me ameaçando, dizendo para ele me matar, que não queria homem dividido.

Enquanto ele estava lá no “bem bom”, às vezes por dias, semanas, eu tinha os meninos para criar, então eu tinha que enfrentar e ir em busca de trabalho. Eu lavava roupa, deixa tudo pendurado, metia o pé e ia lá para a Ilha do Boi arrancar sururu na pedra. Tirava 20 quilos de sururu por dia. Botava aquilo nas costas e vinha vendendo. Passava na peixaria, na rua. Quando eu chegava, lavava as mãos bem lavadinhas, ia recolher a roupa e passar para entregar no outro dia. A minha vida era, como eu falo, igual uma roda d’água. Não ia faltar nada para os meninos, eu me viraria de qualquer jeito, se eu comesse ou se eu não comesse, estavam bom, o importante é que eles não passassem fome.

Desde a denúncia que a gente está separado de corpos, a gente não encosta mais um no outro, nem para dar bom dia, nem abraço, nem beijo, nem dá as mãos. A gente vive assim, ele lá e eu cá. Ele só me cumprimenta e some. Ninguém acredita que eu tão nova não tenha marido, mas com os maus-tratos que eu já passei na minha vida, isso aí já bastou.

Só que eu batia de volta também. Às vezes eu passava no serviço dele e falava “vamos embora para casa”, ele dizia que voltaria no outro dia. Eu respondia “eu sei para onde você vai, rapaz” e ele me xingava. Me deu tanta raiva de ser trocada por outras que uma vez eu peguei as roupas dele, rasguei e joguei tudinho na rua. Com o tempo, eu comecei a enfrentar ele de facão. Depois que eu vim para cá para o Creas, acabou tudo. Se ele aparece em casa, ele fica bem tranquilo. Chega, dá bom dia, boa tarde, pergunta se está tudo bem. E se ele fizer algo comigo também, eu não fico atrás.

Eu dei entrada no pedido de divórcio e estou esperando sair, falei com ele que nós vamos ser amigos e acabou, não quero ser inimiga de ninguém. O que é importante para mim é não ter mais o sobrenome dele, quero meu verdadeiro nome. Ele diz que eu não tenho que pensar que porque estarei divorciada vou

arranjar outra pessoa, que ele mata os dois. E que ele também sabe que não vou abandonar ele. Eu respondo que ele já me matou com esse negócio de dizer “eu mato, eu mato”. Não quero mais saber de homem na minha vida, nunca mais. Não gosto nem de olhar para a cara de homem.

Depois do divórcio, para mim, vai ser a mesma coisa. Graças a Deus estarei livre do nome e de papel, mas a casa é dele e tem 40 anos que eu moro lá, não vou sair, a gente vai viver desse jeito até ficar velho e morrer.

Eu ajudei a criar três netos, hoje eu cuido de outros dois, que moram comigo desde que o pai foi preso, e agora tem mais uma bisneta e um bisneto. Por causa dos netos que estão comigo, eu recebo o Bolsa Família³⁸, que uso para as contas da casa, para comprar comida, para tudo. Hoje lá em casa, a comida foi uma sopa de macarrão, o resto não tem. Fiquei agora só mesmo com um pacote de macarrão, um quilo de sal e dois de feijão. Para amanhecer ontem, eu fiz uma sopa de canjiquinha, todo mundo comeu e ninguém reclama, né? Sabe que não tem de onde tirar mesmo. A minha outra filha está desempregada e com o meu marido, que também vive de bicos, não dá para contar.

De vez em quando eu saio, cato umas latinhas, vendo e compro o que estiver faltando. Também capino lotes. Não deu tempo de fazer isso esta semana ainda, mesmo com essa situação, porque estou na correria. Todo dia às cinco horas estou de pé, vou fazer o café e botar meus netos para tomar banho, se arrumar e levo a mais nova, de oito anos, para a escola. Eu volto e tem uma “escadinha” de uns setenta degraus para chegar na minha casa. Eu almoço, me arrumo e busco a minha neta na escola para levar ao Cajun³⁹, depois recomeça toda a rotina de andar, subir e descer de novo. As minhas canelas já estão secas, de

³⁸ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado em outubro de 2003, previsto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que beneficia famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal de até R\$89 (oitenta e nove reais) por pessoa. No ano de 2021, o Benefício Básico é no valor de R\$89 (oitenta e nove reais) e há os Benefícios Variáveis: Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos, Benefício Variável Vinculado à Gestante e Benefício Variável Vinculado à Nutriz, cada um no valor de R\$41 (quarenta e um reais). Os Benefícios Variáveis são pagos às famílias com renda mensal de até R\$178 (cento e setenta e oito reais) e podem ser acumulados até cinco por família.

³⁹ O Projeto Caminhando Juntos, o Cajun, é voltado para as crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, moradores de Vitória, com o intuito de promover a autoestima e fortalecer vínculos, através de atividades recreativas, culturais e esportivas.

tanto andar para baixo e para cima. Mas eu me sinto até bem, eu gosto de andar, não gosto de ficar parada não. E eu espero ter muitos anos ainda de vida, para ajudar os meus bebezinhos.

Cecília

(81 anos)

“Ele me tira o direito de botar para fora aquele amor e aquele carinho que eu sempre tive por ele, que eu tenho”

Eu nasci em 08 de agosto de 1936, em Fundão.⁴⁰ Sou a caçula de três irmãs. O meu pai era comerciante, não tinha ensino superior, mas lia muito e incentivava eu e minhas irmãs a estudarem. Ele começou a estudar em internato, mas não tinha vocação para ser padre. Foi prefeito, interventor, uma pessoa muito célebre na cidade, mas nunca foi rico. Ele faleceu com 70 anos. A minha mãe estudou em internato, no Colégio do Carmo, mas não exerceu o magistério. Só ficava dentro de casa e viveu por 101 anos. A minha irmã mais velha, assim como a minha mãe, estudou em internato, no Colégio do Carmo. Mas não gostava de estudar e foi trabalhar no comércio com o meu pai. Já a do meio, de quem eu sempre fui mais próxima, era professora.

Eu estudei o primário, em Fundão, e, quando tinha 11 anos, vim para Vitória para morar com um tio e estudar o ginásio e o colegial. Eu fiz o curso Normal da Escola D. Pedro II. Antigamente, o acesso à escola pública era por meio de uma seleção parecida com o vestibular. Depois que eu terminei o curso, eu voltei para Fundão. Fiz o concurso para professora e passei, mas a minha irmã do meio se casou, teve um filho e ia mudar para Conceição da Barra. Então, o meu pai pediu

⁴⁰ O município de Fundão pertence à Região Metropolitana da Grande Vitória e fica localizado 53 quilômetros ao norte de Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

que eu fosse com a minha irmã fazer companhia a ela e ajudá-la com a nova vida.

Lá, junto com outras mulheres, eu fui uma das primeiras normalistas da cidade, a única formada. Conheci o meu marido e me casei, aos 20 anos. A pedido dele, eu deixei de trabalhar para cuidar apenas da casa. Eu me casei por amor e me casei sabendo que não podia ter filhos. Quando tinha 16 anos, eu fiz uma cirurgia por conta de um “quisto” nos ovários. Estava aquela onda de câncer e os médicos resolveram retirar meus ovários. Eu estava “na flor da idade”, acho que poderiam ter tirado uma parte, feito uma biopsia e não terem me sacrificado, como me sacrificaram. Entre eles, decidiram e fizeram o que acharam que era melhor. Mandaram o material para o Rio de Janeiro, mas não deu nada. Mais tarde, conversando com outros médicos, eles me diziam que seus colegas tinham agido como “açougueiros”. Mas na época, a última palavra era deles. E eu era boba, depois é que fui vendo as consequências, como ter a menopausa muito cedo e não poder mais ter filhos. Eu tive problemas para namorar, inclusive, vergonha. O primeiro namorado que eu tive foi com quem eu me casei.

Meu marido também não se casou enganado, sabia da minha condição e se casou mesmo assim. Quando nós tínhamos 10 anos de casados, nós decidimos adotar uma criança recém-nascida, encontrada abandonada pelo meu primo, que era padre. Eu sempre quis adotar uma criança, tanto que quando eu me aposentei, eu me aposentei como professora de crianças, eu sempre gostei muito de criança. Acho que aquilo fica dentro da gente. O meu cunhado me chamava de “vaca maninha”, a vaca que tem junto do gado, mas que nunca dá cria.

Quando o meu filho tinha 4 anos, o meu cunhado, marido da irmã com quem eu tinha ido para Conceição da Barra, acabou com a minha vida, ao me contar que o meu marido me traía. Ele afirmou que ele tinha várias mulheres e que muitas das pessoas da vizinhança sabiam de suas histórias. Aquilo foi um choque muito grande para mim, eu nunca desconfiei das traições. E fui até a ele e o questionei, ele me disse que era tudo mentira, que aquilo era inveja das pessoas por nós vivermos tão bem, mas que ele tiraria a história a limpo e acertaria as contas com o meu cunhado. Antes, porém, ele precisava ir até a nossa fazenda, porque

tinha uns compromissos. Acontece que ele fez a viagem e não voltou mais. Ele me abandonou e por cinco anos a justiça esteve atrás dele para que assinasse os papéis do desquite.

Eu fiquei sozinha com meu filho pequeno, que ficou muito abalado com a saída do pai, a quem era muito apegado. E eu estava com uma mão na frente e outra atrás, porque eu dependia financeiramente dele. Mas eu não quis envolver meus pais, nem minhas irmãs. O marido de uma delas, inclusive, quis que ela se distanciasse de mim, porque agora eu era desquitada e poderia ser uma “má influência”. Eu contei com a ajuda de três primos meus, um padre, um médico e um juiz. Eu estava resguardada por todos os lados, pelo lado espiritual, clínico e da justiça.

Eu precisava de emprego, de estudar, e não tinha dinheiro nem para o aluguel. Eu fiz um curso técnico em análises clínicas e fui trabalhar em laboratório, profissão na qual me aposentei pela primeira vez, por tempo de serviço, em 1990. Depois eu voltei a trabalhar em Colégio, como professora de jardim de infância, aos 51 anos. Mas eu tive que abandonar a regência e ir para a coordenação por causa de um problema de coluna, que depois se agravou e fez com que eu fosse aposentada pela perícia médica. Na época, eu chorei tanto! O médico me disse “nunca vi ninguém se aposentar e chorar tanto”. A casa em que meus pais moravam em Fundão foi me dada de herança e eu vendi e comprei o apartamento em que moro hoje, no Centro de Vitória, com meu filho, que vai fazer 51 anos, e o meu neto, que é adolescente.

Depois disso eu não me casei mais, porque casamento para mim é um só. E eu fiquei muito decepcionada com o meu marido, perdi a confiança nele. Quando nós estivemos diante do juiz para, finalmente, assinar o desquite, eu manifestei meu interesse de não estar mais casada com ele, de não nos reconciliarmos e ele também, sem dar mais explicações. Mas, com exceção desses erros, eu não tenho mais o que falar dele, nós vivemos bem até o ocorrido. A minha vida se tornou mais penosa recentemente, com os maus-tratos do meu filho.

Quando meu filho ainda era adolescente ele se envolveu com drogas, ele sempre foi revoltado comigo e eu acho que não fui uma boa mãe para ele, eu não me arrependo de tê-lo adotado, mas de não ter sido uma boa mãe para ele.

Ele me perturba muito, nunca encostou um dedo em mim, assim como o pai, mas ele me xinga, me ameaça, quebra as coisas dentro de casa para me dar prejuízo. Ele diz que comigo ninguém vive, que eu tenho o gênio muito ruim e que gosto de tudo certinho. Ele vive implicando comigo. Para ele, as pessoas que dizem gostar de mim, é tudo fingimento, que eu não presto e que eu vou viver sozinha.

Ele também deixa tudo em minhas costas. Começou a faculdade de Direito, depois de Engenharia de Produção, que ele concluiu, com a minha ajuda, mas ele não tem um emprego estável. Trabalha como vendedor ambulante em uma praça e por causa desse trabalho faz uma bagunça em casa, o que me deixa muito chateada. Ele espera que eu limpe, cozinhe, o sustente. Eu pago uma lavadeira para lavar as roupas de casa e as outras roupas mais pesadas, porque eu não tenho mais condições de fazer esse tipo de serviço e mando as roupas dele junto, porque nem isso ele faz. E sou eu que pago pelo serviço também. Eu digo a ele que ele precisa fazer algo em casa ou que vá arrumar o seu canto, mas ele diz não ter condições e que conta comigo.

Certa vez, nós três estávamos sentados à mesa, na hora do almoço, e meu neto reclamou que o bolo estava cheio de formiga, que não comeria daquele jeito, eu respondi que o único lugar que não tinha formiga naquela casa era dentro da geladeira. O meu filho ficou revoltado e saiu jogando tudo para o alto. Eu acho isso um desrespeito. Eu não faria isso com meus pais, eu acho que a família existe como uma forma de apoio mútuo. Mas ele suja as vasilhas, pratos e se eu não lavar, fica sujo. E meu neto já imita os comportamentos dele.

Ele se abstém até mesmo dos cuidados com meu neto. Sou eu quem vou até a escola conversar com os professores, fui eu quem o levou para fazer o CPF e que pretendo levar para fazer a identidade e a carteira de trabalho. Eu me preocupo com o futuro do meu neto e o meu, porque eu sei que não posso contar com meu filho para cuidar de mim.

Nos momentos em que ele já me acompanhou a algum compromisso, por exemplo, quando precisei fazer um exame de eco cardiograma transeosofágico, porque eu tenho um problema de coração, e o exame era sob sedação, então, pediram um acompanhante, ele foi, mas somente sob protestos e com má vontade e ficou o tempo todo fora da clínica, fumando. O médico responsável pelo exame concluiu que eu estava sozinha e aplicou menos sedação em mim e aquilo me deixou muito nervosa. Na volta do exame, o meu filho me deixou na calçada de casa, eu tive que ficar sozinha e com medo de alguma reação à medicação, de precisar de algo. Achei um absurdo ele me deixar naquele estado para tomar o elevador.

Eu, quando a minha mãe teve um problema emocional, cheguei a pedir licença do trabalho. Cuidei dela até o último instante e não me arrependo, fiz o que estava ao meu alcance. E eu esperava que ele pudesse pelo menos ser mais carinhoso. Se eu estiver deitada, ele nem me pergunta como eu estou. Eu quando morava com a mamãe, ia lá quando ela estava dormindo, ver se ela estava respirando, levava o café da manhã dela na cama.

Ele já teve várias mulheres e é violento com elas também, diversas vezes levou elas para dentro de casa. Eu já tive que chamar o síndico por conta das brigas que ele teve com essas namoradas. Agora ele está em uma relação com uma mulher e tem um filho de 3 anos com ela.

Eu já pensei, inclusive, em deixar a minha casa para ele e ir morar em um asilo. A minha sobrinha queria que eu fosse morar em Jardim Camburi, perto dela, mas eu gosto de morar no Centro, tem tudo perto, supermercado, farmácia. Eu queria mesmo é que meu filho saísse de casa e me desse sossego. Além de todos os meus problemas de saúde, eu estou com a glicose alterada, mesmo me alimentando bem. Segundo o meu médico é estresse, o que eu não posso controlar vivendo dessa forma.

Ele me tira o direito de botar para fora aquele amor e aquele carinho que eu sempre tive por ele, que eu tenho. Eu fico muito triste. Me pergunto o que estou fazendo nesse mundo, não sirvo para nada. Mas Deus sabe o que eu estou fazendo aqui, que eu preciso passar por isso para ter a recompensa, né?

Heloisa

(64 anos)

“Foi um soco violento e ele tinha aquele olhar de ódio”

Eu nasci em Minas Gerais, na cidade de Mantena, e vim para Vitória com cinco anos de idade. Minha mãe era do lar e meu pai não tinha uma profissão definida, ele comercializava um monte de coisa, mas não tinha estudo. Os dois fizeram até o quarto ano primário e pronto. E aí vieram para Vitória porque o meu pai queria que os meus irmãos estudassem. Eu sou filha de uma família de sete filhos e todos nós estudamos, fizemos faculdade, eu fiz Odontologia e assim que eu me formei eu comecei a trabalhar em consultório. Mas eu tinha muito interesse em continuar estudando e por causa disso eu voltei à Universidade para poder dar aula. Eu trabalhei cerca de três anos como contratada pelo Hospital das Clínicas, mas exercendo atividade de docente, e, logo em seguida, eu fiz concurso e entrei na Ufes como professora.

No quinto período da faculdade, quanto eu tinha vinte anos, eu me casei. A minha ideia era fugir do controle dos meus quatro irmãos mais velhos. Porque depois que a gente veio para Vitória, meu pai começou a trabalhar como caminhoneiro, ele passava muito tempo longe de casa e não dava para contar com ele financeiramente. Então meus irmãos começaram a trabalhar para sustentar a gente. Depois acabamos descobrindo que o meu pai tinha outra família.

Hoje eu olho para trás e penso que eu sempre fui uma pessoa com essa sede de liberdade que eu tenho hoje. E eu sempre fui extremamente interessada em estudar, eu tinha objetivos profissionais e nunca quis engravidar. Logo no princípio eu também descobri que eu não conseguia engravidar. E, por isso, eu fui adiando os planos de ter filhos, primeiro porque eu estava fazendo concurso para a faculdade e depois porque eu estava iniciando a minha carreira lá dentro. Eu não queria que nada atrapalhasse. Depois eu quis sair para fazer pós-graduação, saí, fiz o mestrado, fiz o doutorado, em São Paulo, na USP. Quando

eu voltei, eu dei continuidade a minha atividade de consultório em paralelo com as quarentas horas de trabalho que eu tinha na Ufes. Na época, podia ter as duas atividades e eu não queria só a universidade, queria ter a experiência clínica também. Hoje, eu não tenho mais consultório, me dedico exclusivamente à Universidade. Eu vivo com o salário da Ufes, que é muito bom por causa do doutorado, mas não é o mesmo de antes.

Mas eu fiz bastante tempo de consultório e entre os anos de 1991 e 1993, eu comecei a sentir vontade de ter filho. A essa altura eu já tinha feito praticamente tudo o que queria em termos profissionais. Estava bem financeiramente, com uma carreira consolidada, tanto na Universidade, quanto no consultório. Eu fiz uma inseminação artificial e não consegui engravidar e como eu sou uma pessoa extremamente prática, eu falei “cara, eu quero ser mãe. Não importa se vai ser de barriga ou não”. Afinal, você não é capaz de amar uma pessoa e colocar ele dentro da sua casa? O seu marido, ele não tem seu sangue, né? Então, eu decidi que encontraríamos uma criança, a adotariamos e a criaríamos como se fosse nosso filho. Eu sou assim, extremamente prática nesse aspecto.

E em janeiro de 1995, o meu filho nasceu e foi assim, lindo, maravilhoso, o nosso encontro. Eu digo que a minha história se divide em antes e depois da maternidade. Para mim, foi um milagre. Eu já não acreditava muito, estava afastada dessa história de religião, mas eu voltei a acreditar que existia algo entre o céu e a terra. Esse encontro da maneira como se deu, me mostrou que eu não detinha o poder total sobre a minha vida.

Só que eu e o Antônio, como em todo casamento, de vez em quando a gente tinha umas discussões, nós somos pessoas *super* diferentes uma da outra. Mas o momento que a gente mais se uniu foi quando ele nasceu, nós éramos completamente apaixonados por aquela criança. Ele era a cara do meu marido, foi um período fantástico, até que chegou a adolescência e a adolescência não foi fácil.

Foi muito difícil manter ele na escola. Ele estudou nas melhores escolas de Vitória, mas não completou nem o básico, nem o primeiro grau, nem o segundo grau. Ele dava sempre uma desculpa para não ficar na escola, dor de cabeça,

dor de barriga. Eu fiz um monte de avaliações, levei a vários psicólogos e psiquiatras para ver o que estava acontecendo. Me diziam que ele era inteligente, só não queria estudar. Esse foi o diagnóstico na época.

Quando ele fez 15 anos, eu e meu marido resolvemos nos separar. Mas a gente nunca deixou de ser uma família. Eu tenho um relacionamento ótimo com ele, a gente tem um relacionamento de amizade muito grande e a gente continua cuidando da nossa família, até financeiramente. A gente não se separou legalmente, ele mora na casa dele e eu moro na minha casa. Mas a gente não se complementou. O negócio dele sempre foi farra, rua e eu já sou totalmente diferente, eu gosto de estar em casa, de ler, de estudar. E enquanto ele estava trabalhando não tinha tempo para isso, quando se aposentou, em 2009, ele começou a ir para a rua e a beber demais. Eu falei “estou fora, chega”. Hoje, por exemplo, ele bebe todos os dias, ele é alcoólatra.

Depois dos dezesseis, dezessete anos, o meu filho parou de estudar mesmo. E eu disse que daquele jeito ele não poderia ficar, ou ele estudava ou ele trabalhava, mas não ia ficar na vida boa. Eu só conhecia a Odontologia, então, eu o coloquei para trabalhar com algumas pessoas que eu conhecia, em laboratório de prótese. Ele ficou um tempo, mas depois largou. Eu insisti para que ele fizesse um curso técnico de prótese. Para isso, eu consegui que ele fizesse um supletivo do ensino fundamental e médio e obtivesse o diploma, mas não foi com aquela dedicação não, foi em um desses esquemas para que ele se livrasse daquilo rapidinho. E eu estou falando isso para dizer que ele não tem nenhuma base, ele nunca estudou de verdade. Ele entrou no curso técnico de prótese dentária e também não terminou, começou a trabalhar e tudo, mas não terminou e também não ficou no trabalho.

Ele teve duas namoradas e era agressivo com as duas, com episódios de violência física mesmo. E ele tem essa história de enfiar essa segunda menina dentro da minha casa, sem o meu consentimento, ele simplesmente leva e acabou. Não adianta eu falar que não. E ela decidiu engravidar, eu digo decidiu porque foi realmente programado. A princípio eu fiquei muito nervosa com isso e não queria aceitar de jeito nenhum e no final das contas acabei aceitando. Mas era muita briga, muita briga. Em 2016, a minha neta nasceu e eu o fiz assumir.

Ele ficava uma arara, porque eu o obrigava, ele realmente ficou com ela durante toda a gravidez, na minha casa. Depois ela acabou indo embora e levando a criança.

Em uma das brigas dos dois, eu fui defendê-la e ele me agrediu, ele me deu um chute no joelho. Foi a primeira vez que ele me agrediu fisicamente. Mas antes disso ele já tinha episódios de não aceitar o que eu falava, uma questão de desrespeito. Quando ele começou a dirigir, o pai pagou para ele tirar a carteira de motorista, e eu tinha que dar o meu carro para ele de qualquer maneira quando ele quisesse, senão ele ficava violento e eu comecei a ficar preocupada com isso.

E o meu ex-marido trata o meu filho como mãe, eu sou a lei. E é muito difícil uma mulher exercer os dois papéis, de mãe carinhosa e ter que ser a lei. Principalmente porque a natureza da mulher, pelo menos a minha, é assim: se eu tenho que brigar com alguém, eu não consigo ficar feliz com a pessoa depois. Eu sempre fico magoada. Então, isso atrapalha um pouco a nossa relação.

Teve uma vez que eu tranquei a porta do meu quarto, porque eu não queria dar a chave do carro para ele, e ele quebrou, derrubou a porta. Então, essa violência contra mim começou a aumentar. Uns meses atrás, em uma situação parecida relacionada ao carro, eu falei que não dava, mas dessa vez eu não fechei a porta e ele me deu um soco na perna, quase que quebra. Foi um soco violento e ele tinha aquele olhar de ódio.

Daí em diante eu fiquei muito preocupada, com medo, decidi que não ia mais bater de frente e ia procurar ajuda. Hoje, eu acho que não gosto mais dele, não amo como eu amava quando ele era criança, mas eu acho que se acontecer alguma coisa com ele, eu não sei o que vai acontecer comigo.

Penha

(63 anos)

“Eu me sinto violentada, porque eu não posso cumprir com a minha vontade”

Eu nasci em Montes Claros, norte de Minas Gerais. A minha mãe foi o segundo casamento do meu pai. Ele se casou na Igreja, teve três filhos. Depois ele se casou com a minha mãe, e tiveram eu e meu irmão. Se separaram quando eu tinha 3 anos. Meu pai descobriu uma traição dela e, sob o pretexto de fazer compras para a loja que a gente tinha na época, mandou ela viajar até uma cidade vizinha a que a gente morava. Enquanto ela estava fora, ele arrumou a mudança toda e nós fomos para Uberaba, sem que ela soubesse de nada. Quando ela voltou, encontrou a casa vazia. Ela estava grávida do meu irmão. E aí eu não sei muito bem o que aconteceu com ela, sei que ela teve outro filho, depois se tornou alcoólatra. E eu só fui me reencontrar com ela quando eu tinha 15 anos.

Eu perdi meu pai quando eu tinha 12 anos. Dos 12 aos 15 anos, eu morei com a minha madrasta, que me batia muito. Então eu decidi fugir e ir morar com a minha mãe, foi aí que eu a conheci. Mas eu me assustei muito com a situação em que a minha mãe vivia. Era uma pobreza muito grande, ela era totalmente desprovida de bens materiais, ela não tinha casa direito, não tinha banheiro com chuveiro e isso tudo foi muito difícil para mim. Descobri que ela foi estuprada aos 11 anos, os pais dela faleceram e ela foi viver com o padrinho e foi estuprada por ele várias vezes, sem poder contar para ninguém. Em uma dessas vezes ela engravidou da minha irmã, que hoje está com 73 anos. Então, a minha mãe teve uma vida sofrida também.

A minha vida sempre foi tumultuada, cheia de altos e baixos. Eu fiz o segundo grau e quando tinha 18 anos vim passar o carnaval em Guarapari, com uma turma de *hippies* e acabei ficando. Lá eu conheci uma menina, que me chamou para vir para Vitória. Como eu perdi meus pais muito cedo, estava sem lugar

para ficar. A gente alugou uma casa em Manguinhos, na Serra, onde o aluguel era mais barato. Ela tinha um namorado e meu marido era amigo de infância dele. Foi através do namorado dessa minha amiga que eu o conheci.

Ficamos juntos durante um ano e meio e eu engravidei, aos 21 anos. Meu marido tinha 22 anos. Ele fazia faculdade e não quis contar para os pais até se formar, porque dependia financeiramente deles. Quando ele se formou surgiu a oportunidade de fazer uma pós-graduação em São Paulo. Nessa época, meu filho estava com dois meses. Então, eu fui dividir uma casa com um colega médico, atrás da Escola Técnica, até ele voltar.

Meu marido ficou em São Paulo por 6 meses, voltou em dezembro de 1976, contou para a família sobre nós e, então, nos casamos no civil. A família dele arranhou uma casa em Santa Lúcia e mobiliou para a gente morar. Dois anos e meio depois de termos nosso primeiro filho, minha filha nasceu. Hoje, meu filho mais velho tem 42 anos, é separado e tem uma filha de 8 anos. A minha filha do meio mora em um bairro vizinho ao nosso e tem um filho de 10 anos, com quem eu tenho mais contato, e o meu filho caçula mora na Turquia.

A minha mãe morreu quando eu tinha 18 anos. Meu irmão cometeu suicídio. A minha família ficou muito pequena. Hoje em dia eu só tenho uma cunhada e um sobrinho em Montes Claros, além de duas irmãs por parte de pai, que moram em Belo Horizonte. Tenho muita ligação com meus sobrinhos, principalmente as mulheres, filhas de uma dessas irmãs por parte de pai, que me ajudam, inclusive, financeiramente. Eu ligo para elas para desabafar e elas são muito receptivas, dizem que meus filhos tinham que fazer algo por mim.

Em 2015, eu procurei o Creas pela primeira vez por causa de uma situação que meu filho mais velho estava vivendo com a avó, minha sogra. Eu não sei o que aconteceu com ele, mas ele gastava o dinheiro dela todo, ele foi morar com ela para ajudá-la e acabou que ele tomou conta do dinheiro dela, deixava ela quase sem nada e a agredia verbalmente. E foi muito sofrido para mim, porque ele acabou sendo preso. Eu me arrependo muito de ter levado ele para a justiça, eu vou morrer com esse sentimento de culpa. Mas eu não via outro jeito, eu fiquei dois anos entre Creas e Delegacia do Idoso, tentando mostrar para ele o que

poderia acontecer com ele. Tentamos de todas as maneiras, via diálogo, mas ele não acreditava, era agressão atrás de agressão, ele quebrava tudo dentro da casa dela, objetos de valor material e afetivo. Ele ficou preso durante 15 dias, pela Lei Maria da Penha, e esses dias foram muito marcantes para ele, a reação dele foi a pior possível. Saiu muito revoltado, desnordeado, depressivo. Ele fazia uso de cocaína e a revolta dele foi ter tirado o dinheiro dele, nessa época ele me agredia muito verbalmente.

Depois, eu retornei ao Creas, mas por mim. Meu marido é semi-acamado e eu que cuido dele. Eu posso contar muito pouco com meus filhos, quase nada. E eu estou me sentindo muito cansada, exausta. Eu estou me sentindo presa, eu estou infeliz de ter que segurar uma barra que eu não gostaria de estar segurando. Mas, eu não tenho alternativa, de não conseguir enxergar outro jeito. E ele é agressivo comigo também, me agride verbalmente, ele não se esforça para fazer pequenas coisas que ele podia fazer para me ajudar, calçar uma sandália ou tirar uma roupa. Ele fala que se enganou comigo, que eu sou uma pessoa que não teve “berço”, quando eu choro e digo a ele que estou em um lugar que eu não gostaria de estar, ele fala que sabe o que é isso, porque durante o nosso casamento, muitas vezes ele já foi para casa, sem estar com vontade de ir para casa. Eu me sinto violentada, porque eu não posso cumprir com a minha vontade, não posso sequer sair de casa, eu tenho que estar com ele, sem estar a fim de estar com ele, de cuidar dele. Não é que eu não queira, mas eu não consigo.

O meu marido teve dois infartos e dois AVCs desde 2006. Ele perdeu a mobilidade, ficou com a bexiga neurogênica e passou a usar fraldas. Ele anda dentro de casa com a bengala, mas não consegue dar passos maiores. Na verdade, quando ele ficou doente a gente já estava separado de corpos há 7 anos, só dividia o mesmo teto. Hoje em dia já faz mais de 17 anos e isso é muito difícil para mim.

Nós tínhamos uma sorveteria. Meu marido era empregado de uma empresa de telefonia, mas saiu com o plano de incentivo à demissão voluntária, animado para montar a sorveteria. Mas depois que ele ficou doente, eu e a minha filha decidimos vender a sorveteria e perdemos tudo o que a gente tinha. A única

coisa que a gente tem hoje no nosso nome é o apartamento em que a gente mora.

Eu tenho um grupo de amigos da Casa Espírita que nós frequentamos e antigos colegas de trabalho que nos auxiliam financeiramente. O meu filho mais velho, depois que saiu da prisão veio morar com a gente e contraiu um empréstimo, então, sobra pouco do salário dele de agente de saúde, para as despesas da casa, cerca de 300 reais. Daqui há alguns meses meu marido completa 65 anos e nós pretendemos dar entrada no Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Mas não há perspectiva de que nós tenhamos a condição de contratar alguém para me ajudar com as tarefas e esse é o meu desespero. Também não existe outra pessoa, um outro lugar, para ele ficar. Os abrigos que existem da prefeitura são precários. Eu estou vendo a hora que eu vou largar tudo, porque eu não aguento mais. Eu não tenho ânimo de fazer nada. Às vezes eu passo dois a três dias sem tomar banho. Não tenho ânimo para cuidar da casa ou para sair. Eu já tentei suicídio uma vez. Ando com vontade de me suicidar. Quando me vejo nessa situação, quando não vejo uma saída para mim, eu não tenho onde me apoiar, como mulher, como mulher que se sente mal. A situação piorou muito há dois meses, quando eu fiquei sem atendimento psicológico na Unidade de Saúde, por conta de uma licença que o terapeuta tirou.

Eu gostaria de contar mais com a colaboração da minha filha. Se ela viesse um domingo por mês ou eu fosse para a casa dela um final de semana por mês. Mas ela trabalha de segunda à sábado, domingo é quando ela tem tempo de cuidar da casa dela. E na cabeça dela não existe espaço para mim. São meus netos que ainda me dão força para continuar vivendo.

Maria

(70 anos)

“eu fico com medo, porque eu que tenho que me cuidar, mas eu fico sozinha e estou muito esquecida”

Eu nasci em Jardim América, Cariacica. A minha mãe morreu quando eu era criança. O meu pai era alcoólatra e muito violento, ele deu um chute nela e ela, grávida, foi levada ao hospital, onde veio a falecer, durante uma tentativa de parto. Eu tive 7 irmãos, 5 estão vivos.

Eu e minhas irmãs fomos criadas muito reprimidas, pelo meu pai e minha avó. A minha avó controlava nosso namoro, a hora que meu marido, na época namorado, iria embora. Foram oito meses entre namoro, noivado e casamento, sem dar um beijo na boca.

Eu fiz Escola Normal e, aos 13 anos, já estava no magistério e trabalhava, tinha sido adiantada durante o ginásio porque eu era muito avançada para a minha idade. Eu me casei aos 20 anos e fiquei viúva 10 anos depois. Meu marido morreu de câncer na tireoide. Tive dois filhos homens, o mais velho está com 50 anos. O meu filho mais novo tem dois filhos, um de 8 anos e outro de 12. O meu marido trabalhava com vendas e eu como professora. Depois ele fez a prova da Vale e passou. Os meninos quando eram pequenos eram incentivados a não ficar à toa nas férias, vendiam chup-chup e trabalharam em oficina mecânica. Todo mundo comentava que meus filhos pareciam ter sido feitos em laboratório, por causa do comportamento deles. Mas, durante a adolescência, as coisas foram mudando. O meu filho mais velho já fugiu de casa, ele questionava sobre a pensão que recebia do pai. Quando ele começou a trabalhar, ele recebia cesta básica, mas não ajudava em casa, vendia a cesta e gastava todo o dinheiro. Quando eu o confrontei uma vez, ele fez uma cena e jogou o dinheiro em cima de mim, que estava deitada na cama, operada. Ele se mudou sem me avisar e se casou no cartório também sem me avisar.

Após eu me aposentar, eu fiz curso de cabelereira e trabalhei em casa durante uma época. Mas eu me ressinto pela ausência dos meus filhos e irmãos, choro com frequência. Eu sempre fui muito carinhosa e meu psiquiatra fala que eu sou muito carente, principalmente agora, depois da pneumonia, que não posso sair de casa.

No meu aniversário, quando eu acordei, a primeira mensagem que recebi foi de um taxista, que sempre me leva até os médicos e depois do meu filho mais novo. O meu filho mais velho mandou uma mensagem para o caçula perguntando se ia ter alguma coisa para a “D. Maria” naquele dia. Ele não fala “mamãe”.

Eu sempre fui muito família e por isso que eu sofro muito. Porque eu sinto falta. Porque eu não estou indo lá na casa dos meus irmãos, porque eu não posso ficar indo para lá e para cá. E eles não vem aqui. Vieram aqui no começo do ano passado, esse ano não veio ninguém.

Eu tenho vários problemas de saúde. Já passei por 9 cirurgias ao longo da vida: aos 15 anos, fiz de apendicite, de hérnia, vesícula, duas cirurgias para correção de arteriosclerose e catarata, já retirei pólipos do intestino, tenho gastrite alta e intensa, nefrofagia aguda, tomo remédio para urinar, para pressão alta. E eu fico com medo, porque eu que tenho que me cuidar, mas eu fico sozinha e estou muito esquecida.

O meu filho mais novo é maravilhoso. Mas eu falo com ele que estou cheia de dor e ele me diz que isso é natural, porque eu já tive quatro fraturas. Então, ele leva assim, na tranquilidade, e a companheira dele exige que eu não fale de doença.

No ano passado, eu caí dentro de casa e passei por uma série de cirurgias no braço. O meu filho mais novo e a minha nora vieram morar comigo. Mas ela não fazia nada para me ajudar, ficava no telefone e isso me dava uma agonia. Eu estava com fraqueza, não conseguia fazer nada, mas cozinhava, limpava o banheiro.

Então, o psiquiatra que cuida de mim, quis fazer alguma coisa por escrito e mandar para a Delegacia de Idosos. Eu não quis. Mas acho que ele fez mesmo

assim e por isso acho que o pessoal do Creas veio até aqui. Eu oro muito e peço muito a Deus que ele não permita que eu parta daqui sem que ele modifique o coração do meu filho mais velho.

1.3 FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CASAMENTO E TRABALHO

A historiadora italiana Luisa Passerini⁴¹, em um dos capítulos do livro *A memória entre política e emoção*, põe em debate se o gênero ainda seria uma categoria útil para a História Oral. Ela parte das discussões empreendidas por Joan Scott em um ensaio⁴² posterior ao seu artigo mais conhecido *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, no qual problematiza o uso da categoria gênero nos anos seguintes a sua incorporação. Segundo Scott, o gênero teria sido extremamente útil em um dado momento, como um ponto de vista teórico e político, permitindo a separação entre biologia e cultura, a descoberta da construção social dos sexos e a compreensão de que as mudanças nas relações entre os sexos são parte do processo histórico. Contudo, a historiadora norte-americana alega que a categoria foi submetida a algumas corrupções, como por exemplo, o fato de sexo e gênero passarem a ser empregados como sinônimos. Além disso, para Scott, as relações de gênero não tem sido historicizadas, contribuindo muitas vezes para o reforço da estabilidade da oposição entre homem/mulher e não para a sua superação. Ganhou espaço a partir daí a ideia de um sujeito feminino estável, a despeito da premissa do gênero de que “homem” e “mulher” são categorias que variam conforme o contexto histórico. Nesse sentido, Scott argumenta pelas categorias “diferença sexual” e “feminismo” que ainda indicariam um valor oposicional.

⁴¹ PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

⁴² SCOTT, 2001, apud PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

O que Passerini propõe, então, é, ao invés do abandono da palavra e do conceito, a restituição ou reinvenção do gênero, dado o seu papel inovador no passado e o efeito estimulante que ele ainda preserva. Ela destaca a integração que ocorreu nos últimos 15 anos entre a História Oral e a História das Relações de Gênero, apresentando uma revisão das pesquisas que usam a oralidade como uma de suas fontes, a partir de uma perspectiva de gênero. De acordo com Passerini⁴³, em todos os exemplos de trabalhos citados por ela, e em tantos outros, “a história de gênero e a História Oral caminharam de mãos dadas na ampliação do território da História e na renovação de seus objetos e métodos de estudo”, contribuindo não apenas para evidenciar problemas e questões que outras fontes não evidenciam, como para destacar o papel das emoções no encontro entre o público e o privado.

Porém, no mundo de hoje, ainda segundo Passerini, não se pode privilegiar uma única categoria, ampla como o gênero, mas é preciso combiná-la a outras categorias da diferença como geração, corpo e cor do corpo, pertencimento cultural e religioso. Além da atenção às categorias de raça e classe, os anos 2000 trouxeram, com suas transformações nas fronteiras, nos assuntos e fontes de pesquisa, a atenção para outra categoria: a de idade. Não apenas a de geração, mas a de idade e de envelhecimento. Passerini conta que foi surpreendente perceber a partir de então, que nem ela, nem seus colegas historiadores orais, tinham problematizado o envelhecimento, apesar de realizarem centenas de entrevistas com pessoas idosas. Sendo que o impacto de ser velho, assim como a consciência a respeito da própria diferença, ou seja, o pertencimento ao gênero, à idade, à raça e à cultura, contribui enormemente para a construção intersubjetiva e para as formas expressivas da lembrança.

Orientando-se por essa discussão, propõe-se o esforço de “genderizar a idade e dar uma dimensão de idade ao gênero”, para citar as palavras de Passerini⁴⁴, compreendendo a necessidade de tomar o gênero como categoria relacional e de combiná-lo com outras categorias da diferença, como classe, idade, cultura e religião. Ciente da simultaneidade dessas categorias, mas por questões de

⁴³ PASSERINI, 2011, p. 99.

⁴⁴ PASSERINI, 2011, p. 103.

organização do trabalho, inicia-se essa discussão pela origem social, formação familiar e cultural das mulheres entrevistadas, abordando aspectos relacionados à educação, ao casamento e ao trabalho.

Deslocamentos, educação e trabalho

Nenhuma das entrevistadas nasceu na cidade de Vitória, algumas vieram de outras cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória e do interior do Espírito Santo, e outras, de estados vizinhos, em busca de melhores condições de vida, de educação e de trabalho.

Laura (64 anos) nasceu em Guaçuí, município da região sul espírito-santense, e mudou-se para Vitória aos 18 anos, na década de 1970, para trabalhar em casa de família e tentar retomar os estudos que havia abandonado ainda na infância. Em Vitória, ela conheceu o marido, se casou e teve seus filhos e netos.

Cecilia (81 anos) é de Fundão e foi para Vitória ainda criança para morar com um tio e fazer o ginásio e, depois, a Escola Normal. Retornou para a cidade de origem, viveu um tempo em Ibraçu e em Conceição da Barra, e só se estabeleceu em Vitória há alguns anos, depois de aposentada.

Heloisa (64 anos) é natural de Mantena, Minas Gerais, e foi para Vitória aos cinco anos de idade, juntamente com a família para que ela e os irmãos tivessem melhores oportunidades de estudo.

Penha (63 anos) também nasceu em Minas Gerais, na cidade de Montes Claros, norte do estado. Foi para Guarapari passar Carnaval com amigos, segundo ela, “uma turma de *hippies*”, quando tinha 17 anos de idade, resolveu alugar uma casa em Manguinhos, no município de Serra, onde conheceu o atual marido, e ficou. Se mudou para Vitória depois de ter o primeiro filho, onde residiu em diversos bairros até se estabelecer no Barro Vermelho.

Maria (70 anos) nasceu no bairro de Jardim América, Cariacica - cidade da Região Metropolitana da Grande Vitória -, mas já morou no Rio de Janeiro, na cidade de Vila Velha - cidade adjacente à capital, Vitória - e hoje reside em Jardim Camburi.

Todas as mulheres entrevistadas possuem algum grau de escolarização, que varia do ensino médio incompleto, como é o caso de Laura, ao ensino superior. As duas mulheres mais velhas, Cecília e Maria, fizeram ginásio e o secundário, na Escola Normal Pedro II, localizada onde hoje é a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz, ao lado do Palácio Anchieta, na Cidade Alta, em Vitória.

A Escola Normal correspondia ao curso de segundo grau voltado para a formação de professores para atuarem na educação primária. A Escola Normal do Estado foi criada, de acordo com Cleonara Schwartz, Regina Simões e Sebastião Franco⁴⁵, no governo de José de Melo Carvalho Muniz Freire, no dia 04 de julho de 1892, substituindo o Colégio Nossa Senhora da Penha e o Ateneu Provincial nos cursos masculinos e femininos. A escolha do local onde a escola foi instalada já é, de acordo com os autores, portadora dos significados que se pretendia com o projeto de institucionalização da formação para o magistério, ou seja, na área mais valorizada e nobre da cidade, ocupando um lugar de destaque e próximo dos principais órgãos que concentravam o poder político (ao lado do Palácio Anchieta, sede do governo do estado desde 1798) e dos locais de residência das famílias capixabas mais distintas na época.

Em um contexto de urbanização da cidade e de um ideário modernista de educação, a Escola Normal era, ao mesmo tempo, resultado da valorização socioeconômica do magistério e representante dos valores, normas e conhecimentos que se queria propagar, servindo de exemplo, influência e ferramenta de controle social da sociedade no período, uma vez que, dada a sua localização, estaria sob o campo de visão do Governo Central.

⁴⁵ SCHWARTZ, Cleonara Maria; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e educação: territórios em convergência**. Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. P. 217 – 240.

No que diz respeito à educação feminina, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, o curso normal secundário era “apenas” um curso profissionalizante, que não permitia o acesso das mulheres ao ensino superior. Os padrões sociais de gênero, vigentes durante toda a primeira metade do século XX, impunham à mulher os papéis de esposa e mãe, de modo que a sua formação deveria ser adaptada a “sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe”⁴⁶. Principalmente durante a década de 1920, segundo Sônia Maria da Costa Barreto⁴⁷, viu-se emergir a figura da normalista pura, sublime e elevada, que deveria, no exercício de sua profissão, orientar os alunos como se fossem seus próprios filhos. A escola seria, portanto, a continuação do lar, e a função de professora, a continuação da função de mãe. No contexto da Primeira República, a mulher era responsável ainda pela formação de bons cidadãos e, conseqüentemente, pelo futuro da nação. O apelo a tal missão, fez com que muitas mulheres vissem “no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutarem de um sacerdócio”⁴⁸.

Dessa forma, as Escolas Normais, apesar de frequentadas por homens e mulheres, apresentavam uma segregação sexual dos espaços e dos currículos, com a diferenciação de disciplinas “apropriadas ao sexo”, como as de trabalhos manuais e de ginástica. Cecília (81 anos) e Maria (70 anos), apesar de terem sido admitidas na Escola Normal com quase 10 anos de diferença, apresentam narrativas semelhantes quando contam das aulas e de como era o cotidiano escolar.

Cecília conta que mesmo no ginásio, teve aulas de educação doméstica, trabalhos manuais e de culinária, em que as alunas levavam os ingredientes,

⁴⁶ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 333 – 359.

⁴⁷ BARRETO, Sônia Maria da Costa. **A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba na memória cultural da Primeira República** – década de 1920. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – Anpuh. Londrina, 2005. Disponível em: <www.anais.anpuh.org>. Acesso em: 09 de jul. 2018.

⁴⁸ BARRETO, 2005, p. 4.

aprendiam as receitas e depois comiam o que tinham preparado. No Curso Normal também

tinha educação doméstica e canto orfeônico. Quem dava a aula era um maestro. Tinha aula de religião, trabalhos manuais e tinha uma porção de matérias extras, diferente de hoje que ninguém quer nem pegar numa agulha mais.

Para Cecília, a convivência com a mãe, que fez o internato no Colégio do Carmo, estudando para ser professora, mas que não exerceu a profissão depois de casada, preferindo se dedicar à casa e às filhas, assim como o espaço escolar, são referências importantes de aprendizado, como se observa no trecho a seguir:

Mamãe não lecionava mais, mas dentro de casa era o braço direito dele (o pai). Trabalhadeira. Tudo que eu bordo, eu aprendi com ela. Ela ficava na mesa passando as roupinhas e sentava eu e minhas coleguinhas. Tudo ela ensinava para mim e para minhas coleguinhas. Eu aprendi a cozinhar, tentando cozinhar no quintal de casa. Primeiro com as folhas, depois ela começou a dar as coisas para a gente cozinhar mesmo.

Cecília deixa entrever como a educação familiar e a educação escolar tiveram um papel importante na formação de sua subjetividade, entrecruzada pelos ideais de mulher solidária e amorosa, imbuídos na figura da professora normalista, formada pela Escola Normal. Na última entrevista, depois de agradecê-la pela participação e a disponibilidade em colaborar com a pesquisa, ela pediu desculpas, caso tivesse extrapolado, falado demais, coisas que não faziam sentido para o trabalho e se não tinha conseguido colaborar para que alcançasse o objetivo da pesquisa. Tentou-se tranquilizá-la, dizendo que não havia por que desculpá-la, pois, ao trazer novos dados, ela só enriqueceria a discussão. “Se foi isso, eu fico satisfeita. Porque eu gosto de servir. Gosto mais de servir do que ser servida”, respondeu.

Ainda que a educação feminina no começo do século XX contribuísse para o reforço dos padrões de comportamento de gênero, a escolarização, uma das principais bandeiras de luta do movimento feminista no século XIX, permitiu às mulheres uma participação social mais ativa e melhores oportunidades de profissionalização e acesso ao mercado de trabalho. Cecília conta do pai, que apesar de não ter feito curso superior, lia muito e incentivava as filhas para que estudassem e de como isso foi importante para que conquistasse a sua

independência financeira, em um momento de necessidade. O pai, nas palavras de Cecília, lhe disse uma vez:

ó, minha filha, a única coisa que eu posso deixar para vocês, de herança, é o estudo. Porque não tem barata, não tem rato, não tem cupim, nada que estraga. Agora as outras coisas, não, minha filha. Roubam, destroem, vem a enchente e carrega tudo, e pega fogo nas casas. Agora o estudo, não, minha filha, enquanto você viver, a herança que seu pai te deu, te acompanha.

E Cecília completa:

Você sabe que quando eu me separei, que eu tive que voltar a trabalhar, eu me lembrei tanto das palavras dele. Porque se eu não tivesse meu diploma, eu ia ficar ao 'deus-dará', né? Dependendo de um e de outro. Eu ia ter dificuldade para me manter.

Cecília se refere ao momento em que foi abandonada pelo marido e se viu responsável pelo provimento dela e do filho de 4 anos. Ela, assim como Laura, tinha deixado de trabalhar quando se casou, a pedido do marido. Graças ao Curso Normal ela conseguiu se reinserir no mercado de trabalho, sendo aprovada em um concurso público para professora do Estado, profissão que exerceu até se aposentar por motivo de saúde. Mas não deixou de estudar e se formou também como técnica de laboratório, tendo exercido a profissão e se aposentado uma segunda vez.

Também formada pela Escola Normal, o estímulo que Maria recebeu veio de outra direção. Sua mãe faleceu quando ela tinha nove anos, durante o parto de outro irmão. Foi criada pelo pai e a avó, que a tratavam de forma muito reprimida e não incentivavam a sua instrução. Era a mais velha, dentre as irmãs, de uma família de oito filhos, portanto, ainda criança, acabou assumindo muitas responsabilidades com o cuidado da casa e a criação dos irmãos. Mesmo depois de adulta e casada, Maria conta que ajudou a cuidar dos irmãos doentes, hoje dois deles são falecidos. Porém, ela se interessava muito pelos estudos, era inteligente e tinha uma tia que morava próximo de sua casa e que a apoiava a estudar inglês e ir à escola, pagando inclusive a sua passagem. Aos 13 anos, ela já estudava o magistério e trabalhava, pois tinha sido adiantada de série durante o ginásio. Se tornou professora do estado e nunca deixou de trabalhar, mesmo depois de casada, pois as condições da família, segundo ela, não permitiam. Teve dois filhos, ficou viúva, trabalhou no município de Santa Teresa e depois conseguiu uma transferência para uma escola no município de Vila

Velha. Depois disso, ainda foi transferida para a Rádio Espírito-Santo, onde se aposentou.

Penha (63 anos), por sua vez, foi criada pelo pai e a madrasta. Após descobrir uma traição da mãe, o pai a levou de casa. Ela tinha 3 anos, ficou até os 15 sem ter contato com a mãe. Aos 12 anos, o pai faleceu e ela passou a viver somente com a madrasta, que a batia muito. Ela fugiu de casa e tentou passar um tempo com a mãe, mas a situação em que ela vivia era muito difícil. Foi quando ela resolveu vir para o Espírito Santo. Já tinha terminado o segundo grau, hoje ensino médio, e logo que conheceu o marido, engravidou. Se casaram e ela teve mais dois filhos. Junto com o marido e os filhos abriu um estabelecimento comercial, que funcionou durante alguns anos na Praia do Canto, mas veio à falência. Penha exerceu alguns trabalhos esporádicos, como de recreadora infantil em uma pizzaria e vendendo brigadeiros, mas também não contribuiu com a Previdência Social e hoje depende da ajuda de amigos do Centro Espírita que frequenta para sustentar a casa e o marido. Ela conta que como ele está perto de completar os 65 anos, espera que ele possa ter acesso ao Benefício da Prestação Continuada⁴⁹, dando a eles pelo menos a garantia de uma renda fixa mensal.

Heloisa (64 anos) é a que possui o maior nível de escolaridade. Veio de uma família de sete filhos, a maioria de médicos e dentistas. O pai não tinha estudado, trabalhava com comércio, mas sempre incentivou os filhos a irem para a escola, pois queria ter filhos “doutores”. Os irmãos de Heloisa ingressaram na faculdade antes dela e serviram de inspiração para a escolha da carreira. Fez Odontologia, mesmo sob o protesto do pai, que identificava como “doutor” apenas quem fizesse Medicina, Direito ou Engenharia. Era a época de dentistas práticos e ele acreditava não ser necessário fazer ensino superior para exercer a profissão. Se casou durante a graduação, mas não parou de estudar. Ela fala, inclusive, com tom de deboche sobre o fato de ter se casado tão nova, aos vinte anos de idade, no quinto período do curso. Assim que se formou, começou a trabalhar em um consultório, mas ainda tinha interesse em continuar os estudos. Por isso, voltou

⁴⁹ O Benefício da Prestação Continuada (BPC) consiste na garantia de um salário-mínimo às pessoas com deficiência e aos idosos com mais de 65 anos, que não tem direito à aposentadoria ou possuam outros meios de prover a própria manutenção e nem de serem providos pela família.

à Universidade para dar aula, como professora contratada, tornando-se depois, via concurso, professora efetiva. Fez mestrado e doutorado na sua área de atuação e, devido aos seus objetivos profissionais, adiou a gravidez. Depois descobriu que não podia engravidar e ela e o marido adotaram uma criança, hoje com 24 anos. Heloisa ainda atua na docência e está separada “de corpos” do marido.

Heloisa faz parte de uma geração de mulheres que, durante a década de 1970, devido ao desenvolvimento econômico de Vitória e à abertura do sistema educacional existente, se inseriu em cursos tradicionalmente considerados masculinos, como Engenharia, Direito e Medicina. Maria Beatriz Nader⁵⁰, em estudo sobre os registros de separação e divórcio nos Cartórios de Registro Civil de Vitória, concluiu que não somente houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho capixaba durante o período de 1970 a 2000, como o mercado incentivou a absorção de uma mão-de-obra mais qualificada. Heloisa afirma que não enfrentou preconceito ao se inserir na sua área, conforme relato a seguir:

Aliás é uma coisa que as pessoas falam, “ah, você deve ter enfrentado muito preconceito, porque você era mulher, em busca de crescer profissionalmente...”. Mas você sabe que eu não me lembro disso? Eu ficava observando muito os homens, porque gente, eu me formei em setenta e quatro, eu decidi fazer uma especialidade que só homem fazia, mulher não fazia. E eu fui a primeira professora dessa especialidade no meu departamento, entendeu?

Mas, mais adiante, admite que, em parte, as possíveis reações foram amenizadas por uma mudança de comportamento sua e por não ser uma pessoa que tenha dado atenção às atitudes preconceituosas. E afirma,

Eu não sofri muito preconceito, mas eu também observava muito os homens. Então, por exemplo, você não pode entrar num campo que é masculino e usar as armas femininas, você tem que usar as armas deles (risos). Eu me lembro de ter algumas vezes que eu ficava magoada, sabe? Porque alguém tinha feito alguma coisa comigo e eu olhava para um colega meu e ele estava lá numa boa. E eu não era de ficar choramingando. Falei “cara, eu não posso me comportar como uma mulherzinha aqui, eu tenho que dar uma de durona, eu tenho que

⁵⁰ NADER, Maria Beatriz. Educação Profissional e casamento: as mulheres de Vitória (1970-2000). In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e educação**: territórios em convergência. Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. P. 241 – 261.

estar no mesmo nível deles”. Entendeu? Então, eu ficava observando essas coisas. Mas não foi difícil para mim.

Observa-se que, se por um lado, Heloisa afirma não ter sofrido preconceito ao se inserir em um campo que ela própria admite ser masculino, por outro lado, ela revela que não poderia demonstrar insegurança ou ressentimento no exercício de sua profissão, pois isso representaria uma fraqueza. O recurso de se assemelharem aos homens para ingressarem e serem aceitas em certos campos científicos foi utilizado por mulheres em outros momentos da história, como afirma Lourdes Bandeira⁵¹ em relação à participação das mulheres na formação da ciência moderna. Contudo, nem por isso as mulheres deixaram de enfrentar preconceitos e barreiras ao se inserirem em profissões tradicionalmente masculinas. Vagner Cruz⁵², em dissertação de mestrado sobre a entrada das mulheres na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, entre os anos de 1983 e 1988, afirma que, durante as entrevistas com as primeiras mulheres que ingressaram na PMES, praticamente todas as policiais relataram a rejeição que sofreram por parte dos colegas de atividade, fossem subalternos, iguais ou superiores:

No exercício da atividade policial, elas eram pressionadas, avaliadas e julgadas, pois consideradas “invasoras” de um dos nichos sociais vistos como próprio dos homens, essas mulheres de vanguarda da sociedade espírito-santense experimentaram de diversas formas a rejeição, direta ou simulada. Rejeição que de forma geral buscava impor a elas a condição de submissão em relação ao homem forjada ao longo da história.

Constata-se, dessa forma, a força da construção histórica e social dos papéis de gênero, sob a tutela da ideologia patriarcal, que garantiu aos homens o predomínio nas funções públicas e políticas.

⁵¹ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2009. P. 224. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

⁵² CRUZ, Vagner de Oliveira. **Mulher e trabalho**: relações de gênero na corporação da Polícia Militar do Espírito Santo (1983-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5871_disserta%E7%E3o%20-%20Vagner%20de%20Oliveira%20Cruz.pdf>. 23 jun. 2021. P. 85.

Casamento, família e religião

No que diz respeito ao casamento, é interessante observar o lugar que essa instituição ocupa na vida dessas mulheres. Com exceção de Cecília (81 anos), que é desquitada⁵³, e de Maria (70 anos), que é viúva, Laura (64 anos), Penha (63 anos) e Heloisa (64 anos) não possuem mais uma relação com os maridos, embora ainda estejam unidas a eles legalmente. Laura ainda era casada quando a conheci. Em setembro de 2017, ela deu entrada no processo de divórcio e pouco depois que as entrevistas terminaram, em abril de 2018, em um encontro, ela disse que havia sido chamada para assinar os papéis. Segundo a equipe multidisciplinar do Creas de Maruípe, Laura havia se potencializado com o atendimento psicossocial, o que a levou a tomar a iniciativa do divórcio. Ela já estava separada “de corpos” do marido desde 1996, quando o denunciou à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).

Penha está casada há 42 anos e há 17 anos separada “de corpos”. Ela e o marido chegaram a conversar sobre o divórcio, mas logo ele sofreu dois AVCs e ficou sob seus cuidados.

Heloisa conta que a doméstica que trabalha em sua casa admira muito ela, porque ela se separou e vive *super* bem com o ex-marido, não reclama. Por outro lado, ela se separou há 15 anos. O marido saiu de casa, mas eles não assinaram o divórcio. Quando se casaram, segundo ela, foi um pouco difícil, porque era “aquela coisa romântica, de ‘nós vamos nos tornar um só’. E na verdade, isso

⁵³ A palavra desquite, de acordo com Catarina Cecin Gazele, quer dizer desquerido ou não querido. O desquite está previsto no Código Civil de 1916 e corresponde ao processo de encerramento da sociedade conjugal, com a separação de corpos e de bens, mas que não eliminava o vínculo matrimonial. Às pessoas desquitadas não era permitido casar novamente, ao menos não legalmente, além dos filhos frutos de uma nova relação serem considerados ilegítimos. O desquite podia ser amigável ou judicial e era admitido nas seguintes situações: em caso de adultério, tentativa de morte, sevícia, injúria grave ou abandono do lar. O desquite, segundo Gazele, foi substituído pela ação de separação judicial, que é um pré-requisito para a ação do divórcio. GAZELE, Catarina Cecin. **Estatuto da Mulher Casada: uma História dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória – ES, 2005. Disponível em: <historia.ufes.br>. Acesso em: 26 jun. 2019.

não existe”. Mas ela se casou em 1974, quando sequer existia a lei que permitia o divórcio.⁵⁴

Tradicionalmente, o casamento, assim como a maternidade e a vida privado-doméstica estiveram atrelados à identidade feminina, àquilo que se considerava, conforme Maria Beatriz Nader⁵⁵, o destino biológico da mulher. Desde o período colonial, instituições como a família, a Igreja e a escola serviram à promoção desse destino, através do controle social dos comportamentos, dos gestos, dos hábitos, dos projetos, ou seja, da vida feminina como um todo. Preceitos como a honra, a castidade e a virgindade, se tornaram símbolos que perduraram durante longos anos.

Nader⁵⁶ afirma que na sociedade capixaba da década de 1950 ainda era costume que as mulheres se casassem antes dos 20 anos, caso contrário, elas seriam alvo da vigilância constante de sua reputação e seriam constrangidas pelos estigmas de “encalhadas” ou “solteironas”. As que desenvolvessem algum tipo de atividade remunerada capaz de prover o seu sustento, se veriam livres também da ideia de que eram um peso para a família. Aos poucos a situação se alterou, pois, as mulheres que se inseriram no mercado de trabalho em fins dos anos de 1950 influenciaram suas filhas para que se profissionalizassem e tivessem uma vida melhor. Na década de 1960, as jovens procuravam cada vez mais romper com os padrões que apregoavam uma dependência econômica da mulher ao marido, ainda que não rejeitassem a ideia do casamento em si. Nos anos de 1970 e de 1980, começaram a emergir os efeitos dessa trajetória, como por exemplo a mudança na faixa etária para o casamento, cada vez mais tardio, e a relação que as mulheres estabeleciam com a instituição casamento. Porém, isso não significou que o interesse das mulheres pelo casamento tenha diminuído.

⁵⁴ O divórcio, como possibilidade de dissolução do casamento, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, e regulamentado pela Lei nº 6.515, aprovada em 26 de dezembro de 1977.

⁵⁵ NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

⁵⁶ NADER, 2007.

Uma vez que a ideia do casamento esteve durante longo período associado à Igreja, sendo considerado um sacramento cristão, pode-se questionar se a relação que essas mulheres estabelecem com a religião tem influência também na sua relação com o casamento. Quando perguntadas sobre sua crença, Laura (64 anos) disse ser católica, mas frequentar igrejas evangélicas, que a ajudam com cestas básicas. Cecilia (81 anos) é católica e é membra assídua de uma paróquia no bairro onde reside, onde também frequenta o estudo bíblico. Ela, aliás, afirma que não pensou em se casar outra vez, depois do desquite, pois, na sua opinião, “casamento é um só”. Penha (63 anos) frequenta um Centro Espírita e Maria (70 anos), uma igreja evangélica.

Como aponta Joan Scott⁵⁷, o gênero, enquanto elemento constitutivo das relações sociais, se manifesta por meio de representações simbólicas construídas pelas instituições e organizações sociais, dentre elas a família, a educação, o casamento e o mercado de trabalho. E é na interação com as representações culturais historicamente localizadas e as organizações sociais que ocorre a construção das identidades subjetivas.

Por esse motivo, a origem social das mulheres entrevistadas tornou-se o ponto de partida para a análise dos relatos neste capítulo. Acredita-se que reconstruir suas referências do que é ser e estar no mundo – particularmente, o que é “ser mulher” e quais são as expectativas sobre os papéis sociais femininos – a partir das suas histórias de vida, seja fundamental para compreender os vínculos que essas mulheres estabelecem com o processo de envelhecimento, com as violências e nas relações afetivas com os pais, cônjuges e filhos.

Foi possível perceber que as famílias de origem são caracterizadas por um padrão semelhante no que diz respeito à composição, à distribuição de papéis e às dinâmicas de relacionamento que se desenvolveram entre seus membros. São famílias formadas pelo casal, 2 a 8 filhos, em que os homens se constituem

⁵⁷ SCOTT, 2019.

como os principais provedores, exercendo as profissões de trabalhadores rurais ou comerciantes, e as mulheres de donas de casa. De posse da renda familiar, as decisões desse núcleo parecem partir também da figura masculina, que muitas vezes não hesita em fazer uso do autoritarismo e da violência para exercer o seu controle. É o caso do pai de Laura (64 anos) que decidia se e quando os filhos iriam estudar. Não se sabe quais as circunstâncias anteriores ao ocorrido, mas o fato é que, segundo Maria (70 anos), a mãe morreu de complicações de um parto induzido por um chute que sofreu do marido alcoólatra.

As mulheres são praticamente invisíveis nos relatos sobre a família de origem, quando muito, são vistas como o “braço direito” dos homens, como descrito por Cecília (81 anos), o que esboça uma noção de laço de confiança, mas, sobretudo, de complementaridade da função da esposa em relação ao marido, em que ele é tomado como o ponto focal do núcleo conjugal. Cecília parece nutrir uma visão idealizada, quase bucólica, a respeito do relacionamento dos pais e afirma não ter presenciado cenas de violência entre eles. Contudo, ainda que por força exclusivamente das normas sociais de sua época, a mãe “preferiu” renunciar à profissão de professora para a qual estudou, para se tornar esposa e mãe.

O que se sucede nas famílias de origem de Heloisa (64 anos) e Penha (63 anos) é bastante representativo de uma dupla moral sexual que se estabelece socialmente na avaliação do comportamento de homens e mulheres. O pai de Heloisa (64 anos) manteve uma segunda família durante todo o tempo em que esteve casado com sua mãe, família que ela só veio a tomar ciência e conhecer depois de adulta. Já o pai de Penha (63 anos), ao saber da infidelidade da esposa, pôs em prática um plano para conseguir fugir de casa levando com ele a filha, sem o conhecimento da esposa. Esposa esta que já tinha sido submetida à violência sexual desde a infância e que se encontrava grávida. Pode-se imaginar o peso que essas experiências traumáticas, incluindo os estupros e o abandono do marido, tiveram sobre a vida da mãe de Penha nos anos seguintes. Porém, a mesma sociedade que é conivente com as relações extraconjugais masculinas, pune as mulheres por comportamentos semelhantes.

Nascidas entre as décadas de 1930 e 1950, as mulheres entrevistadas foram, portanto, educadas sob a égide de uma ideologia de gênero, que continuava a associar a mulher ao casamento, ao espaço da casa, às atividades domésticas, à maternidade e às tarefas de cuidado. Essa ideologia de cunho tradicionalista e conservador apregoava ainda o recato, a resignação e a submissão como características femininas.

Nas primeiras décadas do século XX, viu-se crescer o movimento pelo sufrágio feminino, herança do final do século XIX, e que culminou na conquista do voto feminino em 1932. Durante esse período, as mulheres das classes médias e altas conquistaram também novas oportunidades no ensino superior e no mercado de trabalho, como médicas, advogadas e engenheiras, ainda que representassem uma minoria dentro dessas profissões. Com o crescimento do setor de serviços, aumentaram ainda os cargos em escritórios e no comércio. Porém, esses avanços não acarretaram mudanças de mentalidade no que diz respeito às funções essenciais a serem desempenhadas por homens e mulheres. Susan Besse⁵⁸ afirma que entre as décadas de 1930 e 1940, ocorreu uma modernização do sistema de gênero que provocou um progresso ambíguo, uma vez que embora depois de intensas lutas, as mulheres tenham conquistado a cidadania plena, surgiu uma forma ainda mais legítima de dominação masculina.

O trabalho assalariado das mulheres das classes médias e altas passou a ser visto como favorável, “desde que não maculasse a reputação das mulheres [...], não comprometesse sua feminilidade, [...], nem ameaçasse a estabilidade do lar chefiado pelo homem [...]”⁵⁹. Por outro lado, o trabalho das mulheres da classe operária foi cada vez mais encarado como um risco à família, considerada naquele contexto como a célula-máter do Estado e pilar de sustentação da ordem social e política. Dessa forma, demarcava-se que os novos direitos conquistados pelas mulheres não deveriam prejudicar seus deveres fundamentais dentro da instituição familiar. Além disso, os currículos escolares, a exemplo das disciplinas de educação doméstica e culinária, ofertadas pela

⁵⁸ BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

⁵⁹ BESSE, 1999, p. 8.

Escola Normal Pedro II, onde Cecília (81 anos) e Maria (70 anos) cursaram o curso de Magistério, se voltavam para preparar essas mulheres principalmente para o papel de donas de casa, esposas e mães.

Nesse sentido, as dinâmicas que as mulheres entrevistadas observaram e vivenciaram nas famílias de origem fazem parte de um sistema de relações hierarquizadas de gênero que servem como padrões de referência e que se reproduzem nas relações que estabeleceram na família que formaram a partir do casamento. É o caso de Laura que interrompeu por duas vezes os estudos, primeiro, por causa do pai e, mais tarde, por causa do marido, e de Cecília, que mesmo tendo recebido incentivo do pai para que estudasse, ao se casar e a pedido do marido, abandonou a profissão de professora. Ou seja, assim como nas famílias de origem, o ponto de vista masculino é definidor nas decisões tomadas no que concerne às vidas dessas mulheres. Suas existências são silenciadas e invisibilizadas dentro do casamento até o momento em que decidem romper com essas relações ou que veem essas relações serem rompidas. É bastante simbólico quando Cecília menciona que o cunhado acabou com a sua vida ao contar que o marido a traía. O que se encontra em jogo, portanto, não é apenas o dano moral causado pela quebra de confiança dentro do casamento, mas a exposição da traição que rompe o véu de expectativas que envolvia a relação conjugal.

A ideia de indissolubilidade do casamento, reforçada pelo aspecto religioso, também cumpre papel importante nesse contexto. Não é demais reforçar que Heloisa e Penha, apesar de terem manifestado o desejo de se separarem dos maridos há anos, continuam vinculadas a eles por meio do registro civil. E ainda, no caso de Penha, há uma noção de obrigação moral que a força a continuar convivendo sob o mesmo teto e cuidando do marido acamado, ainda que submetida a violências. Ela justifica essa situação dizendo que se trata de uma questão de “humanidade” com uma pessoa que é dependente, porém isso implica em sacrificar a sua própria integridade, que também é posta em jogo quando os próprios filhos não assumem os mesmos cuidados com ela e o pai.

Os padrões sociais de gênero atravessam desejos, projetos de vida e perspectivas de futuro das mulheres, minando sua autoestima e tornando-as

muitas vezes vulneráveis emocionalmente e financeiramente. Com a velhice, essas problemáticas se aprofundam e se intensificam, pois ao lugar de sujeição imposto pelas construções sociais de gênero, se somam as discriminações em função da idade. Discriminações essas que já configuram em si formas de violência, mas que operam também como catalisadoras de outras formas de violência.

CAPÍTULO 2

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VELHICE NOS RELATOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Quando é que nos tornamos velhos⁶⁰? Aos 55, 60, 65 ou 70 anos? Nada se revela mais flutuante do que os contornos da velhice, que é um complexo fisiológico, psicológico e social. Teremos a idade das artérias, do coração, do cérebro, do espírito ou do próprio estado civil? Ou será antes o olhar dos outros que um dia nos classifica entre os velhos?

Georges Minois

A questão da velhice como uma categoria histórica e social é um dos pressupostos teóricos que norteia a discussão deste capítulo. O envelhecimento, visto enquanto processo, comporta uma dimensão biológica, universal e natural do ciclo biológico do ser humano e de outras espécies naturais, começando pelo nascimento, passando pelo crescimento até a morte. Porém, esse processo sofre enorme influência do meio cultural, social e psicológico, como demonstra

⁶⁰ No decorrer do trabalho, utilizamos o termo velho como sinônimo de idoso, tal qual os autores aqui citados o utilizaram. Sabemos do significado pejorativo que o mesmo carrega, sendo, inclusive, substituído pelo termo “idoso” nas legislações francesas e depois brasileiras, inspiradas por essas últimas, a partir da década de 1960, como uma forma de mitigar os preconceitos contra a velhice. Porém, fazemos coro com os autores que argumentam que longe de demonstrar uma preocupação com a promoção de políticas públicas que amparassem a população idosa, a iniciativa significou uma mera troca de etiquetas (PEIXOTO, 2006). Além disso, lembramos o ocorrido durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, em setembro de 2013, na cidade de Florianópolis-SC, presenciado e descrito em trabalho anterior (SILVEIRA, 2015), em que durante uma mesa intitulada *Formas de escrever a História das Mulheres*, Carla Bassanezi Pinsky apresentava o livro *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizado por ela, onde figura o capítulo *Mulheres velhas*, de Alda Britto da Motta. Durante sua fala, Pinsky foi questionada sobre o título do trabalho de Motta e o peso da palavra “velhas”, ao que passou a palavra para a autora que estava na plateia para que a mesma o explicasse. Segundo Motta, o título foi proposital e faz parte de uma tomada de posição política em reabilitar o termo “velhas”. No texto publicado (MOTTA, 2012), Motta ainda destaca que tal estratégia vai de encontro a ânsia da sociedade de consumo em eufemizar a “idade” e disfarçar a fobia social a essa etapa da vida, ao oferecer serviços voltados para o que chama de “terceira”, “melhor” ou “feliz idade”, quando socialmente persiste o sentido negativo da velhice.

Georges Minois⁶¹, historiador francês, cuja citação abre este capítulo. Ou seja, as mudanças ocorridas durante esse processo, bem como o seu ritmo e o seu impacto sobre as pessoas, sobre as formas de se enxergar e de se vivenciar a velhice, vão depender de inúmeros fatores, dentre os quais destaca-se o gênero, a raça, a classe social, a formação familiar e a subjetividade dos sujeitos em envelhecimento. Em outras palavras,

Biologicamente, os homens começam a envelhecer desde o nascimento, mas em velocidades muito diferentes. A situação social, a forma de vida e o envolvimento cultural aceleram ou diminuem a evolução biofisiológica e fazem-nos entrar na velhice em idades muito variadas.⁶²

Além disso, como este trabalho envolve uma abordagem histórica, é importante destacar que os significados atribuídos à velhice, a posição que as pessoas idosas ocupam em determinada sociedade e o tratamento dispensado às pessoas idosas pelos mais jovens também varia conforme o contexto de cada época e lugar.

Tal perspectiva, da construção sócio-histórica das idades, como demonstra Guita Grin Debert⁶³, tem orientado a análise não apenas da velhice, mas também de outras etapas da vida, como a infância, a adolescência e a juventude.⁶⁴ Segundo a autora, todas as sociedades possuem classificações etárias, mas essas classificações não são as mesmas para todas as sociedades, assim como os critérios que definem as fronteiras entre elas.

Debert⁶⁵ aponta para o caráter político presente na definição das fronteiras entre as categorias de idade, produto das disputas de poder entre os grupos sociais

⁶¹ MINOIS, Georges. **História da velhice no ocidente**. Da Antiguidade ao Renascimento. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Teorema, 1999.

⁶² MINOIS, 1999, p. 11.

⁶³ DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 49 – 68.

⁶⁴ Como exemplos de estudos voltados para a construção social das idades, a autora menciona: ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981; DUBY, Georges. **Hommes et structures du Moyen Age**. Paris, Mouton, 1973; ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990; e, FEATHERSTONE, Mike. Aging and old age – reflection on the post-modern life course. In: Bytheway, B. et alii (eds.). **Becoming and being old: sociological approach to later life**. London, Sage, 1989.

⁶⁵ DEBERT, 2006.

situados em diferentes momentos do curso da vida. As categorias de idade constituem-se como parte elementar da organização social, sendo tomadas como ferramenta para a definição de direitos e deveres, influenciando as relações entre as gerações e a distribuição de poder e privilégios.

A partir das transformações ocorridas com a modernização das sociedades ocidentais, Debert afirma que esse processo se intensificou e as idades passaram a assumir elas próprias o estatuto de instituições sociais, dando origem a chamada “institucionalização do curso de vida” ou “cronologização da vida”, envolvendo praticamente todas as esferas da vida familiar, do mundo do trabalho, do sistema produtivo, das instituições educativas, do mercado de consumo e das políticas públicas. Do nascimento à morte, tornou-se necessária, portanto, a padronização da infância, da adolescência, da idade adulta e da velhice, assim como a regulamentação estatal do curso da vida, que se materializou, por exemplo, na fixação da maioridade civil, do início da vida escolar e das demais fases de escolarização, da entrada no mercado de trabalho e da aposentadoria.

Essas regulamentações, por sua vez, converteram-se em referência para a “constituição de perspectivas e projeto de vida, por meio dos quais os indivíduos se orientam e planejam suas ações, individual e coletivamente”⁶⁶. Como afirma Andrea Moraes⁶⁷, a percepção sobre a idade cronológica e o curso da vida é uma forma de ordenamento social da existência individual, que estabelece expectativas, papéis sociais e o cumprimento de rituais de passagem de uma etapa a outra, como o momento adequado para se casar e ter filhos. A padronização por faixas etárias e os comportamentos aprovados por cada grupo podem variar ao longo do tempo e conforme o contexto, podendo até mesmo surgir novas etapas no curso da vida, como é o caso da “pré-adolescência” e da “terceira idade”, que surgem da fragmentação de faixas etárias instituídas anteriormente.

⁶⁶ DEBERT, 2006, p. 60.

⁶⁷ MORAES, Andrea. O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. (Org.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

No caso da velhice, a sua constituição enquanto etapa separada da vida adulta, nas sociedades ocidentais contemporâneas, se deu em um processo posterior à “descoberta” da infância e da juventude e foi resultado de dois fatores: a formação de novos saberes médicos especializados, como a geriatria e a gerontologia, e a institucionalização das aposentadorias, na transição do século XIX para o século XX. Porém, considera-se importante neste momento fazer um recuo um pouco mais abrangente do que o recorte cronológico adotado neste trabalho de modo a compreender o percurso histórico que proporcionou a emergência da velhice enquanto etapa da vida e preocupação social.

2.1 A VELHICE COMO UMA CATEGORIA SOCIAL: DESVENDANDO SEUS SIGNIFICADOS NA HISTÓRIA

Em trabalhos como *A velhice*, de Simone de Beauvoir⁶⁸, e *História da Velhice no Ocidente*, de Georges Minois⁶⁹, é possível perceber como diferentes sociedades constroem ao longo do tempo suas representações acerca da velhice. Contudo, esses autores esbarram na dificuldade com as fontes que, muitas vezes, não diferenciam os velhos do conjunto de pessoas adultas, uma vez que nas sociedades antigas não havia essa divisão da vida em fases, como se faz hoje. Além disso, como afirma Beauvoir⁷⁰, a velhice é uma questão de poder e enquanto tal não se coloca, senão no interior das classes dominantes, uma vez que

Até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio.

⁶⁸ BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁶⁹ MINOIS, 1999.

⁷⁰ BEAUVOIR, 1990, p. 111.

Como uma questão de poder, a velhice tampouco diz respeito às mulheres, para Beauvoir⁷¹, é um problema dos homens:

Enquanto experiência pessoal, a velhice concerne tanto a eles quanto às mulheres, e mesmo mais ainda a estas últimas, pois vivem mais tempo. Mas quando se faz da velhice um objeto de especulação, considera-se essencialmente a condição dos machos. Primeiro, porque são eles que se exprimem nos códigos, nas lendas e nos livros; mas sobretudo porque a luta do poder só interessa ao sexo forte.

Beauvoir chega até mesmo a declarar ser impossível, nesses termos, escrever uma história da velhice que não se restrinja talvez a apenas uma certa imagem da velhice. De qualquer modo, afirma escrever o livro “para quebrar a conspiração do silêncio” que envolve a velhice, que até aquela época⁷² ainda era vista como um assunto proibido, triste, inexistente, um segredo vergonhoso e raro, mesmo nas obras especializadas. Minois⁷³, em constatação semelhante, afirma ser seu principal objetivo o de ressuscitar os velhos de outrora, segundo ele, duas vezes mortos e duas vezes esquecidos: “mortos e esquecidos nos espíritos e nos escritos dos seus contemporâneos antes de conhecerem a morte natural e o próprio esquecimento do tempo”.

Esses dois autores são responsáveis pela desconstrução do mito de uma suposta “idade do ouro” da velhice, segundo o qual, em sociedades anteriores, as pessoas idosas seriam detentoras de um *status* social e de privilégios que não mais existiriam na modernidade. Minois⁷⁴, que se dedica a uma História da velhice no Ocidente, da Antiguidade ao Renascimento, afirma que, de modo geral, sempre se preferiu a juventude à velhice, uma vez que

Desde o começo da História, os velhos lamentam a sua juventude e os jovens receiam pela chegada da velhice. Para o pensamento ocidental, a velhice é um mal, uma doença, um período triste que deixa adivinhar a morte e esta é muitas vezes encarada com mais simpatia do que a decrepitude, porque é um sinal de libertação.

De acordo com Minois, existem alguns fatores que contribuem para definir o estatuto social dos velhos nas sociedades ocidentais da Antiguidade ao Renascimento: a fragilidade física, o conhecimento e a experiência, a alteração

⁷¹ BEAUVOIR, 1990, p. 111.

⁷² A primeira edição da obra foi publicada em 1970.

⁷³ MINOIS, 1999, p. 13.

⁷⁴ MINOIS, 1999, p. 367.

dos traços físicos, o parentesco e as variações nas formações familiares e a acumulação de riquezas. De modo geral, durante essa época, as sociedades têm como alicerces a força física e o vigor corporal, condições que *a priori* colocam os mais velhos em desvantagem. Porém, observam-se algumas variações pontuais, que contribuem para tornar melhor ou pior, local e momentaneamente a condição dos velhos. Assim, os períodos considerados de “transição”, como o mundo helenístico, o tempo das invasões germânicas e a Baixa Idade Média teriam sido menos agressivos e desfavoráveis aos velhos, do que os “clássicos”, como a Grécia e a Roma Clássicas e o Renascimento. Isso porque

Esses tempos de agitação, libertos de preconceitos e das rígidas estruturas que caracterizam os tempos de equilíbrio, são mais abertos à diversidade dos talentos, mais receptivos às diferenças, menos dominados pelos tabus estéticos, morais ou sociais.⁷⁵

É um tempo difícil para todos, a precariedade é parte comum de todas as idades e, portanto, os velhos são menos rejeitados.

São exemplos daquelas variações, por exemplo, no que diz respeito, primeiro, à fragilidade física, o fato de que o mundo merovíngio e a alta Idade Média, por serem sociedades menos policiadas e mais anárquicas, seria pior para os velhos, pois estariam assentadas na lei do mais forte. Enquanto nas sociedades mais estruturadas, em que o Estado e a lei impõem o respeito à ordem, como em Roma e nas monarquias absolutistas do século XVI, os velhos estariam mais protegidos das agressões físicas por parte dos mais fortes.

Por outro lado, essa mesma sociedade romana, ao lado da renascentista, não reconheceriam o conhecimento e a experiência dos velhos, pois seriam marcadas, principalmente no caso da segunda, pela aceleração da história, pela progressão da escrita, dos arquivos e das leis escritas. Nesse contexto, os velhos seriam considerados ultrapassados. Diferente das sociedades fundadas na oralidade e nos costumes, como na Grécia e na Idade Média, mais favoráveis aos velhos, uma vez que esses desempenhariam o papel de conexão entre as gerações e de conservação da memória coletiva. Ao mesmo tempo, a Grécia

⁷⁵ MINOIS, 1999, p. 370.

Antiga e o Renascimento são conhecidos pelo culto à beleza física, o que as leva a desprezar a velhice.

Beauvoir reforça as impressões de Minois sobre o estatuto das pessoas idosas na antiguidade grega e romana ao analisar os escritos de Hipócrates, Aristóteles e Cláudio Galeno. Hipócrates, considerado o “pai da medicina”, retomou a teoria pitagórica dos quatro humores (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra), segundo a qual o organismo humano e a personalidade são marcados por períodos de equilíbrio ou de doença e de dor. Nesse sentido, a doença e a velhice aparecem associadas como períodos de ruptura do equilíbrio entre aqueles quatro humores corporais. Segundo Hipócrates, a velhice começaria aos 56 anos, sendo descrita como uma época em que as pessoas têm menos necessidade de comida que os jovens, marcada por dificuldades respiratórias, dores, doenças, vertigem, sonolência, com prejuízos à visão e à audição.

Aristóteles aparece como sucessor de Hipócrates nas descrições sobre o envelhecimento, porém, de acordo com Beauvoir, um sucessor “medíocre”, que funda suas impressões na especulação e não na experiência. A condição da vida, para Aristóteles, seria o calor interior e a senescência seria o resfriamento desse calor.

Cláudio Galeno, por sua vez, foi o responsável por uma síntese da medicina antiga, combinando a teoria dos humores com a do calor interno. Considerava a velhice como uma fase intermediária entre a saúde e a doença, na qual as funções fisiológicas encontram-se reduzidas e enfraquecidas. A sua *Gerocomica*, um manual com conselhos de higiene, que serviu de referência para a medicina até pelo menos o século XIX, trazia como receita para os velhos manter o corpo quente e úmido, através de banhos quentes, bebendo vinho e mantendo-se ativo fisicamente.

A obra de Galeno, de acordo com Beauvoir, era impregnada de religiosidade e influenciou a medicina durante séculos, além de católicos, judeus e árabes muçulmanos. Por isso, a medicina pouco se desenvolveu durante a Idade Média e a velhice continuou muito mal conhecida. A exceção é Avicena, um dos discípulos de Galeno, que no final do século XI, escreveu considerações

importantes sobre as doenças crônicas e as desordens mentais dos anciãos. A medicina, nesse momento, se concentrava menos em curar do que prevenir, logo, todas as obras que se voltaram para a velhice até o século XV eram tratados de higiene e receituários de como manter a saúde e a longevidade, poucas eram referências sobre o diagnóstico e a terapêutica.

As mudanças começaram a ocorrer de fato no século XIX, quando se forma um saber novo, voltado não apenas para a medicina preventiva, mas para a medicina terapêutica, preocupada em curar os velhos. Surge, nesse momento, a geriatria, sem ainda levar esse nome. A geriatria foi favorecida na França, de acordo com Beauvoir, pelo aumento da população idosa e pela criação dos asilos, que concentravam esse público e onde era fácil coletar os dados clínicos sobre ele. Beauvoir conta que a *Salpêtrière*, maior asilo da Europa e possivelmente a primeira instituição geriátrica, chegou a abrigar 8 mil doentes, dentre os quais de 2 a 3 mil eram velhos. Foi ali que Charcot realizou suas conferências sobre a velhice, que seriam publicadas em 1866, alcançando enorme repercussão e influenciando as pesquisas sobre envelhecimento que a partir daí se multiplicariam.

Clarice Peixoto⁷⁶, que se dedicou ao estudo da transformação da velhice em preocupação social a partir de uma comparação entre o caso francês e o brasileiro, argumenta que, na verdade, foram as consequências econômicas do aumento da população com mais de 60 anos que fez do envelhecimento campo específico de investigação. Esse fenômeno afetou as estruturas financeiras das empresas e do Estado, que passaram a arcar com os custos dos velhos, e afetou também as estruturas familiares, uma vez que até então a família era a única instituição responsável pelo sustento e amparo dos seus velhos.

Entretanto, a velhice que se apresentou como uma preocupação na França do século XIX, de acordo com Peixoto⁷⁷, foi a velhice desamparada, que não possuía os meios de assegurar o seu futuro financeiro. As pessoas que detinham

⁷⁶ PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 69 – 84.

⁷⁷ PEIXOTO, 2006.

certo patrimônio, por outro lado, poderiam ocupar uma posição social, administrar seus bens e desfrutar de respeito. Tal diferenciação se expressou, inclusive, nos termos utilizados para designar cada um desses grupos de pessoas de mais idade: velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*), para os primeiros, e idosos (*personne âgée*), para os últimos.

Nesse contexto, a representação social da velhice, caracterizada como invalidez e incapacidade de produzir, aparece associada à necessidade do indivíduo de se inserir no processo de produção. Aqueles que dependiam da venda de sua força de trabalho e que viam seu vigor físico diminuindo eram considerados velhos, em um sentido pejorativo. As caixas de aposentadoria se constituíram, portanto, em uma forma do patronato empresarial “se livrar” desses trabalhadores velhos, que não rendiam tanto, reduzindo, assim, os custos com a produção.

Portanto, como afirma Moraes⁷⁸, a velhice ganha visibilidade e atenção como um problema social, primeiramente, a partir de sua identificação com a incapacidade, a pobreza e a improdutividade, o que leva à instituição das aposentadorias e dos asilos de idosos. De acordo com a autora,

A velhice, nessa conjuntura, é pensada e experienciada como um momento de afastamento da vida produtiva, de reclusão ao espaço privado, identificada com a classe trabalhadora que se retira do mundo fabril por força da idade.⁷⁹

Após a Primeira Guerra Mundial, a França enfrentou um processo de agravamento das condições de vida da população idosa, o que provocou uma revisão nas políticas sociais de administração da velhice, orientadas até então pela exclusão (nos asilos) e não pela integração. Em 1910, o país já havia estabelecido a aposentadoria para operários e camponeses; entre 1930 e 1945, criou os seguros sociais para a velhice; em 1945, criou a *Securité Sociale* (o sistema previdenciário francês), que em 1953 foi estendido para o setor agrícola; e, em 1949, a *Carte d'Economiquement Faible*, um atestado de indigência, que

⁷⁸ MORAES, 2011.

⁷⁹ MORAES, 2011, p. 431.

dava acesso à “assistência médica, alimentação gratuita nos restaurantes populares, assistência jurídica e outros”⁸⁰.

A partir dos anos de 1960, a política de integração francesa se direcionou para mudanças na estrutura político-administrativa e para uma discussão das imagens das pessoas envelhecidas. Para isso, o governo tentou implementar uma reformulação no sistema previdenciário francês, a partir de um projeto que propunha o aumento das contribuições, a redução dos valores das indenizações e um reajuste nas idades para obtenção da aposentadoria, o que acabou gerando uma grande mobilização popular. Além disso, houve uma readequação nos termos de tratamento das pessoas envelhecidas utilizados nos documentos oficiais, com a substituição de vocábulos considerados pejorativos, como “velho” e “velhote”, por noções menos estereotipadas, como a de “idoso”.

É nesse momento ainda que emergiu a expressão “terceira idade”, como uma forma mais respeitosa de designar os jovens aposentados que se encontravam entre a aposentadoria e a velhice. Não se tratou, portanto, de um substituto para a velhice, mas de um novo recorte nas idades, de maneira a distinguir os jovens idosos, dos idosos velhos. A “terceira idade” foi associada a uma representação de envelhecimento ativo e independente, propício para novas atividades e marcado pelo dinamismo. Além da integração, a política francesa inaugurou, assim, um período de autogestão do envelhecimento, tornando-o um problema privado a ser enfrentado pela iniciativa pessoal. Tal representação foi resultado do processo de universalização das aposentadorias e de criação de uma série de instituições, agentes e serviços especializados no tratamento da velhice.

Peixoto se refere ao surgimento da geriatria e da gerontologia, no início do século XX, duas disciplinas científicas direcionadas para o estudo e o tratamento da velhice. A geriatria, enquanto ramo da medicina especializado nas patologias da velhice, foi criada pelo vienense, radicado nos Estados Unidos, Ignatz Leo Nascher, que, em 1909, publicou seu primeiro artigo sobre o assunto e, em 1912, fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque. A gerontologia, por sua vez, constitui-se em um campo interdisciplinar de estudos e de pesquisas, que se

⁸⁰ PEIXOTO, 2006, p. 75.

desenvolveu ao lado da geriatria, dedicando-se não às “doenças senis”, mas ao próprio processo de envelhecimento, visto sob suas dimensões biológicas, psicológicas e sociais.

Com exceção do trabalho de Peixoto, que analisou ainda o caso brasileiro a partir de 1890, focando, sobretudo, da década de 1960 em diante, uma História da Velhice no Brasil nos períodos anteriores, a exemplo do que fez Minois, ainda está por ser escrita. Nesse sentido, procurou-se buscar na historiografia vestígios da representação dos idosos no decorrer da história brasileira, de modo a contribuir com esse importante campo de estudos e de tentar construir um inventário das representações que estariam à disposição das pessoas em envelhecimento hoje.

Estudos como o de Ronald Raminelli⁸¹, em capítulo do livro *História das Mulheres no Brasil*, intitulado *Eva Tupinambá*; a obra *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre⁸², e o livro de Jurandir Freire Costa⁸³, intitulado *Ordem médica e norma familiar*, ainda que não se dediquem especificamente à análise da situação das pessoas velhas na história, trazem subsídios para a reconstituição do papel social que desempenharam ao longo do tempo e fundamentam a análise.

Em *Eva Tupinambá*, Raminelli demonstra a visão dos viajantes e missionários sobre o cotidiano dos nativos no período colonial, sob um viés europeu, cristão e humanista impregnado de misoginia. O seu enfoque recai sobre o “ciclo de vida cumprido pelas mulheres na sociedade tupinambá desde o nascimento até a velhice” e, mais especificamente, “os estereótipos ligados às velhas canibais, pois foram elas as que mais despertaram a curiosidade dos viajantes e missionários dos séculos XVI e XVII”⁸⁴. Nesse contexto, as mulheres velhas eram associadas à degeneração moral e à degradação da idade. As rugas, os seios caídos e os costumes abomináveis eram vistos como próprios dessas

⁸¹ RAMINELLI, Ronald. *Eva Tupinambá*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. P. 11 – 44.

⁸² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

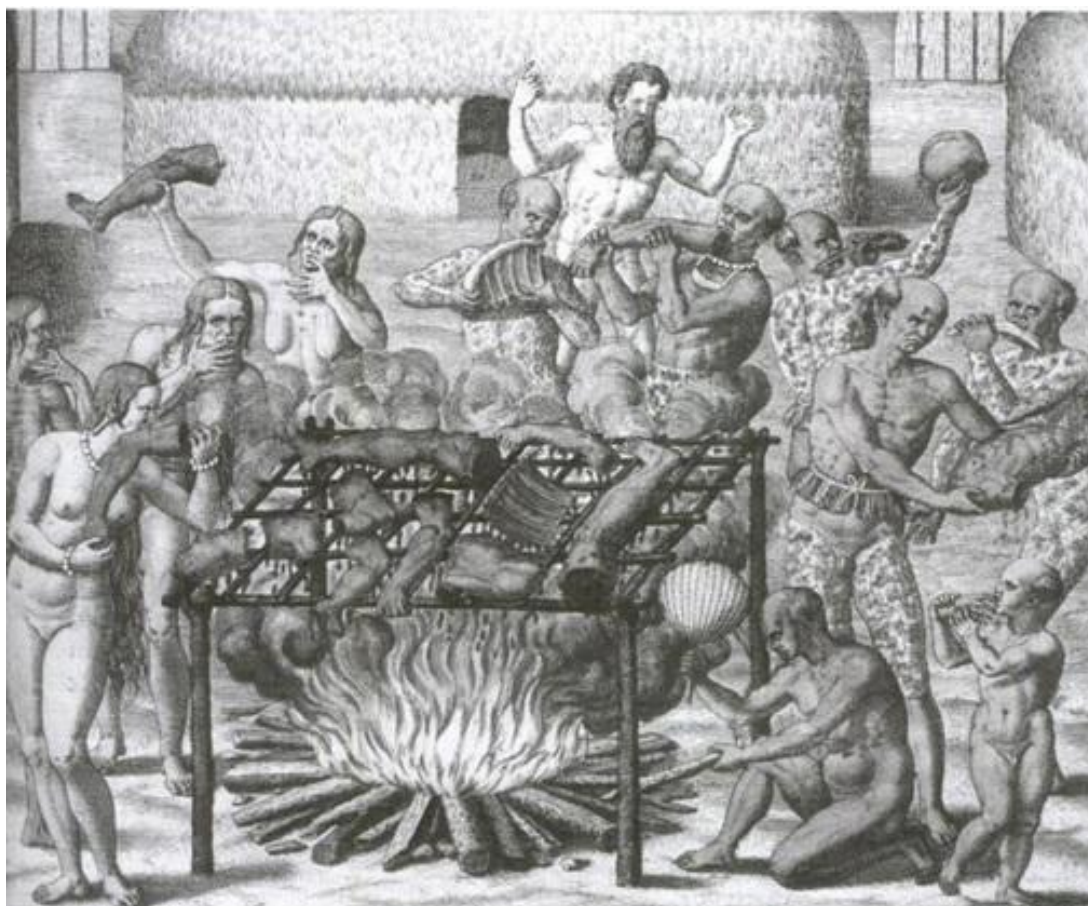
⁸³ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

⁸⁴ RAMINELLI, 1997, p. 12.

mulheres e consequência das transgressões perpetradas por elas durante a vida, como o fato de estarem envolvidas no preparo das bebidas que antecediam a ingestão da carne humana e na iniciação sexual dos meninos.

Ao analisar as gravuras de Theodor de Bry, que “nunca cruzou o oceano, tampouco chegou a conviver com os nativos do Novo Mundo”, Raminelli⁸⁵ identifica que na ilustração intitulada *Boucan et Barbarorum culina* (Figura 1), diferente das índias jovens que foram representadas na cena canibal com corpo escultural, seios firmes e devorando um braço sem perder os gestos de *coquette*, as mulheres velhas, em contrapartida, aparecem “com rugas na testa, seios caídos, cabelos desalinhados e ralos”, lambendo os dedos e sorvendo a gordura do morto. Desse modo, “muitos relatos tratam do assunto e todos enfatizam o interesse das velhas pela carnificina e pela vingança”.⁸⁶

Figura 1 - *Boucan et Barbarorum culina*



Fonte: DE BRY, apud RAMINELLI, 1997, p. 37.

⁸⁵ RAMINELLI, 1997, p. 29.

⁸⁶ RAMINELLI, 1997, p. 37.

Como já salientado, tais representações sobre as índias idosas dizem mais sobre a visão misógina dos europeus na época moderna do que sobre as concepções e atitudes da própria população nativa. Nesse sentido, convém destacar além da misoginia, já apontada por Raminelli, também o ageísmo presente no discurso desses missionários e viajantes. Minois traz indícios para a compreensão de seus contextos de origem ao discutir em capítulo do livro *História da velhice no Ocidente*, intitulado *O século XVI: o humanista e o homem da corte contra a velhice*, a aversão de romancistas, ensaístas, artistas, literatos e pensadores do Renascimento europeu contra “tudo o que denuncia o declínio, a decrepitude, a morte”.⁸⁷ Nesse sentido, velhice e morte aparecem como um par indissociável, como se pode notar pelos versos do poeta francês Pierre de Ronsard, que aos sessenta anos descreve a sua própria velhice, a saber:

Tenho apenas ossos, pareço um esqueleto,
Descarnado, sem nervos e sem músculos,
Que o sinal da morte sem perdão atingiu.
Não consigo olhar os braços sem tremer.⁸⁸

Minois explica os ataques dos renascentistas contra a velhice como retrato do desespero desses adoradores da juventude e da beleza diante da inevitabilidade da velhice e da morte. “Por isso, o envelhecimento é o inimigo por excelência e a sua absoluta invencibilidade torna-o ao mesmo tempo detestável e fascinante”.⁸⁹

Para os homens do Renascimento, a velhice parece ter um efeito ainda mais devastador sobre as mulheres, que, segundo Minois, são representadas de duas formas extremadas nas pinturas renascentistas: enquanto jovem, aparece associada à “imagem da beleza, do amor, do prazer terreno”, com a idade, à “fealdade, o rancor, o sofrimento”.⁹⁰ Antes vista como fada, depois como bruxa. Minois lembra que a imagética da mulher velha como encarnação do mal, com um aspecto de bruxa, já estava presente na arte religiosa dos séculos XIV e XV e tornou-se tema recorrente no século XVI.

⁸⁷ MINOIS, 1999, p. 305.

⁸⁸ RONSARD, apud MINOIS, 1999, p. 306-307.

⁸⁹ MINOIS, 1999, p. 306.

⁹⁰ MINOIS, 1999, p. 311.

Silvia Federici, no livro *Calibã e a bruxa*⁹¹, aponta que a discriminação contra as mulheres idosas, nesse período, é parte do processo de formação do capitalismo, de ascensão da família nuclear e das novas funções sociais que as mulheres deveriam exercer dentro do sistema. Nesse sentido, Federici analisa a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII não somente sob a perspectiva de uma perseguição religiosa, mas também política e social. Ela afirma que se considerarmos o gênero e a classe das mulheres acusadas e as consequências da perseguição, pode-se concluir que a caça às bruxas na Europa cumpriu um duplo papel. Ao mesmo tempo que

foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura [...] A caça às bruxas foi também instrumento de construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos.⁹²

De acordo com Federici⁹³, a caça às bruxas foi uma verdadeira guerra de classes em que

a maioria dos acusados eram mulheres camponesas pobres [...], enquanto os acusadores eram abastados e prestigiosos membros da comunidade, muitas vezes seus próprios empregadores ou senhores de terra, ou seja, indivíduos que formavam parte das estruturas locais de poder e que, com frequência, tinham laços estreitos com o Estado central.

Na Inglaterra, as bruxas eram normalmente mulheres velhas, na maioria das vezes, eram viúvas ou mulheres que viviam sozinhas e que dependiam da assistência pública ou que sobreviviam como pedintes. Entre os crimes “diabólicos” cometidos por essas mulheres destacam-se “o ‘mau-olhado’, a maldição do mendigo a quem se negou a esmola, a inadimplência no pagamento do aluguel, a demanda por assistência pública”.⁹⁴

A historiadora italiana explica que as acusações eram fruto do aprofundamento das desigualdades econômicas provocadas pelos cercamentos e expropriação

⁹¹ FEDERICI, Silva. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

⁹² FEDERICI, 2017, p. 305-306.

⁹³ FEDERICI, 2017, p. 308-309.

⁹⁴ FEDERICI, 2017, p. 310.

das terras comunais. Tais medidas contribuíram para o empobrecimento da população rural e para a deterioração da coesão social, na medida em que os jovens começaram a abandonar os vilarejos para se unirem à massa de vagabundos e trabalhadores itinerantes, deixando os idosos a própria sorte. As mulheres mais velhas foram as mais prejudicadas, pois sem o apoio dos filhos tiveram que recorrer aos empréstimos, pequenos furtos ou acabaram se endividando.

As revoltas camponesas, lideradas sobretudo por mulheres, eclodem, nesse contexto, como uma reação à privatização da terra, aos impostos excessivos, ao aumento no preço do pão e à fome. A repressão a essa revolta de classe, por sua vez, que culminou em centenas de camponeses mortos, provocou o ódio e o ressentimento principalmente das mulheres mais velhas que tinham assistido a todo o processo e que não hesitaram em manifestar publicamente sua hostilidade contra as elites locais.

Uma série de práticas, como as práticas contraceptivas, foram associadas ao aborto e à bruxaria, e julgadas como crimes reprodutivos. Profissões tradicionalmente femininas, como a de parteiras e curandeiras, passaram a ser marginalizadas. Além disso, assistiu-se à emergência da imagem da velha bruxa, que se alimentava de carne infantil e usava os corpos das crianças nas poções mágicas, que voava sobre uma vassoura, representação do pênis estendido e da lascívia desenfreada. Afinal, em um contexto em que o controle do Estado sobre o corpo feminino foi institucionalizado, visando a reprodução da força de trabalho, e a velhice representava a interrupção da vida sexual para as mulheres, a sexualidade não procriativa das bruxas velhas era vista como devassidão.

A visão descrita até aqui parece contrastar com a descrição de Gilberto Freyre⁹⁵ sobre o Brasil do século XIX, em que, de acordo com Freyre, havia uma tendência entre os jovens de imitarem as pessoas velhas, nos comportamentos, na aparência e nos modos de vestir, o que significava motivo de orgulho e

⁹⁵ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

admiração social. De acordo com Jurandir Freire Costa, no mundo colonial, o velho era visto como sereno e sábio,

Aureolado de barbas e cabelos brancos, seu porte inspirava confiança, sobriedade e determinação. Quando em cólera, seu olhar era metálico, fulminante. A força o acompanhava nos momentos de vingança ou de ternura.⁹⁶

Contudo, essa forma de prestígio não durou muito, conforme demonstra Costa, ao analisar as táticas dos médicos higienistas no controle do corpo, da saúde, sociabilidade e intimidade da família burguesa ainda no século XIX. Um dos efeitos desse processo, segundo o autor, foi a desmoralização do velho e, é importante destacar, do homem velho. O que ocorre, principalmente, devido a estigmatização dos casamentos etariamente desproporcionais, praticados durante todo o período colonial, em que mulheres jovens eram levadas a se casarem com homens de mais idade. Esse tipo de casamento passou a ser contraindicado sob o argumento de que

a mulher jovem, pela imaturidade do aparelho reprodutor, arriscava-se a uma gestação ou parto difíceis que podiam lesar o feto ou o recém-nascido. O velho tinha os órgãos reprodutores “enfraquecidos” e com suas “funções perturbadas”, o que o tornava igualmente inapto a procriar.⁹⁷

A partir daí o homem velho começou a ter a sua imagem social rebaixada, transformando-se em adversário da higiene, portando traços físicos e morais repulsivos, pois

O velho tinha semblante macilento e rugoso. De seu espírito, dizia-se desaparecerem a memória e a imaginação, dando lugar à fraqueza, à paixão, ao egoísmo, à desconfiança, à intolerância, à imprudência e à libidinagem senil. Sua alma era um poço de sentimentos reprovados pela virtude e generosidade sociais.⁹⁸

Dessa forma, Costa⁹⁹ conclui que se encontram aí alguns dos germens responsáveis pela posição que o velho ocupa na sociedade, “no afã de elogiar o corpo saudável e reprodutor, os higienistas destruíram impiedosamente o poder do velho na família”.

⁹⁶ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. P. 225.

⁹⁷ COSTA, 1983, p. 220.

⁹⁸ COSTA, 1983, p. 223.

⁹⁹ COSTA, 1983, p. 224.

Já no final do século XIX, de acordo com Clarice Peixoto¹⁰⁰, são realizadas as primeiras concessões de aposentadoria no Brasil. Os primeiros profissionais a acessarem esse direito foram os trabalhadores das estradas de ferro federais, em 1890, os trabalhadores do Ministério das Finanças, em 1891, e da Marinha, em 1892. Porém, foi só a partir da década de 1920, com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), que se desenvolveu um sistema de proteção social ligado às empresas. Nos anos de 1930, o sistema de aposentadorias se ampliou, contemplando a maior parte das categorias profissionais. Em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) uniformizou as legislações dos diversos institutos de previdência social, aposentadorias e pensões. Tal marco legal preparou o caminho para a criação de uma nova lei, em 1966, responsável pelo estabelecimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passou a reunir as CAPs, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPMs) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

Peixoto afirma que as mudanças na imagem da velhice ocorridas na França começam a repercutir no Brasil a partir da década de 1960, quando o governo brasileiro, inspirado pelo país europeu, passa a adotar o termo idoso nos documentos oficiais, assim como as análises sociológicas e antropológicas. Apesar de preexistente, desse momento em diante, “a categoria ‘idoso’ invade todos os domínios e o termo ‘velho’ passa a ser sinônimo de decadência, sendo banido dos textos oficiais”¹⁰¹.

Contudo, somente a partir da década de 1980, começaria a se pensar de fato na elaboração de Políticas Sociais voltadas especificamente para a velhice. Em 1973, o Ministério do Trabalho e o INPS criaram a aposentadoria-velhice, destinada aos homens com mais de 65 anos e às mulheres com mais de 60 anos. Em 1974, a Lei nº 6.179 estabeleceu que às pessoas maiores de 70 anos seria garantida uma renda mensal vitalícia que correspondia a 60% do salário-mínimo. Mas o marco no novo tratamento da velhice foi a Constituição brasileira de 1988, que, em seu artigo 230, reconheceu a importância da questão da

¹⁰⁰ PEIXOTO, 2006.

¹⁰¹ PEIXOTO, 2006, p. 78.

velhice e o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas.

Essas mudanças na legislação brasileira tiveram duas consequências, conforme Peixoto.¹⁰² Primeiramente, há uma acentuação na representação social do aposentado associada à velhice. O que quer dizer que as pessoas aposentadas, consideradas não-produtivas, independentemente da idade, passam a ser intituladas como velhas. E, em segundo lugar, há uma remodelação na forma como se organizam as categorias de idade, divididas em três grandes fases: “a infância e a adolescência – tempo de formação; a idade adulta – tempo de produção; e a velhice – idade do repouso, tempo do não-trabalho”.¹⁰³

Paralelamente e, em consonância (tardia) com o processo de desenvolvimento das políticas sociais para a velhice na França, vê-se também reproduzir-se no Brasil a noção de “terceira idade”. A partir da década de 1980, principalmente, há uma associação entre velhice e decadência, que passa a impregnar todos os setores da sociedade brasileira, “idoso” é utilizado para as pessoas mais velhas e “respeitadas” e a “terceira idade” nomeia os “jovens velhos” ou aposentados dinâmicos, tal qual a representação social francesa. A emergência da categoria “terceira idade” está diretamente ligada, como já mencionado, ao surgimento das novas ciências especializadas na velhice, como a gerontologia e a geriatria, e à criação de um novo mercado para a terceira idade, envolvendo atividades sociais, culturais e esportivas, inúmeras opções de turismo, produtos de beleza e de alimentação. Peixoto chama a atenção para o fato de que essa noção encobre a realidade social de uma categoria social que é marcada pelas diferenças econômicas e etárias.

Eneida Gonçalves de Macedo Haddad¹⁰⁴, em obra pioneira sobre a velhice no Brasil, fruto de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social e publicada pela primeira vez em 1986, analisou as representações sociais sobre a velhice nos discursos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), do Estado, a partir da Secretaria de Promoção Social, e do Serviço Social do

¹⁰² PEIXOTO, 2006.

¹⁰³ PEIXOTO, 2006, p. 80.

¹⁰⁴ HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 2016.

Comércio (SESC), tendo como fontes as publicações, planos e legislações fomentadas por esses órgãos.

De acordo com Haddad, a gerontologia e a geriatria se estabeleceram como as principais instâncias produtoras do que ela denomina de “ideologia da velhice”, um conjunto de representações criado por aquelas “ciências da burguesia”, que funciona enquanto instrumento de dominação da classe trabalhadora. Haddad¹⁰⁵ defende que essas representações se fundamentam na ideia de que é possível retardar o envelhecimento a partir da “ação da ‘ciência’, das instituições sociais, do Estado e do próprio idoso”, que deve ser “educado para a velhice”, para o cuidado com si mesmo, a saúde e a alimentação.

Desse modo, segundo a autora, essas “ideias autonomizadas” homogeneizam a velhice e as condições estipuladas para sanar os seus “males”, ocultando a realidade concreta da experiência de envelhecer na sociedade capitalista. Para Haddad, as representações sobre a velhice espelham as próprias relações, processos e estruturas do capitalismo. Ao defenderem, por exemplo, que “a melhor terapia para a velhice é o trabalho”, que o trabalho “é importante para manter o indivíduo vivo”, os especialistas dessas áreas, desconsideram a questão da exploração da mão de obra e o impacto dessa exploração sobre as condições de vida dos trabalhadores na velhice. Os trabalhadores, por outro lado, costumam incorporar essas representações, sentindo “o vazio instalado com a aposentadoria”. Para Haddad¹⁰⁶ isso acontece porque

no processo de reificação a que estão submetidos, o ‘prestígio’ ocupado pelo trabalho foi por eles internalizado através do longo processo de educação para a vida produtiva e, conseqüentemente, é por eles próprios reproduzido. Quando a prática de trabalho cessa pela aposentadoria, o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é, a despeito do que já tenha feito.

Porém, aí residem duas categorias de contradições. Primeiramente, o trabalho não é fonte de vida, pois as pessoas buscam o trabalho na velhice não porque necessariamente com ele se realizem, mas porque dele dependem. Ao mesmo

¹⁰⁵ HADDAD, 2016.

¹⁰⁶ HADDAD, 2016, p. 101.

tempo, as pessoas encontram muita dificuldade para se reinserirem no mercado de trabalho, devido à idade e às questões de saúde.

2.2 A VELHICE EM FAMÍLIA SOB UMA PERSPECTIVA GERACIONAL

Após essa breve exposição sobre as representações da velhice ao longo da história e a forma como as sociedades e os grupos sociais que as compõem produzem essas representações e motivados por quais interesses, dedica-se à compreensão das diferentes formas de se enxergar e vivenciar o envelhecimento hoje. Este tópico tem como fonte o segundo bloco do roteiro geral das entrevistas, intitulado “Formas de ver a velhice, ontem e hoje”, em que se explora os termos velho, idoso e terceira/melhor idade; a opinião da entrevistada sobre o tratamento dado à velhice no passado e hoje; sobre a relação com os pais e avós, os filhos e netos; a relação das pessoas não velhas com a velhice.

Adota-se uma perspectiva geracional que parte das concepções e experiências das mulheres entrevistadas tanto na família de origem, quanto na família formada a partir do casamento ou do vínculo afetivo, buscando analisar as relações que tiveram no passado com os avós e pais, e as relações que estabelecem hoje, como avós e mães com seus filhos/as e netos/as. Além disso, a perspectiva é também geracional porque aborda ainda as possíveis aproximações e diferenças de concepções e experiências de envelhecimento entre as mulheres entrevistadas a depender da categoria geracional a qual pertencem.

De acordo com Alda Britto da Motta¹⁰⁷, a discussão em torno do termo geração contempla uma série de questões não resolvidas, de incertezas, carências e ambiguidades. Tal cenário é justificado, em primeiro lugar, pela escassez de

¹⁰⁷ MOTTA, Alda Britto da. Introdução. Dossiê Gênero, Idade e Gerações. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 349-355, Set./Dez. 2004. Disponível em: <portalseer.ufba.br>. Acesso em: 7 jan. 2018.

trabalhos sobre o tema, que só muito recentemente tem sido compensada pela emergência de pesquisas dedicadas, principalmente, às relações entre as gerações. Além disso, o termo tem sido apropriado livremente pelo senso comum, ao mesmo tempo em que possui uma infinidade de origens conceituais, amparadas em diferentes tradições teóricas.

Motta resume a utilização do termo “geração” em três perspectivas principais, que se entrecruzam: a de “cortes”, de “grupos etários” e de “gerações” propriamente ditas. A expressão coorte, comum nas análises estatísticas e demográficas, representa um conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo intervalo de tempo e que compartilham a experiência de participarem de um acontecimento que atinge um grupo populacional específico. Segundo Motta, apesar dessa definição de coorte sugerir um sentido menos geral e menos sociológico, para alguns estudiosos, como Bengtson¹⁰⁸, geração está relacionado à família, em um senso genealógico, e coorte é que refere ao sentido social mais amplo. Dado que reforça a polissemia e a polivalência dos termos destacados por Motta.

O termo grupos etários, por outro lado, aparece ligado à tradição antropológica e à classificação das idades ou das classes de idades, em um sentido cronológico, mas também dos níveis de maturação, no interior das famílias ou da organização social mais ampla. Decorre dessa segunda acepção a noção de “idades da vida”, como são chamadas a infância, juventude, a maturidade e a velhice. As idades, vistas sob um viés antropológico, apresentam uma intersecção com sexo e gênero e encontram-se nas relações cotidianas, nas normas jurídicas e nas prescrições do Estado.

Contudo, na atualidade, as idades também se apresentam como gerações na família e/ou etapas no curso da vida, tornando-se, inclusive, de acordo com Motta, áreas de pesquisa específicas dentro da Sociologia das Gerações, como a Sociologia da Juventude e a Sociologia do Envelhecimento. A socióloga parece

¹⁰⁸ BENGTON, Vern. Effets a long term du lien filial. In: ATTIAS-DONFUT, Claudine (Org.). **Les solidarités entre générations**. Paris: Nathan, 1995.

sugerir, então, que “jovens” e “velhos” sejam considerados como categorias ou segmentos geracionais e não propriamente como gerações.

Por fim, geração, o termo mais plenamente sociológico, conforme Motta¹⁰⁹, construído em uma tradição que vai de Comte a Mentré, e que se consolida com Mannheim¹¹⁰, denomina “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência”. As gerações, que possuem limites que vão de 10, passando, por 20, 25 até 30 anos, com a aceleração tecnológica, tem se dividido em períodos cada vez mais curtos. Mannheim, de quem Motta se aproxima, não desvincula geração de grupo de idade, compreendendo a geração como uma “identidade de situação de ‘grupos de idade’ mergulhados num processo histórico e social”. É importante, portanto, de acordo com Mannheim, atentar-se para o caráter social e historicamente localizado das gerações.

Porém, o contexto social não afeta todas as pessoas, classificadas como uma geração, da mesma forma, algumas assumem posições e trilham caminhos diferentes e até mesmo opostos. Além disso, cada momento histórico possui várias gerações, que apesar de contemporâneas, não possuem as mesmas experiências e trajetórias de vida. Hoje, com o aumento da expectativa de vida é possível verificar, por exemplo, a coexistência de três até cinco gerações em uma mesma família. Torna-se inevitável, nesse contexto, de acordo com Motta¹¹¹, o estudo do diálogo e dos conflitos entre as gerações, bem como das condições em que essas relações ocorrem, compreendendo que “as gerações, como as classes sociais, não existem isoladamente, mas em referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras”. Além disso,

É preciso lembrar sempre que, no interior de cada grupo geracional ou de idade, constroem-se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais.¹¹²

¹⁰⁹ MOTTA, 2004, p. 350.

¹¹⁰ MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Porto: Res Editora, 1928. P.115-176.

¹¹¹ MOTTA, 2004, p. 353.

¹¹² MOTTA, 2004, p. 353.

Contudo, durante até pelo menos as décadas de 1960 e 1970, os trabalhos sociológicos que se dedicaram a discutir geração no Brasil focaram na questão da juventude e dos movimentos juvenis, como o feminismo, o movimento negro, o movimento estudantil e o *hippie*. Somente entre as décadas de 1980 e 1990, os idosos também são contemplados enquanto sujeitos nos estudos geracionais.

No presente trabalho, adota-se as categorias “juventude” e “velhice” para se referir às idades ou etapas no curso da vida, e a categoria geração, tanto para as posições na família (avós, pais, filhos/as e netos/as), quanto para essas diferentes gerações de mulheres idosas que formam o conjunto de participantes da pesquisa.

As memórias de Cecília (81 anos) sobre a velhice de seus pais, irmãs e de outras pessoas próximas é marcada pela afetividade e admiração. Trata-se de uma família de longevos. O pai viveu até os 72 anos, a mãe até os 101, a irmã do meio morreu aos 80 anos e a irmã mais velha tem 94 anos. A matriarca, principalmente, é alguém que parece lhe servir de modelo de referência para a sua conduta nessa etapa da vida, sendo exaltada pelas qualidades de docilidade, dedicação aos filhos e trabalhos domésticos, assim como pela religiosidade. Cecília acrescenta que sua mãe

teve uma velhice mais tranquila, vivia mais dentro de casa, cuidando da gente. Sempre tinha alguém que a ajudava. Mas ela sempre gostou de fazer as coisinhas dela, gostava de bordar, de costurar. Ela era muito caprichosa, muito devota, muito católica. Papai passava aquela tranquilidade para ela e nós também como filhas. Eu sempre a ajudava, cortava o cabelinho dela, costurava para ela. Nunca teve aquele problema de estar preocupada com nada. E papai sempre foi muito caseiro, amoroso.

A mãe, segundo ela, “tinha a preocupação de não deixar a mente parada”. Escrevia e transcrevia inúmeras vezes o nome completo das pessoas que conhecia, assim como as datas de nascimento. “Era uma maneira que ela tinha de escrever e de puxar pela memória”. Nesse momento, Cecília relaciona o trabalho de exercício da memória ao da sala de aula, que desempenhou por tantos anos:

quando a gente leciona, que a gente está trabalhando, você está ali, está por dentro de tudo. Quando você se aposenta, você perde o contato com as coisas. O que eu senti com a minha aposentadoria, foi

isso. Então, você fazendo essas atividades, você não vai deixando a mente ficar viciada, nesse repouso.

A sua fala remete ao papel do trabalho na formação da subjetividade das pessoas, que sentem “o vazio instalado com a aposentadoria”, para citar as palavras de Haddad,¹¹³ cuja reflexão foi apresentada no tópico anterior.

Ela conta, aos risos, sobre uma professora do ginásio com quem ela e as colegas gostavam de fazer brincadeiras:

De vez em quando eu me lembro de D. Ema, que era nossa professora de trabalhos manuais. A gente pintava e bordava com ela, pois ela era pequenininha, dos cabelos brancos, quando ela se sentava, a gente ficava todas em volta dela e começava a botar fiapinhos de linha na cabeça dela, misturando com os fios de cabeça dela.

No que se refere a sua experiência, ela afirma que

a minha velhice não tem paz, é muito turbulenta, nunca eu tenho aquela estabilidade. Uma hora está tudo bem, em outra, eu estou lá embaixo. E ainda tem a preocupação com meu filho. Eu já sofri muito com ele, por causa de drogas, mulher e tudo mais, né? Além do meu neto, que eu crio e o pai não dá apoio. Eu morro de preocupação desse menino cair em um caminho errado, em um caminho mal. Isso tudo me deixa triste.

Ela afirma que, por vezes, ela e o filho divergem sobre a educação do neto. Ela teme que ele siga o mesmo caminho do pai, por isso prefere “puxar as rédeas”. Mas o filho diz que ela já está velha e que no tempo dela que era assim. Cecília acha um desrespeito que o filho se refira a ela dessa forma e que jamais daria o mesmo tratamento aos pais. E acrescenta

O que meus pais falavam, a gente obedecia. Era todo mundo junto, um por todos, todos por um. Agora o lema do meu filho é todo mundo por ele e ele por ninguém. Eu procurei dar o máximo de tranquilidade para minha mãe, mas eu não tenho uma vida tranquila. Quando mamãe teve um problema emocional, eu cheguei a pedir licença do trabalho para ficar com ela. Cuidei dela até o último instante. E não me arrependo. Fiz o que estava ao meu alcance.

Cecília parece ter nutrido a expectativa de que seu filho também pudesse estabelecer essa relação de cuidado com ela agora na velhice. Ela gostaria

que ele pudesse pelo menos ser mais carinhoso. Se eu estiver deitada, ele nem pergunta como eu estou. Eu quando morava com mamãe, ia

¹¹³ HADDAD, 2016, p. 101.

lá quando ele estava dormindo, ver se ela estava respirando. Levava o café dela na cama.

Heloisa (64 anos) também percebe uma grande diferença da velhice dos pais e a sua. Mas, no seu caso, ela parece perceber um certo avanço, e pensa ser

mais importante é o que eu vivi do ponto de vista intelectual, o que eu fiz com a minha cabeça. Para mim, isso muda tudo. O meu corpo, a minha maneira de pensar, isso é reflexo de tudo isso, eu acho. Minha mãe não teve essa possibilidade. Eu acho até que ela fez muito com as condições de vida que teve. E chegou na velhice muito mais acabada que eu, aparentando ser muito mais velha do que eu. Muita gente me fala que não acredita que eu tenha sessenta e quatro anos. Mas ela era feliz, sabe? Criou uma família unida, maravilhosa. Eu acho que ela fez bem o papel dela de mãe.

A geração, de acordo com Alda Britto da Motta¹¹⁴, “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo”. Nesse sentido, o pertencimento a uma geração não está ligado somente ao fato de as pessoas portarem um mesmo “ano de nascimento” ou participarem dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos de vida. A simples presença de um momento histórico-social não é suficiente para o desenvolvimento de uma perspectiva ou visão de mundo comum entre os indivíduos de idades próximas. É preciso existir uma conexão geracional entre eles, um tipo de participação em uma prática coletiva, que produz um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos, dentre os quais poder-se-iam citar as representações sociais sobre a velhice.

2.3 O ENVELHECIMENTO FEMININO EM UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

A análise empreendida neste item retoma algumas das questões que compõem o primeiro bloco do roteiro geral das entrevistas e que permeiam a experiência do envelhecer das mulheres participantes hoje, como: idade atual, domicílio e

¹¹⁴ MOTTA, Alda Britto da. **Violência contra mulheres idosas**: questão feminista ou de gênero? Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu>>. Acesso em: 01 fev. 2012. P. 9.

situação financeira, condições de saúde, formas de sociabilidade, participação em grupos e bailes de terceira idade, igrejas, entre outros. Paralelamente, integra-se à discussão o terceiro bloco de questões do roteiro geral das entrevistas em que se procura investigar o que é ser mulher idosa ontem e hoje, pensando as possíveis experiências com as mães e as avós, se tiverem; as diferenças de comportamento e de cuidado com a beleza, a saúde e o corpo entre mulheres e homens idosos, no entendimento das mulheres entrevistadas, e como lidaram com os primeiros sinais da velhice. Prossegue-se com a discussão da velhice como uma construção social, iniciada no item anterior, contemplando agora a dimensão de gênero e os papéis sociais que se espera que homens e mulheres desempenhem nessa etapa da vida, partindo, desse modo, de uma perspectiva feminista do envelhecimento.

De acordo com Maria Eliane Catunda de Siqueira¹¹⁵, as teorias feministas surgiram na gerontologia social na década de 1970, fundamentando-se na sociologia e nas demais ciências sociais. Ainda que apresentem caráter difuso e tenham origem em diferentes tradições teóricas, as proposições feministas sobre o envelhecimento parecem se encontrar em algumas questões. A primeira delas é a defesa de que o gênero deve ser o eixo central nas tentativas de compreensão do processo de envelhecimento e do idoso, uma vez que o gênero também é entendido nessa perspectiva como o princípio que organiza a vida social durante todo o curso da vida. As proposições feministas teriam ainda em comum a crítica às correntes e modelos teóricos do envelhecimento, considerados insuficientes por não contemplarem as relações de gênero e as experiências das mulheres no contexto do envelhecimento.

A necessidade de reafirmar esses pressupostos ganha corpo dentro de uma tradição gerontológica que considerava a velhice como uma experiência homogênea para homens e mulheres. De acordo com Guita Grin Debert¹¹⁶, os primeiros estudos de gerontologia argumentavam que os problemas enfrentados pelas pessoas idosas eram tão urgentes e próximos, com os idosos sendo vistos

¹¹⁵ SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. Teorias sociológicas do envelhecimento. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papyrus, 2001. P. 73 – 112.

¹¹⁶ DEBERT, Guita Grin. Gênero Envelhecimento. **Estudos Feministas**, ano 2, n 1, 1º semestre, 1994. P. 33 - 51. Disponível em: <periódicos.ufsc.br> Acesso em: 7 jan. 2018.

como uma minoria desprovida de privilégios, papéis e significado, que reduziriam as diferenças de gênero, classe, etnia e religião a uma preocupação secundária. Porém, ao introduzir a categoria gênero na análise do envelhecimento, os estudos feministas demonstram que a experiência do envelhecimento pode assumir significados completamente distintos em uma mesma sociedade, a depender da posição que o sujeito em análise ocupa. Inclusive, ao considerar as categorias classe e raça, em conjunto com a categoria gênero, pretende-se apontar que a experiência do envelhecimento varia não somente de homens para mulheres, mas também entre mulheres.

Dessa forma, como aponta Debert¹¹⁷,

a preocupação recente com o envelhecimento e com a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira muda não apenas a sensibilidade investida na velhice, mas tende a transformar o envelhecimento em uma experiência radicalmente distinta para homens e mulheres.

Conforme foi discutido, durante a década de 1980, viu-se emergir, paralelamente a uma imagem negativa da velhice, uma noção de envelhecimento ativo que não substitui a anterior, mas muitas vezes colabora para escamoteá-la. É por isso que a década de 1980 é considerada a década dos eufemismos, uma vez que a sobrevivência de preconceitos é relativizada com o surgimento de expressões como “terceira idade”, “idade feliz” ou “melhor idade”.¹¹⁸ É também a partir desse momento que o envelhecimento passa a ser visto como uma responsabilidade pessoal, podendo ser evitado pelos indivíduos através da adoção de determinadas opções e estilos de vida ao longo de sua existência.

Debert reforça a hipótese da coexistência de diferentes imagens e representações que atingem, sobretudo, as mulheres em envelhecimento, ao apresentar pelo menos duas formas distintas de se explicar as experiências femininas na velhice. De um lado, a lógica do envelhecimento saudável ou positivo, implícita no processo que Debert chama de “reprivatização da

¹¹⁷ DEBERT, 1994, p. 34.

¹¹⁸ MARQUES, Ana Maria. **Velhices problematizadas**. Redes discursivas sobre envelhecimento em Santa Catarina, no Brasil e no contexto das décadas de 1970 a 1990. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <www.repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 13 ago. 2019.

velhice”¹¹⁹, possibilitaria uma vivência mais prazerosa para as mulheres que, durante a velhice, estariam livres de uma série de convenções e restrições sociais, profissionais e sexuais, normas essas que teriam experimentado ao longo de suas vidas, podendo usufruir de mais tempo e liberdade para se concentrarem em seus demais projetos pessoais. De outro, as mulheres idosas vivenciariam uma situação de dupla vulnerabilidade, uma vez que

Sendo a mulher em quase todas as sociedades valorizada exclusivamente por seu papel reprodutivo e pelo cuidado das crianças, desprezo e desdém marcariam sua passagem prematura à velhice. Essa passagem antes de ser contada pela referência cronológica, seria marcada por uma série de eventos associados à perdas como o abandono dos filhos adultos, a viuvez ou o conjunto de transformações físicas trazidas pelo avanço da idade. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a esse conjunto de perdas deve se somar o subemprego, os baixos salários, o isolamento e a dependência que caracterizam a condição das mulheres de mais idade.¹²⁰

Além disso, às mulheres em envelhecimento é imputada uma série de responsabilidades, como de se manterem jovens, belas, femininas e ativas, a despeito das mudanças que são próprias da idade e das condições a que foram submetidas durante a vida, responsabilidades não enfatizadas quando se trata dos homens velhos. A velhice feminina seria caracterizada, portanto, pela sobrevivência de estereótipos e por outras formas de controle social.

Envelhecimento feminino: idade, corpo e sociabilidade

De acordo com Moraes¹²¹, há uma tendência a enxergar, nas sociedades contemporâneas, a existência de uma noção mais fluída sobre o curso da vida, que se caracterizaria pela diversificação dos padrões e um rompimento com expectativas muito rígidas sobre os papéis a serem desempenhados pelos

¹¹⁹ A tese da reprivatização da velhice foi defendida por Debert no seguinte livro: DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

¹²⁰ DEBERT, 1994, p. 33.

¹²¹ MORAES, 2011.

sujeitos nos diferentes grupos de idade. Moraes admite que há uma atmosfera ideológica que estimula os indivíduos a buscarem autonomia para se apropriar e manejar o próprio curso da vida. Porém, como afirma a autora, a idade ainda é um elemento-chave para a participação dos indivíduos na vida em sociedade. A forma como as pessoas pensam e vivenciam a experiência do curso da vida não é fluída. Pelo contrário, “O tempo da existência individual é marcado por fatores sociais que os sujeitos não controlam plenamente e, muitas vezes, desconhecem”.¹²²

Por isso, como tem-se frisado, a idade cronológica por si só não deve ser tomada como um dado absoluto. A idade é uma categoria relacional, “que só adquire significado se associada à posição de classe, à inserção na ordem de parentesco, ao sexo e à cor dos sujeitos que interagem cotidianamente”.¹²³

Nesse sentido, é importante ressaltar que o recorte utilizado para a seleção das mulheres participantes da pesquisa está em consonância com o que os marcos legais¹²⁴ utilizam para definir uma pessoa como idosa, ou seja, a idade mínima de 60 anos. A idade de nossas entrevistadas varia entre 63 e 81 anos. Laura tem 65 anos; Cecília, 81; Heloisa, 64; Penha, 63; e, Maria, 70 anos.

O marco oficial de entrada na velhice é alvo de questionamentos e de tentativas de reformulação, sob o argumento do aumento da expectativa de vida¹²⁵ e de uma suposta melhoria nas condições de vida da pessoa idosa. De acordo com o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde¹²⁶, da Organização Mundial da Saúde (OMS), de fato, não é possível caracterizar uma pessoa como tipicamente idosa, devido à diversidade de trajetórias e de necessidades das pessoas que

¹²² MORAES, 2011, p. 429.

¹²³ MORAES, 2011, p. 429.

¹²⁴ A Política Nacional do idoso (PNI), promulgada pela Lei nº 8. 842, de 4 de janeiro de 1994, e o Estatuto do Idoso, criado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, definem o idoso como pessoas com 60 anos ou mais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define o idoso como a pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento, e com 65 anos ou mais, em países desenvolvidos.

¹²⁵ Segundo dados da Tábua de Mortalidade de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida dos brasileiros é de 75,8 anos, e aumentou 30 anos entre 1940 e 2016.

¹²⁶ OMS. (2015). Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (Resumo)**. Disponível em: <www.sbgg.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2018.

atingem os 60 anos. Porém, ainda que estejam vivendo mais, principalmente nos países de alta renda, isso não significa que as pessoas estejam vivendo melhor.

O Relatório afirma que pesquisas sugerem uma diminuição das deficiências graves que atingem as pessoas nos últimos anos de vida, mas não foram percebidas mudanças significativas em relação as deficiências menos graves, que podem se manifestar muito mais cedo. Dessa forma, o texto conclui que os 70 não aparentam ser os novos 60, como se poderia imaginar, e essa poderá não ser uma realidade enquanto não se investir em ações de saúde pública voltadas para o envelhecimento.

Moraes aponta ainda que a sociedade contemporânea

produziu uma forte impressão de sobreposição das fronteiras etárias e uma ambiguidade na maneira como a idade pode ser usada, ora para desqualificar, ora para promover.¹²⁷

Isso explica por que as mulheres entrevistadas, apesar de estarem na faixa etária acima dos 60 anos, apresentam certa resistência em se identificar como idosas ou com o que socialmente se considera como pessoas idosas. Essa percepção advém não só dos relatos analisados, mas também das reações às questões colocadas. Quando se referiu a algumas delas como “senhora” ou “dona” ou quando foi abordado o processo de envelhecimento, elas pareceram desconcertadas. Penso que a idade e o fato de ser uma pesquisadora propondo essas reflexões podem ter contribuído para que assumissem, ainda que momentaneamente, o papel de mulheres idosas.

Alistair Thompson¹²⁸, que estudou as memórias de veteranos de guerra australianos da Primeira Guerra Mundial, comenta que o fato de ser um historiador de 23 anos à época das entrevistas parece também ter influenciado o modo como os homens velhos que entrevistou o viam e articulavam suas lembranças sobre a guerra. Primeiramente, porque era como se a sua presença os fizesse recordar da época de soldados, transferindo para ele seus

¹²⁷ MORAES, 2011, p. 429.

¹²⁸ THOMPSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e político com o passado do exército nacional. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev, 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11182/8193>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

sentimentos em relação a eles mesmos quando jovens. Em segundo lugar, aqueles homens não estavam acostumados com pessoas mais jovens demonstrando interesse pelas suas vidas e lembranças. E, nesse sentido, as entrevistas pareciam suprir uma necessidade de escuta e de amparo contra a solidão. A relação que se estabeleceu a partir daí, de homens idosos relatando suas experiências para uma geração mais jovem, encorajou os entrevistados a compartilharem situações até então reprimidas ou silenciadas. Além disso, a sua presença na condição de historiador, trouxe a percepção de que as suas memórias tinham relevância histórica e facilitou o acesso às histórias sobre as quais era difícil de falar.

Os aspectos sublinhados por Thompson também se manifestam de alguma forma nas falas e atitudes das entrevistadas. À época das entrevistas, eu tinha 30 anos. Em um dos encontros, próximo ao meu aniversário, Laura (64 anos) quis saber qual era a minha idade. Ao responder, reagiu: “Só? Parecia que tinha uns dezenove anos. Nossa, não parece. Então, você não vai envelhecer logo. Menina, para mim você é uma criança, novinha.” Ela prosseguiu nos seus questionamentos e, neste momento, senti que era eu a entrevistada. “E você está solteira, não tem filho, nem nada, ainda?”. “Tenho um companheiro, mas, filhos, não”, respondi. “É bom né? A pessoa vai, corre, arruma filho, para que? Estraga tudo. Filho é bom, mas para quem estuda, trabalha, gosta de passear, em tudo você tem que pensar no filho”. Laura contou de uma mulher da sua família que, enquanto as irmãs tinham filhos, ela só estudava, que se tornou médica e só então se casou, mas que tem a profissão dela, é bem empregada, conseguiu construir e mobiliar a casa toda. Laura também é uma grande incentivadora dos estudos das netas. Esse foi um tema recorrente nas conversas. Suas falas em tom de incentivo e aconselhamento dizem muito sobre os projetos de vida não realizados de Laura. Ela se ressentia por ter abandonado os estudos, admira pessoas que tiveram sucesso por meio dos estudos e projeta seus sonhos nas mulheres mais jovens. Desse modo, a elaboração a respeito do que é ser mulher idosa e de como é ser mulher idosa talvez tenha sido construída no decorrer das próprias entrevistas.

Nesse sentido, Penha (63 anos) queixa-se de que

Todo mundo trata a gente agora como um...idoso. E ainda é pesado. Por exemplo, eu falo com a minha médica para ela trocar meu remédio e ela fala 'não, mas a senhora agora é idosa, não pode mudar o remédio, tem que tomar assim, eu não posso passar esse remédio para idoso'. Essa questão do idoso é muito forte e a gente não tem muita consciência de que você vai chegar a isso. Quando a gente tem 30, 40, 50 anos. Tem gente que fala que é normal, mas, para mim, não é tão normal assim. Porque muda, sem a gente querer mudar. Da uma certa tristeza, cair na real.

Seus relatos mostram uma relação de ambivalência com a experiência do envelhecimento. Se por um lado, ela se ressentida com o fato de ser vista como mulher idosa (ou os possíveis significados que esse lugar carrega), recebendo com isso um tratamento diferenciado, por outro, ela demonstra uma expectativa que encontra eco nas representações sobre a velhice como um momento de mais liberdade para a mulher. Porém essas expectativas são rompidas na medida em que Penha se confronta com a realidade de uma relação mantida apenas pela obrigação, uma vez que, aparentemente, ela é a única a assumir os cuidados com o marido doente. O que se pode entrever pelo trecho abaixo, quando afirma que

No momento em que eu queria estar livre, desimpedida, ir para onde eu quisesse, eu me vejo num lugar que eu não quero, com uma pessoa que eu não estou a fim de ficar. Eu não esperava ter uma velhice assim. Eu agora queria estar livre, queria ir para onde eu quisesse. Isso mexe muito comigo, essa falta de liberdade, eu me sinto uma prisioneira. É essa vontade que eu tenho, de sentir, de me renovar.

Heloisa (64 anos) conta que se surpreendeu quando foi buscar atendimento no Núcleo de Defesa da Mulher Violência (Nudem), na Casa do Cidadão, órgão do poder executivo especializado no atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, e lhe disseram que ela deveria procurar a Promotoria do Idoso: “tem sessenta anos? Vai para a Promotoria!”, foi o que ela conta que ouviu. “Pensei...poxa, já está parecendo?”.

Heloisa é a entrevistada que deixa mais explícito em seu relato a relação entre beleza, corpo e envelhecimento. Ela afirma não sentir nada em relação ao envelhecimento, pois não percebe muita diferença, com exceção da percepção de que engordou

porque trabalhava feito uma maluca. Hoje eu não trabalho mais, tenho mais tempo para mim. Então, eu comecei a ficar mais em casa. Nunca fui de fazer exercício físico, o exercício que eu fazia era ficar andando para lá e para cá, trabalhando. Agora eu tenho tempo de comer.

Obviamente que engordei né? Não gosto disso, porque sempre fui muito magra. Eu não sou muito preocupada com essa questão do envelhecimento. Tenho ruga, um negócio cai aqui, o peito não sei o que, mas não esquento a cabeça com isso não, a única coisa que me preocupa é o tal do cabelo branco. Essa é a única coisa que eu cuido mesmo. Nunca fui de cuidar da pele, essas coisas. Acho que com pouca coisa eu me sinto bem. Sabe, um cabelo pintado e uma roupa legal para mim está bom. A única coisa no envelhecimento, que é ruim para mim é essa questão, que eu sempre gostei de ter um corpo legal, de me sentir bem, de ser magrinha, de estar bem com uma roupa, isso eu achei ruim. E eu comecei a ter muitas dores articulares, estou tomando medicação para ter uma condição legal.

Ao mesmo tempo, Heloisa revela que sua autoestima colabora para uma sensação de mais autonomia durante este momento da vida. Ela pensa que

essa questão da autoestima, invariavelmente leva a pessoa a não precisar muito do outro. Tanto que casamento está ficando um negócio difícil. Viver com o outro, isso está ficando difícil. Eu não sei qual o futuro que essa relação tem não. Eu acho que você deve ter um caso com uma pessoa e ficar um tempo, mas acabou, acabou. E vida que segue...Que é o que as pessoas que estão à frente da gente, que são os artistas e são tão livres, fazem. Eu acho que o futuro é aquilo ali. Porque ninguém é obrigado a ficar com ninguém. Não precisa mais. Eu, por exemplo, não tenho dependência econômica, não tenho dependência emocional, não tenho dependência de qualquer natureza. Então, por que eu não posso ficar sozinha? Posso sim, ter meus amigos.

Alda Britto da Motta problematiza a ideia de que a velhice seria uma época de mais liberdade para a mulher, quando ela se veria livre da pressão pelo cumprimento de determinados papéis sociais e de relacionamentos mantidos pela força das convenções sociais. De acordo com Motta¹²⁹

É uma estranha liberdade, [...]. Estranha, pela dupla valência: como liberdade de gênero, assinala-se positivamente – mulheres que podem circular, viver conforme a sua vontade; mas como liberdade geracional, e sobretudo existencial, tem também o sentido do marginalismo: podem sair, porque já não importam tanto; já não são bonitas (velho = gasto, feio), não irão atrair os homens, nem os de sua idade; já não reproduzem, não há muito o que preservar.

Quando comentado sobre o marco de 60 anos utilizado nos documentos legais para definir a entrada na velhice, Cecília afirma

Eu não me considero, assim... Eu me considero ainda ativa. Não para tudo, porque tem muitas coisas que eu não tenho mais condições de fazer. Mas se eu tivesse que voltar a trabalhar, eu preferia voltar para o magistério, para as “minhas” criancinhas. Se bem que tudo hoje está

¹²⁹ MOTTA, Alda Britto da. Chegando para a idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 233.

tão diferente, teria que fazer uma reciclagem para voltar ao magistério. Até mesmo no laboratório, era eu que fazia todos os exames. Hoje não, tem as máquinas para isso... Eu entrava no laboratório, desde a hora que eu entrava era eu que coletava os exames, lavava, passava para as fichas. Eu não tinha uma agulha descartável! Era tudo esterilizado. Hoje não, é tudo mais prático.

Das cinco entrevistadas, Cecília (81 anos) é a mais velha e a mais ativa. Mesmo com seus problemas de saúde (ela possui artrose, pressão ocular, problemas cardíacos), frequenta a Igreja, o Centro de Convivência da Terceira Idade (CCTI), no Centro de Vitória, e ainda faz trabalhos voluntários. Ela descreve com entusiasmo a agenda cheia de compromissos e afirma que essas atividades dão significado à vida e a mantém ativa:

Fui convidada para, nas segundas-feiras, às 14h, fazer a oficina de exercícios e de artesanato do Centro de Convivência. Na terça-feira, é o dia em que eu faço meus bordados voluntários. Na quarta-feira é o dia de ensaio do Coral do Centro de Convivência e do Círculo Bíblico, na Igreja. Todas essas atividades deixam a gente sempre com a mente em dia, sempre ativa. Em casa, eu faço palavras-cruzadas, eu leio, eu não deixo a minha mente ficar parada.

Ela diz que gostaria de fazer outras atividades, se fosse possível, mas precisa ainda fazer todos seus acompanhamentos médicos (com ortopedista, psicológica, geriatra, nutricionista, angiologista, oftalmologista) e sessões de fisioterapia. “E isso toma o tempo da gente”. Mas se orgulha de fazer as leituras nas celebrações da Igreja sem usar óculos.

Penha (63 anos), assim como Cecília, frequenta um Centro de Convivência da Terceira Idade, mas no bairro de Jardim da Penha, pois esse fica mais próximo de sua casa. Na terça-feira, ela faz aula de bordados, e, na quinta-feira, duas aulas de alongamento. “Me ajuda, é um tempo que eu passo fora daqui e que eu paro de pensar”. Porém, lembra com saudosismo das atividades no Centro Espírita que frequentava, enfatizando novamente a sensação de aprisionamento que sente em sua rotina:

Eu sou espírita e eu era muito participativa dentro da Casa Espírita que eu frequentava. Participava de congressos, de visitas. Durante 10 anos eu participei de um grupo de visita à pessoas doentes em casa. E eu gostaria de estar bem ativa, ir o dia que eu quisesse, a hora que eu quisesse, não ter compromisso, não ter horário.

Os CCTIs apresentam-se nos relatos de Cecília e Penha como espaços onde é possível exercitar a convivência e a sociabilidade, além de “ocupar a mente” e

manter o corpo ativo. As agendas de atividades dos Centros de Convivência são similares, geralmente voltadas para o desenvolvimento de atividades relacionadas à cidadania, cultura e esportes.

Para participar é necessário ser morador de Vitória e ter 60 anos ou mais. São ministradas aulas de ginástica, musculação, hidroginástica, pilates, ioga, alongamento, artes, informática, teatro, música, dança, letramento e terapia ocupacional, cuja oferta pode variar conforme o CCTI. Para tanto, os CCTIs contam com equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, terapeutas educacionais, fisioterapeutas, educadores físicos, professores de artes, pedagogos e outros. Os Centros estão localizados em quatro bairros da capital: Centro, Jardim Camburi, Maria Ortiz e Jardim da Penha, regiões que seriam as de maior concentração de idosos.

A proposta político-pedagógica dos CCTIs, segundo Ana Maria Petronetto Serpa¹³⁰, assistente social e, à época da publicação, Secretária Municipal de Assistência Social de Vitória, é retirar o idoso “do isolamento social em que vai se colocando com a perda de familiares e amigos”. A afirmação da autora parece sugerir uma responsabilização dos sujeitos sobre o seu próprio envelhecimento e as experiências que esse processo porventura inaugura, como se eles se colocassem na situação de isolamento. Serpa¹³¹ destaca além da convivência social, o papel dos CCTIs na “manutenção e no desenvolvimento da capacidade cognitiva dos idosos”, através do compartilhamento de saberes e de competências, e na promoção de saúde, uma vez que as atividades auxiliariam na prevenção de “processos degenerativos e de adoecimento”.

As atividades desenvolvem-se visando o estímulo a auto-organização, protagonismo e autonomia dos idosos, responsáveis pelas comissões de festas e eventos promovidos pelos CCTIs, dentre os quais destacam-se o encontro de Corais e apresentações de teatro, cujo objetivo é a divulgação dos direitos

¹³⁰ SERPA, Ana Maria Petronetto. O processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em Vitória: relatos de experiência. In: SERPA, Ana Maria Petronetto; RAIZER, Eugênia Célia (Org.). **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência (2005-2012)**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2012. P. 49. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 07 jan. 2018.

¹³¹ SERPA, 2012, p. 49.

assegurados pelo Estatuto do Idoso. Além disso, desde 2006, no dia 15 de junho, conhecido por ser o “Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa”, realiza-se um ato público, tendo em vista chamar a atenção da população para o assunto.

Os Grupos de Convivência da Terceira Idade ou Grupos de idosos, de acordo com Serpa¹³², existem em Vitória desde o final do século XX e são organizados pelos próprios idosos, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social. Recentemente, eles foram vinculados aos CCTIs, com os quais compartilham as equipes e atividades, de modo a organizar melhor o trabalho e incentivar a participação dos idosos no Centros.

Um dos encontros mais emocionantes com Laura (64 anos) foi quando ela contou de uma surpresa que a fizeram:

A última vez que vi os irmãos da minha mãe foi em 2004. Eles moram em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Um dos meus primos completou 80 anos e resolveram fazer uma festa de aniversário para ele, em Alegre. Alugaram um clube, fizeram um festão e chamaram todo mundo. E, então, uma prima ligou para mim. Disse que seria um aniversário inesquecível, que eu ia levar para sempre, que eu tinha que ir. Só que eu disse que não tinha dinheiro, nem para andar de ônibus aqui na cidade, que eu não podia ir. Ela respondeu que eu não ia pagar nada, que iria em uma van que tinham alugado, mas que só tinha lugar para mim, que era para eu esquecer filho, esquecer neto, esquecer todo mundo e ir me divertir. Quando cheguei lá, aquelas minhas tias e tios estavam todos lá, eles vieram me buscar na entrada, todos me abraçando, me beijando, me jogando para cima, dizendo “ai minha filha, quanto tempo que a gente não se vê!”. As lágrimas escorriam dos olhos. Foi uma coisa muito boa, para mim, aquilo me deixou muito feliz. Que surpresa que essa minha prima me fez! Ir e voltar, sem pagar nada, rever todos aqueles parentes. Ah, como eu gostei! Ontem à tarde, inclusive, ela ligou para mim, para saber como eu estava depois do passeio. Perguntou: “o coraçãozinho está bom?”. Respondi: “está sim, e o dia que você fizer outra surpresa dessa, me leva de novo” (risos). Mas foi muito bom, nossa, que coisa boa. Do nada aparecer um passeio assim para gente, encontrar todo mundo num festão e tanto. Gostei. Passei um dia...um domingo feliz né?.

Com a rotina intensa de Laura parece não haver muito tempo para o lazer. Ela conta que às vezes vai à igreja evangélica, mas por uma questão de necessidade, porque eles a ajudam com a doação de cestas básicas. Quando o Creas promove algum curso, eles a ligam e ela já fez vários, de confeitaria, pintura. Ela também gosta de sair. Quando sabe que tem alguma excursão

¹³² SERPA, 2012, p. 52.

dentro do estado, que a chamam e ela pode ir, ela vai. No período em que estava sendo acompanhada no Cras chegou a fazer alguns passeios, como à Fábrica de Chocolates Garoto, na CST, Vale, e lamenta que eles não mais aconteçam ou que não a convidem mais, já que agora ela é atendida no Creas.

A questão racial: impactos na saúde e na expectativa de vida

A única entrevistada que menciona a questão da raça durante as entrevistas é uma mulher negra. Laura (64 anos) relata o preconceito que sofreu por parte da sogra durante o casamento, afirmando que

Ela não gostava de preto. E ela era da cor desta cadeira, negra, negra mesmo. Mas dizia que os filhos dela só se casariam com mulheres brancas, porque eu, negra, nasci do ovo que o urubu 'botou' na 'cabeça do toco' e o diabo pegou, e, portanto, não era gente. Mas quando ela caiu de derrame em cima da cama, quem cuidou? Eu. Tive que cuidar, dar banho, comida, cuidei dos meus pais e ainda fui cuidar da minha sogra, que a essa altura já era ex-sogra. Ela acabou em uma cama, atentando e atrapalhando a vida da gente, mas nas minhas mãos, nas mãos da negra.

Laura é mulher negra e pobre e como tal representa a realidade de uma população que experimenta as marcas do racismo e da condição de classe também na expectativa de vida, que se apresenta reduzida em comparação com a das mulheres brancas.

Segundo dados do projeto “Retratos das desigualdades de gênero e raça”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹³³, entre os anos de 1995 e 2009, houve uma tendência geral de aumento da população idosa feminina em todos os grupos de cor/raça: branca, preta, parda, amarela e indígena. Ainda que tais dados sejam baseados na forma como as pessoas se veem, ou seja, na autodeclaração, é possível que esse incremento seja consequência do próprio processo de envelhecimento da população brasileira

¹³³ IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2018.

que desde a segunda metade do século XX, devido à revolução biossocial e tecnológica, com o advento dos antibióticos e a queda da taxa de fecundidade, tem impulsionado uma transição demográfica e a inversão da pirâmide etária no país.

Contudo, o levantamento do IPEA demonstra que há uma maior concentração da população feminina com 60 anos ou mais na categoria “branca”, concentração que equivale a um número maior do que o das demais categorias somadas. Concorrem para tanto, os índices de violência que vitimizam a juventude negra e a dificuldade de acesso da população negra aos serviços de saúde e infraestrutura social. Além disso, conforme aponta o Mapa da Violência¹³⁴, publicado com base em dados de mortalidade e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, o número de homicídios de mulheres brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013, o que representa uma queda de 9,8% do total de homicídios do período. Os homicídios de mulheres negras, por outro lado, aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Na mesma pesquisa, o Espírito Santo se destaca como o estado que mais mata mulheres negras, com uma taxa de 11,1% homicídios a cada 100 mil mulheres, mais que o dobro da média nacional, que é de 5,4% homicídios a cada 100 mil mulheres. Desse modo, os dados apontam que mulheres negras tem menos chances de chegar à velhice ou, se chegam, tem mais dificuldades de viver uma velhice com qualidade de vida do que mulheres brancas.¹³⁵

¹³⁴ WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. [S.l.]: CEBELA, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

¹³⁵A negligência do Estado diante das condições de vida das mulheres negras idosas nos remete à discussão empreendida por Achille Mbembe, em *Necropolítica*. Nesse ensaio, o autor define a necropolítica como o conjunto das “formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte”, que buscam “provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhe conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’”. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018. P. 71.

Desigualdades sociais na experiência da velhice

Quanto ao domicílio e à situação financeira, os casos de Laura (64 anos) e Penha (63 anos) são exemplos da pauperização da velhice, que corresponde ao processo de empobrecimento que atinge as pessoas particularmente nessa faixa de idade, tornando-as dependentes do apoio financeiro de amigos, familiares e do Estado. Segundo Guita Grin Debert¹³⁶, pesquisadores tem rediscutido a ideia de que a pauperização seja uma marca característica do envelhecimento nas sociedades ocidentais contemporâneas. O argumento é o de que

especialmente nos momentos em que o desemprego e o subemprego atingem proporções alarmantes, a universalização das aposentadorias e da pensão na velhice garantiria aos idosos direitos sociais dos quais é excluída a população de outras faixas etárias, sobretudo os jovens.¹³⁷

Porém, como se pode observar nos casos aqui analisados, apesar de ter decrescido, esse fenômeno ainda se faz presente nas sociedades contemporâneas.

Laura (64 anos) é moradora do bairro Bonfim. O Bonfim é um bairro de classes populares, localizado a oeste de Vitória, na região da Grande Maruípe¹³⁸, e é uma área de ocupação formada, por volta da década de 1950, por antigos habitantes da região norte do estado, que vieram para a capital em busca de melhores condições de educação para os filhos e de tratamentos de saúde¹³⁹. Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010, o Bonfim possui em torno de 7.106 habitantes, distribuídos em uma área que representa 0,39% do território da capital. A renda média é de 690,80 reais, enquanto em Vitória é de 1.661,99 reais.

A casa em que Laura reside junto com o marido, o filho, que recentemente foi solto da prisão, e dois netos, é de propriedade do marido. Ela conta que a casa

¹³⁶ DEBERT, 2006.

¹³⁷ DEBERT, 2006, p. 17.

¹³⁸ Sobre a divisão das Regiões Administrativas de Vitória tratamos na nota de rodapé 6, da página 50.

¹³⁹ As informações sobre os bairros foram obtidas no site da Prefeitura Municipal de Vitória: www.vitoria.es.gov.br

tem dois cômodos divididos por uma cortina, que demarca o espaço do seu marido e o que ela divide com as outras três pessoas. Parte dessa casa ainda é feita de tábuas, pois Laura não teve condições financeiras para terminar de alterá-la. Mesmo com o divórcio Laura não tem a perspectiva de mudar do local, que é a sua casa por mais de 40 anos. À época das entrevistas, a situação financeira de Laura estava ainda mais complicada, pois devido a um erro no seu recadastro no Programa Bolsa Família, ela estava sem receber há dois meses e como o filho ainda estava à procura de emprego, às vezes faltava até mesmo o que comer. Em um de nossos encontros, Laura me confidenciou que só tinha um pacote de macarrão, um quilo de sal e dois de feijão em casa, para cinco pessoas se alimentarem durante a semana. Inclusive o marido, que a agride, também é muito doente, vive de “bicos” e acaba se alimentando da comida que Laura faz.

Penha (63 anos) é moradora do Barro Vermelho, bairro adjacente à Praia do Canto, criado para ser ocupado por pessoas de alto poder aquisitivo, mas que teve suas características alteradas com o surgimento de outros bairros como Ilha do Boi e Ilha do Frade. Foi loteado a partir da década de 1960, por Atílio Vivácqua. Faz parte da região administrativa chamada Praia do Canto, juntamente com o bairro anteriormente citado, próximo de onde está localizada a Delegacia do Idoso. A situação de Penha, que apesar de morar em um bairro com melhor infraestrutura e apartamento próprio, herdado da família do marido, não é muito melhor que a de Laura. Nenhum dos dois possuía renda fixa até a época das entrevistas, de modo que as despesas da casa e as despesas médicas com o marido eram pagas com a ajuda de amigos. O filho mais velho, que no passado morava com a avó e praticava violência contra ela, foi morar com os pais depois do ocorrido. Ele é agente de saúde, mas, como tem despesas com um financiamento, ajuda pouco com as contas da casa. Penha não tem condições, portanto, de pagar alguém para auxiliá-la com os serviços e os cuidados com o marido, que precisa de ajuda para trocar as fraldas, tomar banho e se vestir. Ela espera que, com ela e o marido completando 65 anos, a situação financeira se estabilize, na medida em que os dois poderiam ter acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Contudo, se o processo de pauperização da velhice parece ter decaído nas sociedades contemporâneas com a universalização da aposentadoria e a

instituição de benefícios como o BPC, como apontamos anteriormente, é preciso analisar o impacto que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019), que prevê alterações no regime de previdência social, atualmente em votação na Câmara dos Deputados, possa ter sobre a reversão desse quadro e das condições de vida de mulheres como Laura e Penha. No texto original da proposta encaminhada pelo governo, o BPC, que até então, consistia na garantia de um salário mínimo (atualmente, 1.045,00 reais) às pessoas com deficiência e às pessoas com 65 anos sem condições de se sustentarem, passaria a ser concedido em duas etapas: aos 60 anos, os idosos receberiam o valor de 400 reais, e, somente aos 70 anos, teriam acesso ao valor integral.

Desde o prefácio à segunda edição de seu livro, publicada em 2016, Eneida Gonçalves de Macedo Haddad¹⁴⁰ alertava para as consequências danosas da PEC 241, depois PEC 55 e, finalmente transformada em Emenda Constitucional 95/2016, também conhecida como a “PEC do Teto” ou “PEC da Morte”, sobre os serviços públicos de saúde, educação e assistência social, na medida em que limita os gastos públicos às variações da inflação. Naquele momento, os discursos de economistas e tecnocratas ligados ao Governo de Michel Temer já insistiam na necessidade e na urgência de uma Reforma da Previdência como forma de aumentar a arrecadação e combater a crise financeira brasileira. A crise, nesses discursos, seria consequência do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento da população, que estariam a onerar os cofres público, ameaçando a manutenção dos compromissos do governo com os beneficiários da Previdência Social.

Como discute Haddad¹⁴¹, diversos pesquisadores têm denunciado a farsa da crise da previdência, apontado, ao contrário, para um *superávit* no orçamento da União, cujos recursos deveriam ser reaplicados na melhoria das condições de vida de aposentados e pensionistas assistidos pelo Estado. Porém, assim como nos discursos de agentes especializados da gerontologia e geriatria, mencionados no subitem anterior, destaca-se que há uma transferência da responsabilidade sobre a suposta crise para os próprios indivíduos em

¹⁴⁰ HADDAD, 2016.

¹⁴¹ HADDAD, 2016.

envelhecimento, obrigados a trabalharem por mais tempo e em situações precárias.

Em face da carência financeira e das agressões sofridas, Penha define a experiência da velhice como um momento de muito sofrimento, justificado pelas escolhas e atitudes adotadas ao longo da vida, como se pode observar pelo relato a seguir:

Eu falei que se eu soubesse que minha velhice fosse ser tão sofrida eu tinha dormido mais, tinha descansado mais, não tinha perdido tantas noites de sono por causa de filho na rua. Mas eu não pensava que um dia eu fosse envelhecer, nós fomos negligentes. A gente nunca deveria ter se desfeito da sorveteria, que era nossa única fonte de renda. Nisso eu me sinto culpada, acho que fui imatura.

Cecília (81 anos) possui duas aposentadorias e reside em apartamento próprio com o filho e o neto. Ela reside na área conhecida hoje como Cidade Alta, no Centro de Vitória, que é o bairro mais antigo da cidade, por onde teve início a colonização do estado do Espírito Santo, em 1550, com a instalação dos Jesuítas e mais tarde da sede administrativa do governo do Estado.

O Centro passou por diversas transformações ao longo do tempo e entre as décadas de 1970 e 1980, sofreu um esvaziamento socioeconômico, com a mudança do comércio para região norte da cidade e do surgimento de outros bairros residenciais fora do centro da capital. Essa região hoje comporta um maior número de idosos da cidade de Vitória, que correspondem a 13,1% da população total, sendo 8,5% de mulheres idosas.

Heloisa (64 anos), que é professora ativa da universidade, assim como Cecília, possui imóvel próprio e mora com o filho, na Praia do Canto. O bairro surgiu a partir de um loteamento, concebido pelo Plano Novo Arrabalde, de autoria do engenheiro Saturnino de Brito, ainda no século XIX e implementado a partir das primeiras décadas do século XX. É um bairro com uma das melhores infraestruturas da capital, abrigando parte das classes médias e médias altas vitorienses, e que viu um crescimento do comércio a partir da década de 1980, fazendo expandir os limites territoriais e as características do bairro, que é contornado pelas duas principais avenidas de Vitória, a Avenida Reta da Penha e a Avenida Saturnino de Brito. Faz parte da segunda região com maior número

de idosos em Vitória, que representam 11,6% da população total, desses 6,8% são mulheres idosas.

Maria (70 anos) tem como fontes de renda a pensão do marido e a aposentadoria, que somados e descontadas as contribuições sindicais e as despesas com plano de saúde totalizam menos de um salário mínimo e meio. Ela ainda faz o pagamento do financiamento do apartamento em que mora, em Jardim Camburi. Jardim Camburi é o bairro mais novo dentre os citados e o mais populoso da cidade de Vitória. Surgiu de um loteamento aprovado em 1928, mas que só começou a ser implementado a partir de 1967, com a construção de 100 casas. Na década de 1980, foi quando teve início o crescimento populacional, com a construção de inúmeros prédios residenciais e comerciais. É um bairro que se localiza em uma área distante do Centro da cidade e de outros bairros de Vitória, o que faz que haja uma boa infraestrutura comercial e de serviços cotidianos.

Maria queixa-se de que o que sobra de seus rendimentos não é suficiente para todas suas despesas médicas. Durante as entrevistas, ela disse que estava há alguns meses sem tomar o ansiolítico, por não ter dinheiro para comprá-lo, já que se trata de um medicamento caro. Ela mora sozinha e conta apenas com a companhia de uma cachorrinha pinscher, “receitada” pelo médico como um tratamento para sua solidão.

As múltiplas experiências com o envelhecimento vivenciadas e percebidas pelas entrevistadas mostram como são diferentes os processos de internalização das representações sociais da velhice. De um lado, nos relatos de Cecília, Laura, Penha e Maria observa-se a perspectiva da velhice como um período que corresponde ao fim da vida, em um sentido negativo, relacionada às representações da velhice hegemônicas em finais do século XIX. Contudo, observa-se também uma frustração em relação à essa perspectiva negativa, pois elas nutriam expectativas de uma velhice positiva, veiculadas massivamente em seus tempos de adultas nos anos de 1980. Nesse sentido, elas contam que

imaginavam que passariam a velhice como mulheres livres, ativas, independentes e saudáveis, vivências que não correspondem às suas realidades cotidianas de grandes dificuldades materiais e afetivas.

Cecília, a mais velha dentre as entrevistadas, com 81 anos de idade, conta que esperava que seu filho cuidasse dela como ela fez com seus pais quando idosos. Ela encara a velhice como um período da vida que necessita de cuidados especiais, de atenção, de afeto e de companhia. Sua frustração está relacionada ao não cumprimento, por parte do filho, do papel social de cuidado que ela imaginava que caberia a ele, o que tornaria sua vida mais tranquila e mais saudável. Entretanto, considerando a perspectiva de gênero, entende-se que o papel social masculino não está relacionado ao cuidado com os demais, como é o caso do papel social feminino. Ela, enquanto mulher, cumpriu o papel que lhe era exigido como filha, mas dele não há a mesma exigência histórica-social.

Laura, ainda que aos 64 anos se sinta forte e ativa, pois é responsável pelos cuidados domésticos e familiares, não tem uma perspectiva de futuro melhor, considera que seu tempo acabou, já está velha demais para ir em busca de experiências de liberdade e de autonomia. Ela manifesta a vontade de voltar a estudar, de se separar do marido e de viver de forma autônoma, em condições melhores de sobrevivência e afetividade. Mas tem muita dificuldade para superar os obstáculos dada a percepção negativa que tem da velhice e de sua própria vida enquanto mulher. Observa-se, portanto, um processo de internalização da velhice de forma negativa, que pode estar associado à sua condição de mulher negra e pobre, que vivencia o desemprego, a fome, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e tratamentos adequados. Situações essas que se reproduzem na sua família de origem e que estão relacionadas também à baixa expectativa de vida de sua mãe e irmãos.

Penha, por sua vez, com 63 anos de idade, mostra ter uma visão mais positiva da velhice, como um período de liberdade e mais possibilidades de sociabilidade e mobilidade, era o que ela esperava para o seu futuro enquanto mulher idosa. Porém, além da situação de desemprego e de não possuir nenhum outro tipo de fonte de renda, ela se vê presa à relação com o marido, de quem já é separada “de corpos” há mais de vinte anos, apesar de viverem juntos. Em grande medida,

essa relação se mantém porque o marido é acamado e ela, enquanto mulher, se vê na obrigação de cuidar dele. Com isso, ela não tem uma perspectiva de mudar suas condições de vida, a velhice é vivenciada por ela de forma muito dolorosa, como um fardo difícil de se livrar, o que a torna uma mulher depressiva com tendências suicidas. Vê-se claramente a imbricação entre as representações de gênero e de velhice na subjetividade de Penha, na medida em que ela se enxerga presa na relação conjugal tanto por considerar a indissolubilidade do matrimônio e suas funções de cuidado enquanto esposa, quanto pela situação de dependência econômica e emocional associada à velhice.

Heloísa, com 64 anos, é a que apresenta maior estabilidade econômica e grau de instrução mais elevado dentre as participantes da pesquisa. É ativa profissionalmente, tem um consultório em que atua como dentista e leciona em sua área. Ela encara a velhice quase como um estado de espírito, não se atendo às mudanças estéticas decorrentes da idade. Porém, seu relato revela que ainda que as rugas e a flacidez não lhe incomodem, há uma preocupação com os cabelos brancos, o ganho de peso e modo de se vestir. Além disso, também há um confronto com as dores e questões de saúde que podem surgir com o passar do tempo. Ou seja, ela parece encarnar a visão positiva da velhice surgida na década de 1980, escamoteando as vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres idosas, o que contribui para a invisibilização das diversas formas de violência decorrentes do gênero e da geração. Apesar de Heloísa defender uma visão positiva da velhice, a realidade de seu cotidiano de violência mostra que a discriminação contra as mulheres idosas independe da forma como elas mesmas encaram o seu próprio envelhecimento.

Portanto, a ideia da velhice como fim da vida sacramenta na subjetividade de algumas das entrevistadas a falta de perspectiva de futuro, reforçando a resignação e a vulnerabilidade à violência. Por outro lado, a representação social da velhice como uma etapa da vida ativa e positiva não encontra respaldo na realidade material dessas mulheres, expostas à pauperização, ao adoecimento, às discriminações e às violências. Dessa forma, a coexistência de diferentes representações da velhice feminina em voga hoje na sociedade se manifesta de diversas formas na subjetividade e na experiência das mulheres entrevistadas,

contribuindo nas dinâmicas pessoais de vivência de diferentes formas de agressões.

CAPÍTULO 3

SIGNIFICADOS SOCIAIS E SUBJETIVOS DA VIOLÊNCIA: DISCUTINDO DENÚNCIAS E SILENCIAMENTOS

A violência é um processo histórico e social, complexo e multifacetado, que se manifesta por meio de ações, individuais ou coletivas, em que pelo uso da força ou de ameaças se intenta dominar, subjugar e provocar danos a outras pessoas, sejam indivíduos, grupos ou coletividades.¹⁴²

Lourdes Maria Bandeira¹⁴³ afirma que, na teoria sociológica clássica, a definição e a análise da violência esteve associada sobretudo aos conceitos de controle social e do papel do Estado. Dentro desse campo, o Estado é visto como o órgão central de controle e detém o monopólio legítimo da violência, utilizado para suprimir desordens sociais e ameaças à propriedade. Dessa forma, o tema da violência passou a ocupar lugar de relevância na produção sociológica das últimas três décadas do século XX. Porém, a maior parte dos trabalhos, inclusive nas ciências sociais brasileiras, se voltou para a violência estatal e institucional, justificada sob o viés de “administração” da criminalidade. Dentro dessa tradição, outras manifestações de violência permaneceram encobertas, como a violência interpessoal.

Os casos analisados neste trabalho podem ser caracterizados como exemplos de violência interpessoal, violência de gênero, violência contra as mulheres, violência familiar, com destaque para a violência conjugal e filial, e violência doméstica. Esses termos são utilizados simultaneamente, pois acredita-se que apesar de apontarem para contextos e relações diferentes, eles se complementam. A violência interpessoal é praticada de uma pessoa contra

¹⁴² MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.** Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

¹⁴³ BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 293-313.

outra, que, em geral, possuem algum tipo de vínculo, e pode ocorrer tanto no âmbito privado quanto na esfera pública.

A violência enquanto um fenômeno social é resultado da interação entre fatores culturais e estruturais, pois se baseia em valores, crenças e práticas que sustentam e legitimam a manutenção de desigualdades sociais e de assimetrias de poder. Nesse sentido, alguns grupos se tornam alvos prioritários de violência, em função de seu gênero, raça, classe, idade e/ou orientação sexual, são as mulheres, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, pessoas pobres e negras.

A violência contra as mulheres é definida como uma ação que envolve o uso da força física e/ou simbólica com o objetivo de estabelecer uma relação de submissão e de poder sobre o corpo, a mente, a vontade e a liberdade feminina. Ela traz como consequências danos morais, psicológicos e físicos e implica sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. Contudo, como a maior parte dessas agressões estão relacionadas a conflitos interpessoais, recebem pouca atenção e, quando expostas, levam a constrangimentos sociais.

A expressão violência de gênero, diferente de violência contra as mulheres, não explicita o vetor e o alvo da violência, incorporando uma série de violências em razão das desigualdades de gênero. Além disso, entende-se que esse tipo de violência ocorre em contextos e espaços relacionais, ou seja, como afirma Bandeira¹⁴⁴,

o uso da expressão violência de gênero tornou-se, portanto, uma categoria que, além de potencializar a complexidade das relações sociais, em nível mais abstrato, consolidou-se como categoria analítica.

A violência de gênero, especialmente a que é dirigida às mulheres, seria, assim, uma expressão das desigualdades entre homens e mulheres, onde se destaca a construção da feminilidade e da masculinidade, compreendidas como um conjunto de papéis e de comportamentos atribuídos respectivamente ao

¹⁴⁴ BANDEIRA, 2019, P. 305.

feminino e ao masculino. Por isso, a necessidade de análise da violência contra as mulheres a partir da categoria gênero, destacando que

a centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos¹⁴⁵.

Contudo, isso não implica em adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher, mas de

destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas.

Portanto, no presente trabalho a expressão violência contra mulheres é utilizada em conjunto com a de violência de gênero, por se entender que esses conceitos dialogam, se complementam e interagem.

A violência de gênero contra as mulheres, além de fenômeno social, é também vista como um processo que perpassa as diferentes idades da vida das mulheres, da infância à velhice. Durante toda a sua vida, as mulheres são alvo de discriminações e diversas formas de violência, que abrangem desde a ordem simbólica, como a dos discursos, até às manifestações físicas, quando não culminam na violência letal, com o feminicídio. Esses diferentes tipos de violência se encontram intimamente imbricados e agem simultaneamente na tentativa de impor o controle sobre os corpos e condutas femininas, fazendo uso de ameaças, da coação moral, das agressões e da violência sexual. Ou seja, a violência contra as mulheres deve ser vista como um recurso de dominação.

Nesse sentido, os estudos feministas apontam o patriarcado como um dos pilares da violência contra as mulheres, entendido como o “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”¹⁴⁶. Esse sistema de dominação-exploração encontra terreno fértil no âmbito doméstico e na instituição familiar, que se constitui em primeiro exemplar das relações

¹⁴⁵ BANDEIRA, 2019. P. 295

¹⁴⁶ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 44.

hierárquicas e cuja defesa como espaço de harmonia, solidariedade e proteção acaba por produzir o silenciamento de violências vivenciadas desde a infância.

A violência familiar aponta para o tipo de vínculo que caracteriza a relação entre vítima e agressor, enquanto a violência doméstica evidencia o espaço em que essa violência ocorre. A violência doméstica e intrafamiliar, contudo, tem sido associada predominantemente às relações conjugais, como uma expressão do sentimento de posse dos homens sobre as mulheres, como um mecanismo de manutenção das relações de poder diante de tentativas de rompimento do casamento e de maior autonomia por parte das mulheres, entre outras situações que desafiarão a lógica patriarcal de divisão dos papéis sociais.

Foi pensando em contribuir para a ampliação do debate sobre a violência contra as mulheres, suas motivações e contextos, que se iniciou, em 2013, uma pesquisa de mestrado sobre a violência contra as mulheres idosas na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES IDOSAS EM VITÓRIA - ES

Em 2013, iniciou-se uma pesquisa de mestrado sobre a violência contra as mulheres idosas nos boletins de ocorrência da até então chamada Delegacia de Atendimento e Proteção às Pessoas Idosas (Dappi), mais conhecida como Delegacia do Idoso de Vitória – ES. Nessa época, o sistema de registro dos boletins de ocorrência da Dappi não era informatizado, nem havia um banco de dados que pudesse ser consultado, por isso, durante a pesquisa, foram transcritos os 719 boletins de ocorrência referentes ao período de dezembro de 2010 a dezembro de 2012, que corresponde aos dois primeiros anos de existência da delegacia.

A Dappi foi criada pela portaria nº 065-R, de 02 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado do Espírito Santo no dia 03 de setembro

de 2010¹⁴⁷, e foi incluída na estrutura da superintendência de Polícia Metropolitana. A notícia sobre a criação da delegacia veiculada pelo Diário Oficial previa um prazo de 40 dias para o início do funcionamento da Dappi na Avenida Marechal Campos, em Vitória, sob a responsabilidade da delegada Tânia¹⁴⁸ Rosa Braga. Porém, a Dappi só começou a funcionar em dezembro daquele ano, no térreo do prédio da Chefatura da Polícia Civil, localizado na Avenida Nossa Senhora da Penha, no Bairro de Santa Luiza, em Vitória.

A Dappi foi a primeira e até hoje, 11 anos depois, é a única delegacia especializada no atendimento às pessoas idosas no estado. Dos 719 boletins registrados no período estabelecido pela pesquisa, 711 estavam distribuídos pelos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, área atendida pela delegacia que abrange além da capital do estado, as cidades de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. Os outros oito boletins eram de municípios localizados nas regiões norte e sul do estado, como São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo e Mimoso do Sul, dado que na época já apontava para a demanda por mais delegacias especializadas no estado.

305 boletins foram registrados em Vitória e, em 205 deles, as vítimas eram mulheres (67,21%). Em 44 dos boletins em que as vítimas eram mulheres em Vitória, os autores eram filho(s) e filha(s) (21,46%) e havia outros 4 em que os autores eram neto(s) e neta(s). A análise da dissertação centrou-se nas 48 denúncias em que a vítima é mulher e os agressores seus filhos (as) e/ou netos (as).

Algo que contribuiu para a delimitação do tema da pesquisa de mestrado foi a publicação de uma reportagem no Jornal A Tribuna de 24 de novembro de 2011¹⁴⁹ que noticiou que em apenas um ano de existência da delegacia já

¹⁴⁷ ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria Nº 065-R, de 02 de setembro de 2010. **Diário Oficial do Governo do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 03 set. 2010. P. 23. Disponível em: <file:///C:/Users/corre/AppData/Local/Temp/diario_oficial_2010-09-03_completo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹⁴⁸ O nome da delegada titular responsável pela Dappi na época é Wania Rosa Braga e foi escrito de maneira incorreta no Diário Oficial.

¹⁴⁹ MAIA, Ruhani. Trezentas mulheres agredidas. **Jornal A Tribuna**, Vitória, 24 de novembro de 2011. P. 20. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160701_aj03578_idosos.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

havia sido registrados 450 boletins de ocorrência de agressões contra idosos na Grande Vitória. A reportagem (APÊNDICE F) contou com a participação da delegada titular responsável pela Dappi na época, Wania Rosa Braga, que destacou a importância da criação da delegacia para a visibilização dos direitos das pessoas idosas e do papel da delegacia na defesa desses direitos, levando a um aumento progressivo dos boletins de ocorrência no decorrer daquele ano. Essa informação foi corroborada pela pesquisa que constatou um crescimento de cerca de 13% no número de denúncias de 2010 para 2011, o que não deve levar a conclusão de que tenha ocorrido um aumento da violência contra pessoas idosas, mas que esses casos passaram a ser registrados.

O foco da reportagem foi a maior incidência de casos em que as vítimas eram mulheres, que somavam 300 dos 450 boletins registrados até novembro de 2011, e em que seus agressores eram seus filhos e netos. Para a delegada Wania Braga, isso se explica porque a violência é praticada dentro de casa, por filhos ou netos que tem envolvimento com drogas:

A maioria das denúncias é de violência doméstica, feita por mães ou avós de usuários. Elas têm um sentimento de fraternidade, de cuidado, que é natural delas, e acabam se envolvendo mais que os homens nos problemas dos filhos e netos com as drogas.¹⁵⁰

Na dissertação de mestrado, buscou-se discutir como os atributos apontados na fala de Wania Braga como essencialmente femininos, na realidade, fazem parte da construção dos papéis sociais de homens e de mulheres sob a égide do sistema patriarcal, que ao reforçar o lugar de docilidade, submissão e resignação reservado às mulheres acaba por torná-las mais vulneráveis à violência. Além disso, o consumo do álcool e de outras drogas foi mencionado seis vezes durante a matéria e é apontado por Wania Braga como a principal motivação para as violências: “Eles costumam agredi-las quando querem dinheiro para sustentar o vício”. Quase metade da página é ocupada por chamadas menores com exemplos de casos que ilustram as violências praticadas contra as pessoas idosas: “Mãe leva surra por não lavar roupa”, “Mãe ameaçada de morte pela filha”, “Filho viciado ameaça pensionista por dinheiro”, “Avó de 78 anos sofre maus-tratos do neto”. A redução das violências ao contexto familiar e aos

¹⁵⁰ Apud MAIA, 2011, P. 20.

conflitos interpessoais, associadas a razões aparentemente “banais”, como a recusa em lavar a camisa de uniforme do filho de 37 anos, e o consumo de álcool e de outras drogas faz parecer que há uma naturalização da violência e uma tendência a caracterizá-la como um problema de foro privado.

Inclusive, ao tratar sobre os desdobramentos dos casos, Wania Braga esboça um entendimento de que, do ponto de vista da instituição policial, há muito pouco a ser feito, pois as possibilidades de resolução do conflito se reduzem a depender da escolha da vítima:

Ao chegarem à delegacia as vítimas se mostram decididas e querem a punição dos agressores. Mas como a maioria dos casos é de mães e avós agredidas por filhos e netos, a punição pedida é o afastamento dos acusados de casa. [...] No caso de usuários de drogas, as vítimas pedem até internação, mas não temos como fazer isso. Elas querem proteção.¹⁵¹

Ao ressaltar a mudança de comportamento das vítimas ao chegarem à delegacia, observa-se mais uma forma de responsabilização daquelas que deveriam ser protegidas pelo Estado: tanto, como mencionado anteriormente, por tomarem a iniciativa de se envolverem nos problemas dos filhos e dos netos, como agora, no desejo de não levarem o caso adiante judicialmente.

Em 22 de junho de 2020¹⁵², os índices de violência contra pessoas idosas na Região Metropolitana da Grande Vitória voltaram a ser destaque no Jornal A Tribuna, que trouxe a seguinte manchete: “Grande Vitória tem 5 casos por dia de violência contra idosos”. A capa do jornal (APÊNDICE G) apontava para o crescimento de 46% em relação ao ano de 2019 e para o fato dessa violência ser praticada sobretudo por familiares mais próximos das vítimas. Em uma reportagem especial bem mais completa que a primeira, o Jornal A Tribuna dedicou a primeira página (APÊNDICE H) à abordagem dos diferentes tipos de violência contra as pessoas idosas, das principais motivações e do perfil das vítimas e dos autores. A página seguinte (APÊNDICE I) apresentou o papel da Delegacia do Idoso e do Centro de Referência de Assistência Social no enfrentamento da violência contra as pessoas idosas. Vale mencionar que a

¹⁵¹ Apud MAIA, 2011, P. 20.

¹⁵² NATIELLY, Kananda. Grande Vitória tem 5 casos por dia de violência contra idosos. **Jornal A Tribuna**, Vitória, 22 de junho de 2020. P. 1-3. Disponível em: < <http://pdf.redetribuna.com.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

delegacia foi identificada como Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso (Depi) e não mais como Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi)¹⁵³.

Os tipos de violência contra as pessoas idosas mencionados são a negligência, a violência psicológica, a violência física, a violência financeira e o abandono. Entre as principais motivações são apontados “atritos familiares, interesse financeiro por parte de quem comete o crime”. O perfil das vítimas é de mulheres, de 60 a 90 anos, que vivem com filhos e irmãos. Os autores seriam seus familiares, como irmãos, irmãs e filhos. A reportagem conta com a participação de um número bem mais amplo de profissionais, a saber: a secretária de Assistência Social de Vila Velha, Ana Cláudia Simões; a presidente do Conselho Municipal do Idoso de Vila Velha, Marquede Martinelli; a secretária adjunta de Assistência Social da Serra, Elcimara Loureiro; a servidora do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa Idosa da Prefeitura da Serra, Viviane Guerra; a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Vitória (sem especificar qual unidade), Fabíola Calazans; e o delegado titular da Depi, Márcio Braga.

As explicações para os índices de violência contra pessoas idosas na Grande Vitória, porém, são similares as apresentadas na matéria de 2011, com ênfase nas motivações pessoais. Para Ana Cláudia Simões, o aumento dos casos de violência contra idosas se deve à falta de paciência e de amor dos familiares. Viviane Guerra relaciona os casos de abandono e de abuso financeiro aos conflitos oriundos de dependência química, brigas entre irmãos pela posse dos bens e renda do idoso, como o cartão da aposentadoria.

¹⁵³ Em busca no site da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, na área com a listagem dos Departamentos, Divisões e Delegacias Especializadas, também consta o nome e a sigla Depi. Disponível em: <<https://pc.es.gov.br/delegacias-especializadas>>.

3.2 A VIOLÊNCIA NOS RELATOS DAS MULHERES IDOSAS

O encaminhamento para os Centros de Referência se deu de variadas formas. Laura (64 anos) era usuária do Cras, localizado também em Maruípe, onde foi cadastrada como beneficiária do Programa Bolsa Família. O motivo do encaminhamento foi que a equipe do Cras identificou que Laura sofria violência física e psicológica do marido, com quem estava casada há 42 anos.

Cecilia (81 anos) é a usuária mais antiga dentre as entrevistadas, ela chegou até o Creas em 2012, encaminhada pelo Centro de Convivência da Terceira Idade que ela frequenta, no Centro de Vitória. A motivação foi a violência psicológica e financeira que sofre do filho.

Heloisa (64 anos) foi encaminhada para o Creas pela Promotoria do Idoso, depois de passar pela Casa do Cidadão, onde soube que havia um serviço de atendimento a vítimas de violência doméstica. Ela sofre violência psicológica do filho, que também já a agrediu fisicamente em pelo menos uma ocasião. Ao chegar na Casa do Cidadão, Heloisa foi informada de que por ser maior de 60 anos, seu caso deveria ser tratado em serviços especializados no atendimento à pessoa idosa, e por isso foi reencaminhada para a 11ª Promotoria de Justiça Cível com atribuição em matéria do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Na Promotoria, disseram que se ela registrasse um boletim de ocorrência, o filho seria preso, e, como, segundo Heloisa, ela não tinha o desejo judicializar o caso, a conclusão foi que ela deveria procurar o Creas.

Penha (63 anos) compareceu no Creas pela primeira vez em 2013, a fim de buscar ajuda para resolver a situação do filho mais velho, que à época vivia com a avó paterna, de 80 anos. Esse filho se mudou para a casa da avó para cuidar dela, mas a agredia psicologicamente e financeiramente, além de ser negligente. O caso anterior foi resolvido e, atualmente, Penha é acompanhada pela equipe de atendimento psicossocial por conta das agressões psicológicas que sofre do marido semi-acamado e da negligência dos filhos, que não dividem os cuidados financeiros e médicos que o pai demanda, sobrecarregando Penha.

Maria (70 anos) foi procurada pela equipe do Sead após o Creas receber uma denúncia anônima, que ela acredita ter sido realizada por um médico que a atendeu no hospital. O motivo é que Maria sofre negligência dos filhos, ela passa por dificuldades financeiras, por causa das despesas altas com o seu tratamento, e ao mesmo tempo não recebe ajuda com os cuidados da casa e os cuidados que ela mesma precisa.

TABELA 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS

Entrevistada	Idade	Forma de encaminhamento	Creas em que é atendida	Tipos de Violência	Vínculo com o autor das violências
Laura	64 anos	Cras	Maruípe	Violência psicológica e física	Marido
Cecília	81 anos	CCTI	Centro	Violência psicológica e financeira	Filho
Heloísa	64 anos	Promotora do Idoso	Bento Ferreira	Violência psicológica, física e financeira	Filho
Penha	63 anos	Espontânea	Bento Ferreira	Violência psicológica e negligência	Marido e filhos
Maria	70 anos	Denúncia anônima	Bento Ferreira	Negligência	Filhos

Fonte: sistematização da pesquisadora, a partir dos dados das entrevistas.

São casos de violência física, violência psicológica, abandono, negligência, violência financeira e econômica, praticadas por cônjuges, ex-cônjuges e filhos. Enquadram-se aí as agressões verbais ou gestuais, os insultos, as ridicularizações, as ameaças, os constrangimentos, que visam, nas palavras de

Maria Cecília Minayo¹⁵⁴, “aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social”. Há casos em que a essas humilhações se somam os socos, chutes e empurrões. Destaca-se também a exploração econômica, o uso não consentido de recursos financeiros, a destruição de bens pessoais e patrimoniais, acompanhada da recusa ou da omissão com os cuidados necessários às idosas.

Laura (64 anos) conta que, desde o namoro, além de proibi-la de estudar e de trabalhar fora de casa e de manter contato com outras pessoas, principalmente homens, o marido a agredia com xingamentos, palavrões, calúnias, empurrões e socos.

Ele batia com o pé no chão e falava para eu entrar para dentro de casa, isso quando ele já não me dava logo um soco. Soco no meio da cara mesmo. Uma vez ele me deu um soco bem na bola do olho esquerdo, parecia que eu ia ficar cega.

Se alguém chegasse perto de mim, se contassem a ele que me viram conversando com um homem, ele já não queria saber de nada, falava que mulher que trai o marido tinha que ser morta. Eu tentava explicar que não era bem assim, que eu não estava com ninguém, que eu estudava à noite e que talvez naquele horário que disseram ter me visto na rua eu estava até na escola, mas não adiantava.¹⁵⁵

As violências se intensificaram durante o casamento e permaneceram até recentemente quando ela passou a ser acompanhada pela equipe do Creas e decidiu se divorciar.

Certa vez ele chegou a quebrar o meu braço, fui para o hospital sozinha e voltei com o braço engessado, com a cabeça doendo de tanto que ele me bateu contra a parede. A minha mão inchou. Naquela época era para eu ter mandado ele sumir de casa, desaparecer, mas fazer o que? Eu tinha medo e a casa onde a gente morava era dele. Então, eu deixei assim mesmo.

Na época das entrevistas, ela estava em processo de separação, mas ainda sofria com as ameaças do marido: “Ele diz que eu não tenho que pensar que porque estarei divorciada vou arranjar outra pessoa, que ele mata os dois”.

¹⁵⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br>. Acesso em: 5 out. 2020. P. 15.

¹⁵⁵ Alguns dos trechos do resumo da história de vida das entrevistadas apresentado no primeiro capítulo do trabalho são retomados para análise das situações de violência neste capítulo.

Cecília (81 anos) afirma não sofrer violência física por parte do filho, mas as violências psicológicas, financeira e patrimonial, de caráter constante, se tornaram igualmente insuportáveis:

Ele me perturba muito, nunca encostou um dedo em mim, assim como o pai, mas ele me xinga, me ameaça, quebra as coisas dentro de casa para me dar prejuízo. Ele diz que comigo ninguém vive, que eu tenho o gênio muito ruim e que gosto de tudo certinho. Ele vive implicando comigo. Para ele, as pessoas que dizem gostar de mim, é tudo fingimento, que eu não presto e que eu vou viver sozinha.

Apesar de estar exposta a todos os crimes possíveis existentes, como afirma Mônica Lindoso¹⁵⁶, diferente da violência de gênero cuja vítima é a mulher jovem, a violência contra a mulher idosa não tem como finalidade principal o físico, mas o psíquico, o emocional e o moral. Segundo a autora, é comum que em outras etapas da vida da mulher, em casos de agressões, marquem-lhe o rosto e barriga, que representam, respectivamente, sua identidade e o lugar onde encontram-se seus órgãos reprodutores, sua capacidade de gerar e dar à luz. Durante a velhice, no entanto, os órgãos reprodutores perderam a funcionalidade, o rosto já foi marcado pela idade, está gasto, feio e o meio para atingir as mulheres idosas passa a ser o “seu bom nome, sua boa fama, suas lembranças, sua integridade psicológica e sua paz”¹⁵⁷.

Além disso, a violência psicológica é uma forma de violência que permeia todas as outras, mas que recebe pouca atenção e é difícil de ser mensurada, às vezes pelas próprias vítimas, pois é “silenciosa”, não deixando marcas físicas, aparentes. Contudo, Silva, Coelho e Caponi¹⁵⁸ alegam que, para algumas mulheres, a violência psicológica, de característica constante, pode ser tão ou mais grave que a física, pois interfere em sua auto-estima, na segurança e confiança em si mesmas e, em situações mais extremas, pode trazer

¹⁵⁶ LINDOSO, Mônica Bezerra de Araújo. **A violência praticada contra a mulher idosa e os direitos humanos**. In: Direitos Humanos no cotidiano jurídico. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004. (Séries Estudos n. 14). Disponível em: <www.pge.sp.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2013. P. 71-101.

¹⁵⁷ LINDOSO, 2004, p. 76

¹⁵⁸ SILVA, Luciana Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurulho. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface** – Comunic, Saúde, Educ, v. 11, p. 93-103, jan/abr 2007. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 07 jan. 2015.

consequências como dores crônicas, depressão, síndrome do pânico e distúrbios alimentares.

Alguns dos efeitos da violência psicológica sobre a saúde física e psíquica das vítimas podem ser identificados no relato de Cecília:

Eu já pensei, inclusive em deixar a minha casa para ele e ir morar em um asilo. A minha sobrinha queria que eu fosse morar em Jardim Camburi, perto dela, mas eu gosto de morar no Centro, tem tudo perto, supermercado, farmácia. Eu queria mesmo é que meu filho saísse de casa e me desse sossego. Além de todos os meus problemas de saúde, eu estou com a glicose alterada, mesmo me alimentando bem. Segundo o meu médico é estresse, o que eu não posso controlar vivendo dessa forma.

Ele me tira o direito de botar para fora aquele amor e aquele carinho que eu sempre tive por ele, que eu tenho. Eu fico muito triste. Me pergunto o que estou fazendo nesse mundo, não sirvo para nada. Mas Deus sabe o que eu estou fazendo aqui, que eu preciso passar por isso para ter a recompensa, né?

Heloísa (64 anos) relata situações que ela define como “desrespeito”, seguidas de violência física praticadas pelo filho, que já se mostrava agressivo com sua antiga namorada, mãe da sua filha, sendo mencionada inclusive a existência de medidas protetivas contra ele. De acordo com Heloísa (64 anos), o filho

teve duas namoradas e era agressivo com as duas, com episódios de violência física mesmo. E ele tem essa história de enfiar essa segunda menina dentro da minha casa, sem o meu consentimento, ele simplesmente leva e acabou. Não adianta eu falar que não. [...] A princípio eu fiquei muito nervosa com isso e não queria aceitar de jeito nenhum e no final das contas acabei aceitando. Mas era muita briga, muita briga. [...]

Em uma das brigas dos dois, eu fui defendê-la e ele me agrediu, ele me deu um chute no joelho. Foi a primeira vez que ele me agrediu fisicamente. Mas antes disso ele já tinha episódios de não aceitar o que eu falava, uma questão de desrespeito.

O relato de Cecília (81 anos) também aponta para a agressividade do filho nas demais relações afetivas:

Ele já teve várias mulheres e é violento com elas também, diversas vezes levou elas para dentro de casa. Eu já tive que chamar o síndico por conta das brigas que ele teve com essas namoradas. Agora ele está em uma relação com uma mulher e tem um filho de 3 anos com ela.

Uma característica marcante dos dois casos são que os filhos foram apresentados como usuários de drogas, desempregados ou trabalhadores informais, residindo com as vítimas, na residência das vítimas, possuindo algum

grau de dependência financeira em relação a elas. Heloisa (64 anos) menciona que, quando o filho começou a dirigir,

o pai pagou para ele tirar a carteira de motorista, e eu tinha que dar o meu carro para ele de qualquer maneira quando ele quisesse, senão ele ficava violento e eu comecei a ficar preocupada com isso.

Teve uma vez que eu tranquei a porta do meu quarto, porque eu não queria dar a chave do carro para ele, e ele quebrou, derrubou a porta. Então, essa violência contra mim começou a aumentar. Uns meses atrás, em uma situação parecida relacionada ao carro, eu falei que não dava, mas dessa vez eu não fechei a porta e ele me deu um soco na perna, quase que quebra. Foi um soco violento e ele tinha aquele olhar de ódio.

Daí em diante eu fiquei muito preocupada, com medo, decidi que não ia mais bater de frente e ia procurar ajuda.

Cecília (81 anos) se ressentida pela sobrecarga de tarefas e por ser a principal responsável pelas despesas da casa:

Ele deixa tudo em minhas costas. Começou a faculdade de Direito, depois de Engenharia de Produção, que ele concluiu, com a minha ajuda, mas ele não tem um emprego estável. Trabalha como vendedor ambulante em uma praça e por causa desse trabalho faz uma bagunça em casa, o que me deixa muito chateada. Ele espera que eu limpe, cozinhe, o sustente. Eu pago uma lavadeira para lavar as roupas de casa e as outras roupas mais pesadas, porque eu não tenho mais condições de fazer esse tipo de serviço e mando as roupas dele junto, porque nem isso ele faz. E sou eu que pago pelo serviço também. Eu digo a ele que ele precisa fazer algo em casa ou que vá arrumar o seu canto, mas ele diz não ter condições e que conta comigo.

Ele se abstém até mesmo dos cuidados com meu neto. Sou eu quem vou até a escola conversar com os professores, sou eu quem levou ele para fazer o CPF e que pretendo levar para fazer a identidade e a carteira de trabalho. Eu me preocupo com o futuro do meu neto e o meu, porque eu sei que não posso contar com meu filho para cuidar de mim.

O cenário apresentado nessas narrativas torna claro as questões relacionadas à construção da masculinidade, referenciada nos pilares poder, violência e trabalho. Essa discussão foi empreendida nos trabalhos de Sócrates Nolasco¹⁵⁹, que escreveu o livro *O mito da masculinidade*; Ellen Hardy & Ana Luisa Jiménez¹⁶⁰, autoras do artigo *Masculinidad y género*; e nos trabalhos pioneiros

¹⁵⁹ NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

¹⁶⁰ HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y género. **Revista Cubana Salud Pública**, vol. 27, n. 2, p. 77-88, 2001. Disponível em: <www.bsv.sld.cu>. Acesso em: 4 jun. 2013.

sobre violência contra as mulheres no Brasil de Heleieth Saffioti¹⁶¹, *Gênero, patriarcado e violência*, e Maria Amélia Azevedo¹⁶², *Mulheres espancadas*.

Azevedo¹⁶³ aponta que a violência de gênero assumiu importância pelo fato de o movimento feminista e a academia, a partir dos anos de 1970, começarem a vê-la como um “braço forte do machismo” patriarcal, “mantendo para com ele uma relação de duplo sentido: ao mesmo tempo que o reforça é legitimado por ele”. A legitimação da violência, por sua vez, seria uma ferramenta utilizada pelos homens quando esses se veem impossibilitados de exercerem seu papel social de macho dominador. Nesse sentido, uma característica da construção da masculinidade seria não somente a exposição às situações de violência, mas o recurso à violência para a manutenção do poder masculino, seja em relações afetivas ou familiares. Como argumenta Sócrates Nolasco¹⁶⁴,

a violência move a balança de poder entre os homens, na medida em que funciona como dispositivo para reverter ou manter determinada correlação de forças que lhes é solicitada socialmente.

Ainda de acordo com Nolasco, o trabalho é a principal referência na construção da masculinidade, atrelado à independência financeira e à saída da família. O trabalho remunerado está tão inscrito na subjetividade do homem, sendo o centro de sua respeitabilidade na sociedade, que, segundo Ellen Hardy & Ana Luisa Jiménez, a perda do emprego pode traduzir no sentimento de diminuição de sua masculinidade.

Hoje, devido a uma série de razões econômicas e pessoais, como o desemprego e o divórcio, muitos filhos foram levados a retornarem à casa materna e, desempregados, esses filhos passaram a depender economicamente das mães idosas, o que representa para muitos uma inversão na ordem das ajudas, já que durante a velhice, os primeiros deveriam cuidar das últimas. A reação frente à situação de dependência dos (as) filhos (as) e netos (as) para com a mãe e avó idosa é expressa através não somente da violência física e psicológica, como da

¹⁶¹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹⁶² AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**. A violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

¹⁶³ AZEVEDO, 1985, p. 56.

¹⁶⁴ NOLASCO, 1993. P. 61.

violência econômica ou financeira e, ainda, a partir da violência contra o patrimônio da vítima, situações que estão presentes tanto no cotidiano de Cecília, como de Heloísa, conforme descrito em seus relatos.

Considerando-se que, nos dois casos analisados, há a presença do desemprego, da dependência financeira e da coabitação ou re-coabitação, acredita-se que essa violência seja uma expressão da não concretização dos papéis sociais masculinos. A violência, portanto, seria considerada como um recurso de manutenção do poder, de defesa da honra e da virilidade masculinas.

Cecília (81 anos) e Heloísa (64 anos) são mães de filhos adotivos e sofrem violência por parte desses filhos. Teve-se acesso a essa informação nas conversas preliminares com a equipe de atendimento psicossocial dos Creas, mas não era nossa intenção inicial abordar diretamente essa questão. A psicóloga e a assistente social que cuidavam do caso de Heloísa no Creas de Bento Ferreira caracterizaram o filho como alguém de 20 e poucos anos, adotado, desempregado, usuário de drogas e “revoltado”. O filho de Cecília foi descrito com um perfil semelhante pela equipe do Creas do Centro de Vitória, embora mais velho: 51 anos, usuário de drogas, foi abandonado pela mãe biológica e adotado por Cecília e o marido, quando ainda eram casados.

Considera-se esse um terreno arenoso e que trazia algumas preocupações, fazendo com que se caminhasse com muita cautela na análise. Primeiramente, porque é um tema que tangencia dois dos casos estudados, mas não é o foco da pesquisa, razão pela qual não temos condições de aprofundá-lo, ainda que se esteja consciente que em função da sua complexidade deve ser analisado de forma multidimensional. Em segundo lugar, havia o receio de que as agressões pudessem ser reduzidas ao fato de serem filhos adotivos, fortalecendo o estigma do adotado como alguém que, devido à origem e à história desconhecidas, deveria ser tratado com desconfiança e até como um agressor em potencial.

Porém, não era possível ignorar o elemento da adoção, pois ele surgiu naturalmente durante as entrevistas e percebeu-se que poderia ser algo relevante na percepção das entrevistadas sobre as situações de violência. Buscou-se, portanto, subsídios na bibliografia especializada a fim de

compreender quais os aspectos que permeiam a relação entre adotantes e adotados, não para justificar os possíveis conflitos ou agressões que possam surgir, mas para perceber por que essa pode ter sido uma questão sinalizada pelas mulheres entrevistadas.

A partir de entrevistas semiestruturadas com quatro famílias adotivas do Distrito Federal e da análise de desenhos dos respectivos filhos adotivos, Vicente Faleiros e Patrícia Moraes¹⁶⁵ procuram compreender a construção e a desconstrução das relações entre adotantes e adotados, também denominada pelos autores de vinculação e desvinculação afetiva.

O vínculo afetivo, segundo os autores, é um tipo particular de relação estabelecido com outrem que é o objeto desejado. A dinâmica de estabelecimento dos vínculos afetivos envolve emoções, sentimentos, motivações psicológicas e está relacionada à história dos sujeitos, às pautas e às regras de conduta acumuladas das relações anteriores e que os sujeitos acabam incorporando.

Nesse sentido, “o processo de adoção é visto como uma vinculação/revinculação que implica uma relação particular tanto do mundo interno, como o externo, este um processo de comunicação e aprendizagem”.¹⁶⁶ Isso porque a adoção é um tipo de vinculação/revinculação afetiva que se estabelece “no processo de interrupção da linhagem e construção de uma ‘outra história’ num contexto desconhecido e de aceitação das diferenças”.¹⁶⁷ Ou seja, é imprescindível que haja uma clareza dos adotantes sobre suas motivações e um diálogo com o filho adotado sobre sua história de origem.

Uma das dimensões críticas do processo de adoção abordadas por Faleiros e Moraes é justamente a relação entre segredo e revelação da situação do adotado. E a depender da comunicação e da forma como a origem da criança

¹⁶⁵ FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. Desafios e possibilidades na adoção. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v. 13, n. 1 (17) p. 29-46 jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634913/3357>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

¹⁶⁶ FALEIROS; MORAES, 2014, p. 31.

¹⁶⁷ FALEIROS; MORAES, 2014, p. 35.

for apresentada durante a convivência com sua nova família, os vínculos parentais e filiais podem ser fortalecidos ou fragilizados, chegando até mesmo ao ponto, em alguns casos, de serem rompidos, por meio da desvinculação ou devolução das crianças.

Cecília (81 anos) não chegou a detalhar como ocorreu o processo de adoção do filho e como compartilhou a notícia de sua adoção, mas comentou que ela e o marido sempre conversaram sobre a adoção, porque ela não podia ter filhos. Eles tinham 10 anos de casados, quando resolveram adotar:

Foi em 1967, ele tinha 7 dias de vida e eu o peguei ainda na maternidade, lá no berçário. Quando meu marido saiu de casa ele estava com 4 anos e ele sentiu um baque muito grande com a saída do pai. Eles eram muito agarrados.

Heloisa (64 anos) conta como ocorreu o momento em que o filho soube da adoção:

Eu era aconselhada a falar desde que ele era pequeno que ele era adotado. Mas eu não segui esse conselho, decidi seguir com a minha intuição, como tudo na minha vida. Eu achava que ia chegar a hora disso acontecer. E aconteceu quando ele tinha mais ou menos dez anos. Nós estávamos comemorando nosso aniversário de casamento em um restaurante. Ele estava sentado entre eu e o meu marido e ele, então, perguntou: “mãe, eu sou adotado?”. Eu quase caí dura. A minha sensação é que tinha uma espada pendurada sobre a minha cabeça e que ela ia desabar a qualquer momento. Eu fiquei engasgada e o meu marido começou a contar a história. Então, eu me recuperei e falei “meu filho, você é sim”. Eu sempre fui uma pessoa muito transparente, muito honesta, eu não gosto de mentiras. Eu vi uma lagrimazinha começar a cair no rosto dele. E eu comecei a contar a história da minha decisão por ele, do meu encontro com ele e de como foi lindo: ‘Meu filho, quando a gente cresce e a gente arranja uma namorada ou um namorado, a gente quer viver e ter uma família com essa pessoa. A gente vai deixar nossa família para fazer uma outra família com a outra pessoa. E foi isso que aconteceu comigo também, quando eu encontrei seu pai, eu tive essa vontade também, nós saímos e fomos criar nossa família. Só que aí papai do céu pensou: eu não vou dar um filho para essa mulher, eu vou esperar ela ter tempo, porque vai chegar uma hora que vai chegar uma criança na terra e eu vou guardar ele para ela. Então, eu vou colocar ele na barriga de uma mulher e vou fazê-la chegar nessa mulher, encontrar essa mulher para pegar o filho dela. Você não é filho dela, papai do céu colocou você na barriga dela, para que eu fosse sua mãe”.

Foge do objetivo do presente trabalho uma análise mais aprofundada sobre a relação que as mães adotivas e filhos adotados estabelecem com a adoção, inclusive porque não se teve acesso aos relatos dos filhos. De qualquer forma, os relatos das mães sugerem que esses filhos projetam parte de sua frustração

e revolta, por terem sido supostamente abandonados e por desconhecerem sua família biológica, sobre essas mães adotivas. E elas, de certa forma, se culpam pelos sofrimentos enfrentados por eles, como podemos perceber no relato de Cecília (81 anos):

Quando meu filho ainda era adolescente ele se envolveu com drogas, ele sempre foi revoltado comigo e eu acho que não fui uma boa mãe para ele, eu não me arrependo de tê-lo adotado, mas de não ter sido uma boa mãe para ele. [...] Durante uma época eu andei atrás dessa mãe igual uma condenada, porque ele queria saber se tinha irmãos e porque ela tinha abandonado ele. Mas na maternidade só tinha o nome dele, ela entrou como indigente, não recebeu visita, saiu como indigente e não quis nem ver a criança. [...] O negócio dele era ter família numerosa. “Você podia ter apanhado mais [filhos]”. [...] “A família que me pega pra criar, vai e se separa também...”. [...] “Você não aprontou nada não? Acho que você aprontou alguma, por isso que papai saiu de casa”.

Para essas mulheres, a violência se constituiria em uma forma de rompimento das expectativas de relacionamento e de troca de afetos em família, como se pode entrever pelo relato de Cecília:

Eu acho isso um desrespeito. Eu não faria isso com meus pais, eu acho que a família existe como uma forma de apoio mútuo. [...] Ele me tira o direito de botar para fora aquele amor e aquele carinho que eu sempre tive por ele, que eu tenho. Eu fico muito triste. Me pergunto o que estou fazendo nesse mundo, não sirvo para nada. Mas Deus sabe o que eu estou fazendo aqui, que eu preciso passar por isso para ter a recompensa, né?

As expectativas no desenvolvimento da relação com os filhos e netos aparecem referenciadas nas relações que estabeleceu com a família de origem, no passado. A violência, nesse sentido, se constituiria na violação dos seus direitos de mulher e de pessoa idosa, mas também naquilo que ela tem de mais valioso na construção de sua identidade individual, que são as referências de cuidado e afetividade familiares e das gerações anteriores.

Questões de gênero, representações sociais da velhice e significados sociais e subjetivos da violência se entrecruzam nos relatos selecionados. Para algumas das mulheres entrevistadas, a velhice pode não ser de fato uma questão, pois se resume ao aspecto estético, ao corpo, importando mais o intelecto e a capacidade de manter sua sanidade e a liberdade. Para outras, a velhice representa o momento que antecede a morte, não restando muito o que ser feito,

a não ser esperar, e até colaborando para que elas se resignem na situação de violência e maltrato.

3.3 MARCOS LEGAIS E REDE DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS

Incluiu-se no roteiro geral de entrevistas a discussão a respeito de alguns dos serviços e políticas públicas, como os Cras, Centros de Convivência, Creas e Delegacia do Idoso. As entrevistadas demonstraram possuir pouco conhecimento sobre os marcos legais e a rede de atendimento e proteção às pessoas idosas. Apesar disso, considerou-se necessário identificar quais e compreender como se estruturam os serviços direcionados à assistência de pessoas idosas e em situação de violação de direitos na cidade de Vitória – ES, dentre os quais destaca-se o papel dos Creas.

A Política Municipal do Idoso de Vitória – ES

A Política Municipal do Idoso foi aprovada pela Lei 6.043, em 23 de dezembro de 2003, dois meses após o Estatuto do Idoso, e intenta garantir os direitos sociais do idoso, munícipe de Vitória, através da promoção de “sua autonomia, independência, integração, melhoria da qualidade de vida e participação efetiva na sociedade”¹⁶⁸.

¹⁶⁸ VITÓRIA. **Lei nº 6.043, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso. Vitória, 2003. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Na área de assistência e desenvolvimento social, a Política Municipal do Idoso atribui ao Poder público a competência de, junto com as famílias e as instituições governamentais e não governamentais, investir em ações que sejam capazes de suprir as necessidades básicas do idoso e alternativas para o idoso desabrigado e cujo vínculo familiar foi rompido; criar e estimular a criação e o funcionamento adequado das instituições de acolhimento, centros de convivência e outros, evitando o isolamento.

Na área de justiça e segurança pública, a Política do Idoso de Vitória prevê a promoção e a defesa dos direitos da pessoa idosa, orientar os cidadãos sobre as legislações que os protegem, estabelecer parcerias com o Comid e órgãos do Judiciário e Ministério público, a fim de averiguar denúncias de maus tratos, violências e agressões, e a criação de um “Disque Idoso”, que seria responsável por receber denúncias de maus tratos e violência contra o idoso e pela resolução dos casos. Não foi possível saber se esse último serviço chegou a ser implementado em Vitória.

Órgãos de defesa dos direitos das pessoas idosas

O Conselho Municipal do Idoso (Comid) foi criado pela Lei nº 4.946, de 15 de julho de 1999, posteriormente revogada pela Lei nº 6.944, de 04 de junho de 2007, e que o vincula à Secretaria Municipal de Assistência Social. O Comid é um órgão de caráter permanente e de composição paritária, formada pela sociedade civil e pelo governo municipal, e tem como objetivos investir na elaboração de ferramentas e na fiscalização dos serviços e das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, dentre as quais destaca-se o planejamento da Política Municipal do Idoso, promover campanhas de conscientização sobre os direitos da pessoa idosa, além de tomar providências diante do “recebimento de petições, denúncias, reclamações,

representações ou queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados a pessoa idosa”¹⁶⁹.

A Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi), também conhecida como Delegacia do Idoso, foi criada em setembro de 2010, passando a funcionar em dezembro daquele ano, e substituiu o antigo Núcleo de Proteção e Atendimento à Terceira Idade (Nupati). Existem poucas informações sobre o Nupati, o que se sabe, por Rodrigues¹⁷⁰, é que ele foi criado em 2008, funcionando durante dois anos dentro da Delegacia da Mulher de Vitória, e que tinha como função realizar o levantamento dos crimes praticados contra a pessoa, fazer o encaminhamento para exames, laudos médicos e outros órgãos competentes e oferecer atendimento psicossocial.

A Dappi, por sua vez, tem como tarefa primordial a repressão dos crimes previstos pela Lei 10.741, de 2003, o Estatuto do Idoso. A Dappi está localizada dentro do prédio da Chefatura da Polícia Civil, no bairro de Santa Luiza, em um espaço que segundo informações de seus funcionários era um antigo almoxarifado da Polícia Civil. A estrutura física, recursos humanos e materiais, bem como o funcionamento da delegacia já foram analisados em trabalho anterior sobre a violência contra as mulheres idosas nos boletins de ocorrência da Dappi¹⁷¹. Convém destacar apenas que a criação de uma delegacia especializada destinada ao atendimento de pessoas idosas já estava prevista na Política Estadual do Idoso, desde 21 de dezembro de 1998, ou seja, quase 12 anos antes da criação de fato da referida delegacia.

¹⁶⁹ VITÓRIA. **Lei nº 6.944, de 04 de junho de 2007**. Cria o Conselho Municipal do Idoso – COMID. Vitória, 2007. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2018.

¹⁷⁰ RODRIGUES, Lizete de Souza. **A Política Nacional do Idoso: o caso de Vitória (1994-2004)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2006. Disponível em: <www.historia.ufes.br>. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹⁷¹ SILVEIRA, Luciana. **Gênero, velhice e geração: a violência familiar contra a mulher idosa em Vitória (ES), 2010-2012**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7644_Disserta%E7%E3o%20Luciana%20Silveira20150507-173115.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021..

Serviços de assistência social e de atendimento às pessoas idosas

Os serviços de Proteção Social Básica são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), unidades públicas estatais, localizados em regiões de vulnerabilidade social. No caso de Vitória, existem 12 Cras, cada um deles responsável por atender um conjunto de bairros chamados de território. Compreendem os serviços de Proteção Social Básica, o Programa de Atenção Integral à Família (Paif) e a gestão do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O Paif age de forma territorializada e tem como foco as famílias, vistas não a partir de um modelo único baseado na família nuclear, mas consideradas a partir da diversidade de arranjos familiares presentes na sociedade contemporânea. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹⁷² considera como funções básicas das famílias

prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

Porém, o grupo familiar pode se mostrar ou não capaz de desempenhar essas funções básicas. Nesse sentido, os Cras atuam no acompanhamento de famílias que podem tornar-se de risco social e/ou que tenham seus direitos violados, caso não recebam intervenção profissional. Esse trabalho é realizado por meio de acolhidas e visitas domiciliares, tendo como referência as características específicas de cada uma delas, sua relação com o contexto social, as vulnerabilidades intrínsecas, bem como os recursos simbólicos e afetivos dos quais dispõem. Através do Paif, são realizadas ainda ações como palestras e oficinas com as famílias e ações comunitárias, cujo objetivo é promover a participação social, a reflexão acerca de assuntos de interesse de cada território e a prevenção de riscos. No site da Prefeitura Municipal de Vitória, salienta-se

¹⁷² BRASIL, 2004, p. 35.

que os Cras não realizam atendimentos terapêuticos e psicológico e que esses devem ser buscados nas Unidades de Saúde.

O CadÚnico foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 junho de 2007, e é uma ferramenta que identifica e caracterizada socioeconomicamente as famílias brasileiras de baixa renda. O CadÚnico permite às famílias serem selecionadas para programas e/ou benefícios sociais dos governos federal, estaduais e municipais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). A cada pessoa da família cadastrada é atribuído um Número de Identificação Social (NIS). Como pré-requisito, institui-se que a renda mensal seja de até meio salário mínimo por pessoa ou que a renda familiar mensal seja de até três salários mínimos. O cadastro precisa ser atualizado a cada dois anos, caso contrário, as famílias correm o risco de perderem os benefícios sociais que recebem ou até mesmo de serem excluídas dos programas sociais.

O Benefício da Prestação Continuada (BPC) consiste na garantia de um salário mínimo às pessoas com deficiência e aos idosos com mais de 65 anos, que não tem direito à aposentadoria ou possuam outros meios de prover a própria manutenção e nem de serem providos pela família. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória, na capital, há cerca de 2.360 idosos beneficiários e grande parte deles não estava inscrito no CadÚnico até 2018, pois o registro não era necessário até a publicação da Portaria Conjunta nº 1, de 3 de janeiro de 2017. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado em outubro de 2003, previsto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que beneficia famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal de até R\$89 (oitenta e nove reais) por pessoa. No ano de 2021, o Benefício Básico é no valor de R\$89 (oitenta e nove reais) e há os Benefícios Variáveis: Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos, Benefício Variável Vinculado à Gestante e Benefício Variável Vinculado à Nutriz, cada um no valor de R\$41 (quarenta e um reais). Os Benefícios Variáveis são pagos às famílias com renda mensal de até R\$178 (cento e setenta e oito reais) e podem ser acumulados até cinco por família.

Dentre os serviços de Proteção Social Básica direcionados à população idosa na cidade Vitória estão os Centros de Convivência da Terceira Idade (CCTI), os Grupos de Convivência da Terceira Idade e o Núcleo de Integração Social para Pessoas Idosas (Nispi), sob responsabilidade da Gerência de atenção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência. Nos Centros de Convivência são oferecidas atividades relacionadas à cidadania, cultura e esportes, visando a inclusão e a convivência social entre idosos. Para participar é necessário ser morador de Vitória e ter 60 anos ou mais.

Vale destacar que até 2010, de acordo com Roberta Daniel Borba¹⁷³, funcionava dentro do CCTI do bairro Jardim Camburi o Núcleo Contra a Violência ao Idoso (Nucavi), criado em 2006 pela Secretaria Municipal e Assistência Social (Semas) e incorporado à Proteção Social Básica, sob competência da Gerência de atenção ao idoso e à pessoa com deficiência. Após a estruturação dos Creas, o Nucavi teve suas atividades incorporadas à rede de Proteção de Média Complexidade.

O Núcleo de Integração Social para Pessoas Idosas (Nispi) funciona no formato dos Centros de Convivência e está localizado em Santo Antônio, recebe esse nome pois sua estrutura comporta menos atividades.

Até o ano de 2009, de acordo com Borba¹⁷⁴, a proteção social especial de média e alta complexidade para o idoso estava sob responsabilidade da Gerência de atenção ao idoso e à pessoa com deficiência. O Núcleo contra a Violência ao Idoso, o Nucavi, já mencionado anteriormente, era um equipamento de Média Complexidade direcionado a essa população até então, recebendo denúncias, fazendo visitas domiciliares, mediação de conflitos e o encaminhamento para os demais serviços necessários. Porém, a autora questiona a defasagem na implantação dos Creas previsto na PNAS desde 2004, sugerindo uma

¹⁷³ BORBA, Roberta Daniel de Carvalho Fernandes. **Um estudo sobre a estruturação da rede de proteção social voltada à população idosa no município de Vitória**. Dissertação de Mestrado. Programa de Política Social. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo. 2011. Disponível em: <www.politicasocial.ufes.br>. Acesso em: 03 jul. 2018.

¹⁷⁴ BORBA, 2011.

priorização da proteção social básica, através dos Cras, em detrimento da proteção social especial.

A Proteção Social Especial de Alta complexidade é responsável pelos casos em que as pessoas vivenciam ou estão sob ameaça de rompimento dos vínculos familiares e comunitários, em função de abandono, risco ou violação de direitos. Enquadram-se aí os serviços de monitoramento e controle das instituições de acolhimento, como repúblicas, albergues, abrigos, casas lares, alojamento de famílias, famílias acolhedoras, asilos e etc.

De acordo com Borba¹⁷⁵, a proteção social especial de alta complexidade é um dos principais “gargalos” da organização da Política Nacional de Assistência Social e uma das maiores fragilidades da política de atenção à pessoa idosa na cidade de Vitória. Os idosos são atendidos na Rede de Acolhimento Institucional, que inclui um abrigo, duas casas lares, um albergue de migrante, uma hospedagem noturna e dois alojamentos para famílias cujas residências encontram-se em risco. Algumas dessas instituições, de acordo com Serpa¹⁷⁶, enfrentam a resistência dos moradores das comunidades em que estão instaladas, uma vez que seus usuários são associados à criminalidade, violência, insegurança, etc. Por outro lado, há uma superlotação, na medida em que dificilmente consegue-se reestabelecer o vínculo ou mesmo o contato com as famílias de origem. Além disso, a maior parte dos idosos são beneficiários do BPC, renda que não é suficiente para se manterem em repúblicas, pensões e quartos, mas que excede quando se trata de um abrigo.

Não existem Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) públicas em Vitória. A Prefeitura tem um convênio de repasse de recursos e de apoio técnico com a Sociedade de Assistência à Velhice Desamparada de Vitória, mais conhecida como Asilo dos Velhos, instituição filantrópica de longa permanência para pessoas idosas, que existe há 70 anos e atende mais de 90 idosos, também está superlotada e não é municipalizada, ou seja, recebe idosos de outras cidades e estados.

¹⁷⁵ BORBA, 2011.

¹⁷⁶ SERPA, 2012.

Ligado à Secretaria Municipal de Saúde, está ainda o Centro de Referência de Atendimento ao Idoso (Crai), que presta apoio aos serviços de atenção básica, nos casos em que o idoso tem a saúde agravada por doenças comuns do envelhecimento, como por exemplo, demências, *parkinson*, acidente vascular cerebral, entre outras, e que trazem prejuízos a sua capacidade funcional e a sua autonomia. O Crai se localiza no bairro Forte São João e oferta atendimento em geriatria e gerontologia e é destinado a pessoa com mais de 60 anos, residente em Vitória.

Existem ainda na capital, as Academias Populares da Pessoa Idosa (APPIs), presentes hoje em 35 endereços, que são espaços destinados a prática de exercícios físicos de baixo impacto com aparelhos, como alongamento, exercícios aeróbicos que simulam caminhada e exercícios de fortalecimento muscular, que contribuem, de acordo com o site da Prefeitura, para a “redução das complicações de doenças crônicas”, além favorecerem “a diminuição no consumo de medicamentos”.¹⁷⁷

De acordo com as informações obtidas com a equipe de atendimento psicossocial dos Creas acessados pelas entrevistadas, as vítimas sofriam de violência física, psicológica, financeira, negligência e abandono, conforme tipificados pelo Estatuto do Idoso. Laura (64 anos) sofre violência física e psicológica do marido, que a ameaçava de morte caso ela se separasse dele, a proibia de estudar e a agrediu fisicamente de diversas formas. Cecília (81 anos) é vítima de violência psicológica e financeira por parte do filho, que a insulta constantemente, provoca danos materiais na mãe e comete inúmeros abusos contra ela. Heloisa (64 anos) sofre violência psicológica e física do filho, que também destrói seus bens patrimoniais e tenta se apossar de suas coisas, além de tê-la agredido com chutes e socos. Penha (63 anos) é vítima de violência psicológica do marido e sofre com a negligência dos filhos. O primeiro a ofende

¹⁷⁷ As informações sobre os Crai e as APPIs foram retiradas do site da Prefeitura Municipal de Vitória: www.vitoria.es.gov.br

frequentemente remetendo à sua origem pobre e tocando em questões sensíveis à sua percepção da feminilidade. Já os filhos, apesar das condições precárias de saúde física e psicológica vivenciadas pelos pais, não contribuem no cuidado com estes, sobrecarregando a mãe que acaba tendo que assumir a responsabilidade por todas as tarefas domésticas e com os cuidados com o pai acamado e com ela mesma.

A identificação dessas situações vivenciadas pelas entrevistadas como violências, ocorreu, muitas vezes, por parte da equipe do Creas, pois elas mesmas não associavam as agressões experimentadas como violências passíveis de serem punidas e enfrentadas com o auxílio dos órgãos públicos. O acesso delas ao Creas não se deu para denunciar as agressões sofridas, elas não entendiam suas experiências pessoais como violência de gênero e contra as pessoas idosas. Elas chegaram ao Creas de diferentes maneiras, normalmente encaminhadas por outras instituições ou, como no caso da Penha, por uma busca por atendimento psicológico e mediação dos conflitos com o marido. Cecília foi encaminhada ao Creas pelo Centro de Convivência da Terceira Idade que frequenta, foi lá que perceberam a violência vivenciada por ela e decidiram ajudá-la. Laura foi encaminhada pelo Cras, que também se deu conta de se tratar de uma vítima de violência e a direcionou para o órgão competente. Heloisa, por fim, foi encaminhada pela Promotoria do Idoso uma vez que foi identificada a violência, mas ela não tinha o desejo de judicializar o conflito.

Ou seja, pode-se observar o processo singular de internalização das representações de velhice feminina por parte das entrevistadas na própria dificuldade delas mesmas em verem-se como vítimas de violência, pois as agressões presentes em seu cotidiano muitas vezes são confundidas com o que elas compreendem como sendo seu destino e seu papel de mulheres velhas. Mas, não é somente na forma como elas percebem seu próprio envelhecimento e a si mesmas que as representações da velhice feminina interferem ativamente. É evidente, também, na organização estrutural da sociedade e nas instituições que compõem essas representações discriminatórias, acarretando nas violências estruturais e institucionais vivenciadas por elas.

Além das violências que os Creas identificaram como sendo vivenciadas pelas entrevistadas nas relações familiares, fica bastante perceptível nos relatos analisados na pesquisa as violências estruturais e institucionais presentes na negação de direitos básicos e na falta de amparo do Estado em relação a essas mulheres. De acordo com o artigo 3º do Estatuto do Idoso¹⁷⁸,

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Contudo, como pode-se observar pelos relatos, os vínculos afetivos com filhos e cônjuges encontram-se fragilizados e a maior parte das mulheres entrevistadas encontra-se desassistida economicamente, sem acesso à alimentação, saúde e moradia dignas. Esses fatores somados tornam-se, portanto, potencializadores de contextos que se caracterizam pela exclusão social e o rompimento da integridade física e emocional das mulheres idosas.

¹⁷⁸ BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres idosas é um problema social que se manifesta em diferentes contextos, pois é vivenciada nos espaços público e privado, nas relações interpessoais e com as instituições e organizações sociais. Assume variadas formas, que afetam os aspectos psicológico, físico, financeiro e patrimonial daquelas que se configuram enquanto suas vítimas. É uma violência que está intimamente associada às representações sociais da velhice feminina, pois ao mesmo que essas representações parecem apontar para possibilidades de experiências mais positivas com o envelhecimento, encobrem a reprodução de estereótipos e de agressões perpetradas contra as mulheres idosas.

As representações que indicam a velhice como uma etapa da vida que pode ser vivenciada de forma mais livre, ativa e saudável, ainda que compartilhadas por mulheres de diferentes origens sociais, aparecem ao alcance, sobretudo, das mulheres das classes mais privilegiadas, no trabalho em questão representadas por Heloisa. E ainda que se perceba de forma diferenciada em relação às demais, pois se situa como uma mulher independente econômica e emocionalmente, essa percepção não corresponde a um tratamento equivalente por parte das instituições públicas e das pessoas próximas. Isto é, Heloisa enfrenta violência e discriminação, mesmo sem ver a velhice de forma negativa, mesmo tendo uma vida ativa e financeiramente independente.

O fato de não terem sido estabelecidos outros critérios de seleção das entrevistadas além da idade, ao mesmo tempo que impôs uma dificuldade na análise, pois abriu um leque de possibilidades e de nuances temáticas que não foi possível abordar em sua totalidade, permitiu uma visão mais ampla e diversa a respeito da experiência da velhice e da violência. Se para algumas mulheres, a velhice pode não ser de fato uma questão, pois se resume ao aspecto estético, ao corpo, importando mais o intelecto e a capacidade de manter sua sanidade e a liberdade, para outras, a velhice representa o momento que antecede a morte, não restando muito o que ser feito, a não ser esperar, e até colaborando para que elas se resignem na situação de violência e maltrato.

Como evidenciado neste trabalho, a história da discriminação contra as mulheres idosas está longe de ser recente. Já no século XVI, como descreve Tawney¹⁷⁹, quando a relação de cooperação dos vilarejos cai por terra e a coesão social das famílias se quebra, massas de jovens migram para as cidades enquanto os velhos eram abandonados à própria sorte. E, se a ética cristã obrigava a um certo viés caridoso com essas pessoas, o que ocorria de forma velada (ou não) era um crescente rancor com essa massa que para sobreviver recorria a empréstimos, pequenos roubos ou atraso de dívidas. Uma situação de dependência e precariedade que se aprofunda com o desenvolvimento e as crises do capitalismo.

Enquanto são escritas as últimas páginas deste trabalho, o mundo está vivendo a pandemia da Covid-19, uma doença viral do tipo *influenza* que causa a mortalidade sobretudo de pessoas com comorbidades e idosas. A doença evidenciou ainda mais que a vida humana vale pouco e a dos idosos menos ainda. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia, tendo nos idosos o grupo etário com mais mortes, fosse pela suscetibilidade ao vírus ou por danos colaterais causados por ele¹⁸⁰. Boa parte do mundo entrou em confinamento buscando deter o avanço da doença e evitar a contaminação de mais pessoas. Em uma matéria da revista *Época*, no mesmo mês, um enfermeiro italiano contava que “Se uma pessoa é muito idosa e grave, a gente deixa morrer”, relatando que as pessoas estavam sendo selecionados pela “perspectiva de vida”¹⁸¹.

Isso não impediu que, em 24 de março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro pedisse o fim do confinamento chamando a doença de “gripezinha”¹⁸², nem que

¹⁷⁹ TAWNEY apud FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

¹⁸⁰ LOPES, Nathan. **Letalidade do novo coronavírus chega a 14,8% entre idosos, mostram dados**. Uol, São Paulo, 13 de março de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/13/idosos-mortes-letalidade-coronavirus-china-estudo.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

¹⁸¹ ÉPOCA. O Globo. **“Se uma pessoa é muito idosa e grave, a gente deixa morrer”, conta enfermeiro que enfrenta o coronavírus na Itália**. *Época*, Rio de Janeiro, 20 de março de 2020. Disponível em: <[¹⁸² UOL. **“Gripezinha”**: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. UOL, São Paulo, 24 de março de 2020. Disponível em: <](https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/se-uma-pessoa-muito-idosa-grave-gente-deixa-morrer-conta-enfermeiro-que-enfrenta-coronavirus-na-italia-24317178?utm=)

falasse que "Só fracos, doentes e idosos devem se preocupar"¹⁸³, numa correlação que fala muito da visão que o dirigente da nação tem das pessoas mais velhas. Pouco mais de um ano depois, Paulo Guedes, Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, declarou que "Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130" e que, dessa forma, "não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar"¹⁸⁴, associando os problemas nos cofres públicos à busca pela longevidade. Considerando que Jair Bolsonaro foi eleito com 55.13% dos votos válidos no segundo turno das eleições de 2018, podemos concluir que suas declarações e as dos membros do seu governo ecoam na mentalidade de boa parte dos brasileiros. Além disso, é possível constatar o quanto o discurso negativo sobre a velhice ainda encontra eco nos discursos de poder e pode ser acionado tão logo a visão positiva da velhice não corresponda às necessidades políticas.

No fim de 2020, a pesquisa Idosos no Brasil, conduzida pelo Sesc São Paulo e pela Fundação Perseu Abramo¹⁸⁵, indicou que oito em cada dez idosos apontam a presença de preconceito contra os idosos e mais de 20% não se sentiam inteiramente acolhidos pela família. Isso se reflete em como a mídia hegemônica retrata essa parcela da população durante a quarentena, trazendo em matérias um subcontexto onde o idoso é visto como teimoso, "fura-isolamento" e muitas vezes com isso tendo suas mortes minimizadas. Essa visão caricaturada leva o idoso a uma sensação que é um misto de impotência com revolta, que muitas vezes resulta em casos como o de Flávio Migliaccio, ator, que cometeu suicídio aos 85 anos, em maio de 2020, deixando uma carta de despedida em que dizia

noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>.

Acesso em: 17 jul. 2021.

¹⁸³ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/bolsonaro-so-fracos-doentes-e-idosos-devem-se-preocupar,a520587d843c8178893210cc77ebec883rz13b1w.html>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

¹⁸⁴ NALDIS, Guilherme. **Guedes critica aumento da expectativa de vida**: "Todo mundo quer viver 100 anos". iG, São Paulo, 27 de abril de 2021. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-04-27/paulo-guedes-aumento-expectativa-de-vida.html>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

¹⁸⁵ SESC; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na 3ª idade. 2ª Edição, São Paulo, fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/14626_PESQUISA+IDOSOS+NO+BRASIL+2+EDICAO+2020>. Acesso em: 17 jul. 2021.

que “a velhice neste país é o caos como tudo aqui”. O ageísmo não surgiu com a pandemia, mas escancarou seus efeitos mais nefastos.

Existem reações a essa visão hegemônica surgindo, como a de Gregório Duvivier, jornalista carioca que possui um programa em um canal de tv a cabo, chamado “Greg News” e que, em um de seus programas, discutiu o idadismo, chegando à marca de 1.127.250 de visualizações. Mas essa é uma discussão que está somente no seu início e que ainda não tem a visibilidade e atenção que outras pautas conquistaram nos últimos anos.

Dessa forma, ainda que os avanços na medicina e na farmacêutica, que marcam o início do século XX, tenham contribuído para um aumento progressivo da expectativa de vida e para a constituição da velhice como um problema social, dando origem às representações positivas sobre a velhice, sobretudo a partir da década de 1980, isso não significou necessariamente experiências mais prazerosas do envelhecimento. Ao contrário, os efeitos positivos da longevidade prolongada são muitas vezes apagados pela perspectiva de solidão e exclusão social. O Estado, por sua vez, se exime de sua responsabilidade, delegando às famílias e, principalmente às mulheres, os cuidados com seus idosos.

O que se observa é que quanto mais aumenta a expectativa de vida, mais urgente se coloca a questão da dependência, pois idosos em condição de dependência se mostram cada vez mais vulneráveis aos maus-tratos físicos e psicológicos. Porém, essa discussão não deve se restringir à mudanças de cunho individualista, que responsabilizam os sujeitos pelas condições e problemas que enfrentam durante a velhice, uma vez que não teriam adotado “a tecnologia médica correta e os recursos de ‘melhoria de vida’ expelidos pelo mercado”¹⁸⁶.

Analisando os relatos das entrevistadas deste trabalho fica evidente que elas assumem o papel social feminino de cuidado com os familiares mesmo vivenciando a velhice e precisando, elas mesmas, de cuidados. Depois de uma vida dedicada ao cuidado com os pais, a sogra, os filhos e o marido, sem condições de se dedicar aos seus estudos e de ter um trabalho formal capaz de

¹⁸⁶ FEDERICI, 2019. P. 254.

lhe assegurar o direito à aposentadoria, Laura vivencia a velhice desamparada pelo Estado e por outros membros da comunidade doméstica, e continua sendo a responsável pelos cuidados da família. Ela internaliza as representações positivas e negativas da velhice feminina de uma forma singular, ao mesmo tempo se mostrando forte e capaz de continuar sua função feminina de cuidado, mas se sentindo velha demais para construir novos projetos de vida e formas de se relacionar afetivamente. Com isso, ela torna-se mais vulnerável à violência perpetrada pelo marido e pelas condições de extrema pobreza e dificuldades materiais e emocionais em que vive.

Da mesma forma, Cecília assumiu os cuidados com os pais idosos, com o antigo marido e com o filho. Depois que o marido a abandonou quando o filho tinha apenas 4 anos de idade, ela assumiu sozinha as responsabilidades domésticas e financeiras com o filho. Quando adulto, o filho teve um filho que jamais cuidou, Cecília ficou responsável, então, também por ele. A situação atual da vida dela se configura, dessa forma, pelo cuidado dobrado com o filho e o neto, além de assumir todas as obrigações financeiras da família. É uma senhora, com seus 81 anos, ativa e forte, frequenta o Centro de Convivência da Terceira Idade e faz trabalhos sociais, que se somam às inúmeras tarefas que realiza no âmbito doméstico. Ela percebe sua velhice de forma positiva como capaz de ser ativa, saudável e forte - relatou até mesmo não se sentir velha -, ao mesmo tempo em que assume as representações da velhice feminina que a sobrecarrega e a torna suscetível às repetidas violências perpetradas pelo filho.

Já Heloisa, com 64 anos, mais favorecida economicamente, com ensino superior completo e uma carreira consolidada como dentista, encarna a visão da velhice como uma etapa da vida que pode ser vivida com saúde, mantendo-se ativa e com autonomia. Ela parece internalizar completamente as representações positivas da velhice feminina, mas se ressentir por aspectos relacionados à beleza jovem e não se sente confortável com as mudanças físicas de seu corpo que envelhece. Heloisa enfrenta uma violência frequente perpetrada pelo seu filho que depende economicamente dela e se sente no direito de se apropriar dos bens materiais da mãe. Ou seja, se ela não vê a velhice de forma negativa, como o fim da vida que se aproxima, seu filho parece internalizar esta visão, na

medida em que agride fisicamente e psicologicamente a mãe, vendo-a enquanto uma incapaz que deve servir a ele.

Por fim, também a história de vida de Penha mostra as ambivalências da internalização de múltiplas representações da velhice feminina tanto em sua própria subjetividade, quanto nas relações com o marido, os filhos e as instituições sociais. Ela vive em função do cuidado com o marido acamado que a agride cotidianamente com ofensas e ameaças, sem ver possibilidades de sair dessa situação. Em seus relatos, ela diz com frequência que sonhava com outro futuro para ela mesma, em que se via enquanto uma mulher independente, ativa e saudável. Entretanto, as vivências diárias de violência e negligência por parte dos filhos e do Estado, fazem com que ela perceba as expectativas de melhores condições de vida de forma cada vez mais distante. Ela fica enclausurada dentro do apartamento, vítima não somente das agressões dos outros contra ela, mas de si mesma, sofrendo com a depressão e a falta de sentido de vida. Penha se vê presa em uma relação e em um cotidiano sufocante que não escolheu para si. Como não constatar o aspecto extremamente nocivo das representações atuais da velhice feminina em seu relato?

Quem cuida dessas mulheres que dedicaram sua vida pessoal, quando não profissional, enquanto professoras, ao cuidado com os outros? Que cuidaram dos pais doentes e idosos, irmãos e sogros? Que cuidaram e continuam a cuidar dos filhos e dos netos? As histórias de vida dessas mulheres apontam para o fato de que quem assume os cuidados, em geral, são filhas, irmãs, noras, por vezes são mulheres idosas cuidando de outras pessoas idosas. Mas em uma sociedade que vê as taxas de natalidade decrescerem, as possibilidades de cuidado também diminuem proporcionalmente. Nesse sentido, cabe ainda questionar: quem cuida de quem não cuidou? Como afirma Silvia Federici¹⁸⁷, é preciso revolucionar o conceito de velhice, politizar a luta pelo cuidado dos idosos e incluí-la na agenda dos movimentos de justiça social. Espera-se contribuir para isso, ao politizar, a partir de uma perspectiva feminista, as demandas das mulheres idosas.

¹⁸⁷ FEDERICI, 2019.

Desde 2013, ano em que se iniciou a pesquisa de mestrado, sempre que é preciso remeter a um tema de pesquisa, mencionava-se que o trabalho era sobre a violência contra mulheres idosas. Hoje, no momento de sua finalização, percebe-se que este trabalho especificamente fala de vidas, de pessoas, de histórias. Parece oportuno salientar esses termos quando as pessoas que aqui se constituem enquanto sujeitos da pesquisa são mulheres em uma etapa da vida frequentemente associada à doença, ao fim da vida e à morte. São histórias e vidas de mulheres que vivenciam também situações de violência, mas cujas histórias não se resumem a isso. São histórias de subjetividades sempre em construção, que procuram alternativas de sobrevivência em consonância com suas próprias percepções da velhice feminina, mesmo em meio às diversas dificuldades e agressões que enfrentam.

REFERÊNCIAS

1. Fontes produzidas pela pesquisa

LAURA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 15 fev. 2018.

LAURA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 01 mar. 2018.

LAURA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 13 mar. 2018.

LAURA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 20 mar. 2018.

CECÍLIA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 06 abr. 2018.

CECÍLIA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 12 abr. 2018.

CECÍLIA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 19 abr. 2018.

HELOISA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 11 abr. 2018.

PENHA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 17 abr. 2018.

PENHA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 24 abr. 2018.

MARIA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 01 jun. 2018.

MARIA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 07 jun. 2018.

MARIA. **História Oral de vida**. 2018. Entrevista concedida a Luciana Silveira, Vitória, 11 jun. 2018.

2. Fontes legislativas

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Resolução n. 145/04. Brasília: MDS/CNAS, nov. 2004.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria Nº 065-R, de 02 de setembro de 2010. **Diário Oficial do Governo do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 03 set. 2010. P. 23. Disponível em: <file:///C:/Users/corre/AppData/Local/Temp/diario_oficial_2010-09-03_completo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VITÓRIA. Lei nº 6.043, de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso**. Vitória, 2003. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2018.

VITÓRIA. Lei nº 6.944, de 04 de junho de 2007. **Cria o Conselho Municipal do Idoso – COMID**. Vitória, 2007. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2018.

3. Fontes online

MAIA, Ruhani. Trezentas mulheres agredidas. **Jornal A Tribuna**, Vitória, 24 de novembro de 2011. P. 20. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160701_aj03578_idosos.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

NATIELLY, Kananda. Grande Vitória tem 5 casos por dia de violência contra idosos. **Jornal A Tribuna**, Vitória, 22 de junho de 2020. P. 1-3. Disponível em: <http://pdf.redetribuna.com.br/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

4. Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 155 – 202.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 335-355.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**. A violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2009. P. 224. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 293-313.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba na memória cultural da Primeira República** – década de 1920. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – Anpuh. Londrina, 2005. Disponível em: <www.anais.anpuh.org>. Acesso em: 09 de jul. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENGTSON, Vern. Effets a long term du lien filial. In: ATTIAS-DONFUT, Claudine (Org.). **Les solidarités entre générations**. Paris: Nathan, 1995.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BORBA, Roberta Daniel de Carvalho Fernandes. **Um estudo sobre a estruturação da rede de proteção social voltada à população idosa no município de Vitória**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/6531>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CASTRO, Mary Garcia. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 213-232.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COUTO, Maria Clara P.; NOVO, Rosa; SOARES, Pedro S. **Avaliação de Discriminação contra Idosos em Contexto Brasileiro** – Ageísmo. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Out-Dez 2009, Vol. 25, n. 4, p. 509-518. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/dkt7tRSPpN7zCnrrK4vG3Rc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CRUZ, Vagner de Oliveira. **Mulher e trabalho: relações de gênero na corporação da Polícia Militar do Espírito Santo (1983-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em:

<http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5871_disserta%E7%E3o%20-%20Vagner%20de%20Oliveira%20Cruz.pdf>. 23 jun. 2021.

DEBERT, Guita Grin. Gênero Envelhecimento. **Estudos Feministas**, ano 2, n 1, 1º semestre, 1994. P. 33 - 51. Disponível em: <periodicos.ufsc.br> Acesso em: 7 jan. 2018.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 49 – 68.

DUBY, Georges. **Hommes et structures du Moyen Age**. Paris, Mouton, 1973.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. Desafios e possibilidades na adoção. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v. 13, n. 1 (17) p. 29-46 jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634913/3357>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FEATHERSTONE, Mike. Aging and old age – reflection on the post-modern life course. In: Bytheway, B. et alii (eds.). **Becoming and being old**: sociological approach to later life. London, Sage, 1989.

FEDERICI, Silva. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRARI, Alex Silva. **Patriarcado e violência**: desemprego masculino e reviravolta feminina nos papéis sociais de gênero. Vitória - ES (2002-2010). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7883_Disserta%E7%E3o%20formatada_Alex_revis%E3o_final.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FRAVET-SAADA. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, n. 13: 155-161, 2005. Disponível em: <www.revistas.usp.br>. Acesso em: 06 abr. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

GAZELE, Catarina Cecin. **Estatuto da Mulher Casada: uma História dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória – ES, 2005. Disponível em: <historia.ufes.br>. Acesso em: 26 jun. 2019.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 2016.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y género. **Revista Cubana Salud Pública**, vol. 27, n. 2, p. 77-88, 2001. Disponível em: <www.bsv.sld.cu>. Acesso em: 4 jun. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2018.

LINDOSO, Mônica Bezerra de Araújo. A violência praticada contra a mulher idosa e os direitos humanos. In: **Direitos Humanos no cotidiano jurídico**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004. (Séries Estudos n. 14). Disponível em: <www.pge.sp.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2013. P. 71-101.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. **Sociologia do conhecimento**. Porto: Res Editora, 1928. P.115-176.

MARQUES, Ana Maria. **Velhices problematizadas**. Redes discursivas sobre envelhecimento em Santa Catarina, no Brasil e no contexto das décadas de 1970 a 1990. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <www.repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br>. Acesso em: 5 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capa_citacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

MINOIS, Georges. **História da velhice no ocidente**. Da Antiguidade ao Renascimento. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Teorema, 1999.

MORAES, Andrea. O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. (Org.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MORGANTE, Mirela Marin. “**Se você não for minha, não será de mais ninguém**”: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7651_Total_2.%20FINALIZADO.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MOTTA, Alda Britto da. Introdução. Dossiê Gênero, Idade e Gerações. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 349-355, Set./Dez. 2004. Disponível em: <portalseer.ufba.br>. Acesso em: 7 jan. 2018.

MOTTA, Alda Britto da. Chegando para a idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 223-235.

MOTTA, Alda Britto da. **Violência contra mulheres idosas**: questão feminista ou de gênero? Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu>>. Acesso em: 01 fev. 2012

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 84-104.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

NADER, Maria Beatriz. Educação Profissional e casamento: as mulheres de Vitória (1970-2000). In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e educação**: territórios em convergência. Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. P. 241 – 261.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

OMS. (2015). Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde** (Resumo). Disponível em: <www.sbgg.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2018.

Palmore, E. B. Research note: Ageism in Canada and the United States. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**, 2004, 19, 41-46.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 69 – 84.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. I, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf>. Acesso em: 09 de maio 2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 09 de maio 2018.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. P. 11 – 44.

RODRIGUES, Lizete de Souza. **A Política Nacional do Idoso**: o caso de Vitória (1994-2004). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2006. Disponível em: <www.historia.ufes.br>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 333 – 359.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, 13(4) 1999. P. 84. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/qKKQXTJ3kQm3D5QMTY5PQqw/?lang=pt>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e educação**: territórios em convergência. Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. P. 217 – 240.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 49-80.

SERPA, Ana Maria Petronetto. O processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em Vitória: relatos de experiência. In: SERPA, Ana Maria Petronetto; RAIZER, Eugênia Célia (Org.). **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES)**: olhares sobre a experiência (2005-2012). Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2012. P. 49. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SILVA, Luciana Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface** – Comunic, Saúde, Educ, v. 11, p. 93-103, jan/abr 2007. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 07 jan. 2015.

SILVEIRA, Luciana. **Gênero, velhice e geração**: a violência familiar contra a mulher idosa em Vitória (ES), 2010-2012. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7644_Disserta%E7%E3o%20Luciana%20Silveira20150507-173115.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. Teorias sociológicas do envelhecimento. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papirus, 2001. P. 73 – 112

THOMPSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11182/8193>. Acesso em: 22 mar. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. [S.l.]: CEBELA, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTAS

Bloco 1: Origem, família e vida social

Local onde nasceu e onde viveu a maior parte da vida; ocupação, condição financeira e grau de instrução dos pais; tipo de educação recebida; idade que veio para Vitória, caso não seja da capital, e idade atual; grau de instrução; ocupações exercidas e ocupação atual; religião; casamento; filhos e netos; idade, condição financeira e grau de instrução dos filhos e netos; renda atual, residência e situação econômica; sociabilidade, participação em grupos e bailes de terceira idade, igrejas, etc.

Bloco 2: Formas de ver a velhice, ontem e hoje

Sobre os termos velho, idoso e terceira/melhor idade; opinião sobre o tratamento dado à velhice no passado e hoje; sobre a relação com os pais e avós, os filhos e netos; a relação das pessoas não velhas com a velhice;

Bloco 3: A velhice feminina

Sobre ser uma mulher velha, ontem e hoje, pensando as experiências com as mães e as avós, se tiverem; sobre ser mulher velha e ser homem velho; beleza, saúde e cuidados com o corpo; como lidou com os primeiros sinais da velhice;

Bloco 4: A violência

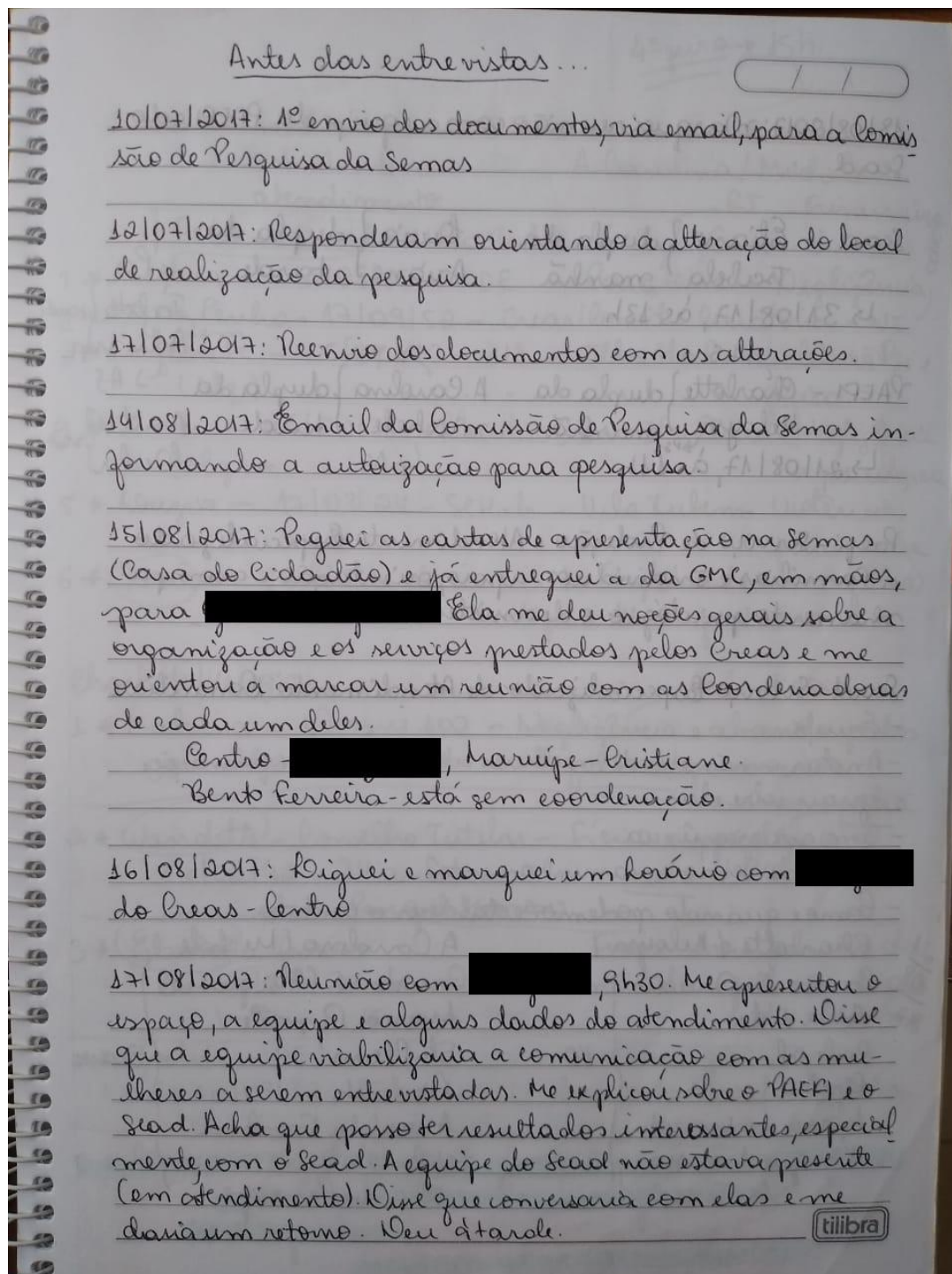
Breve relato da violência sofrida; possíveis motivações para a ocorrência da violência; recorrência da violência; tipos de violência; meios utilizados;

Bloco 5: A denúncia e/ou os serviços e mecanismos de enfrentamento à violência

Motivações para a denúncia; onde ocorreu a denúncia; como soube da existência da delegacia e/ou Creas; foi até lá acompanhada ou sozinha; como foi o atendimento; qual a impressão da estrutura de seus funcionários; qual o papel da delegacia e/ou Creas na sua opinião; se deu prosseguimento ao caso; o pós-denúncia; sobre o Estatuto do Idoso; acha que há a necessidade de uma legislação específica para a população idosa, considera que houve uma diferença no tratamento dado à velhice antes e após a aprovação da Lei.

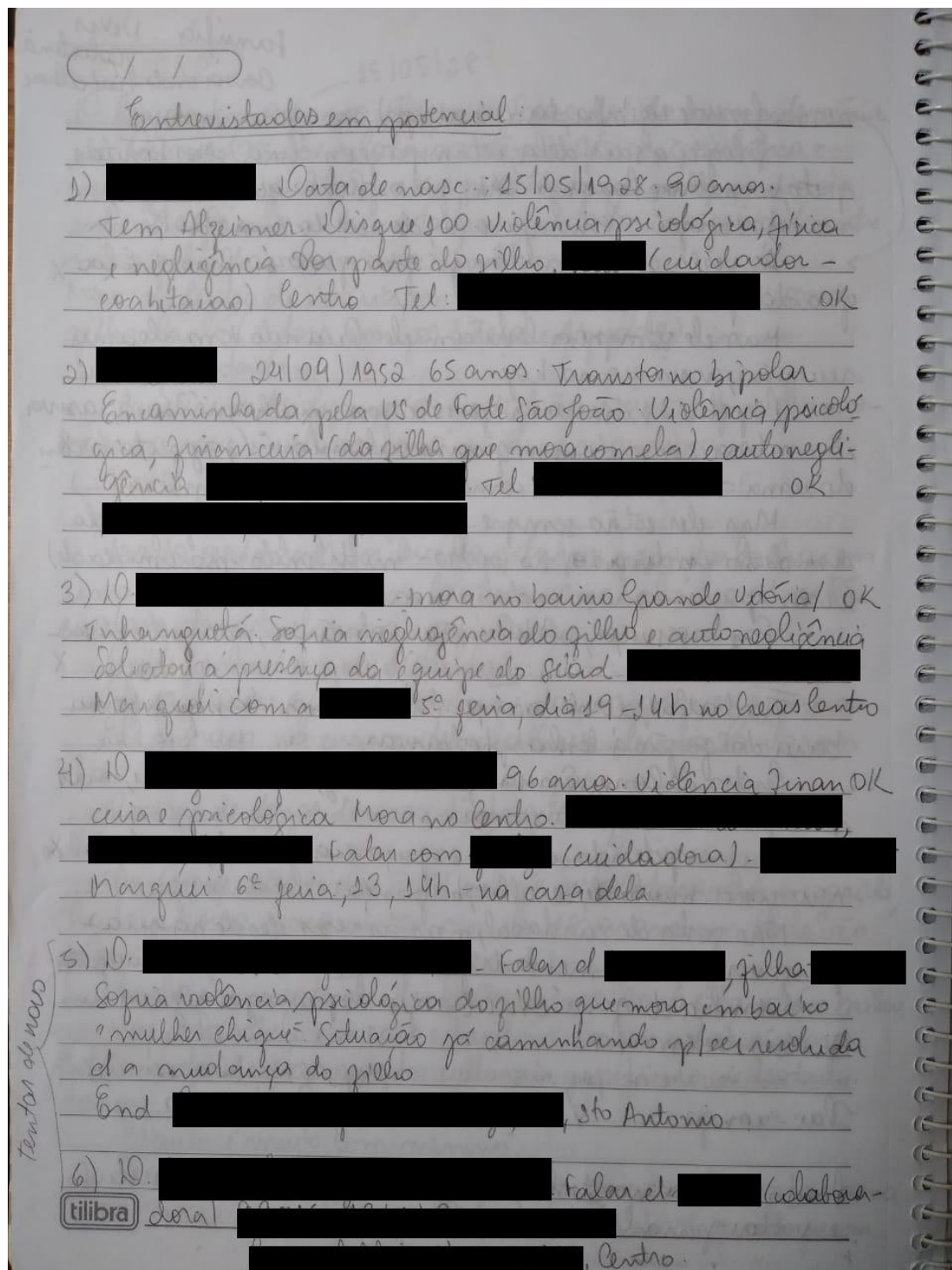
APÊNDICE B – CADERNO DE CAMPO

Fotografia 1 – Registro do processo de autorização da pesquisa pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)



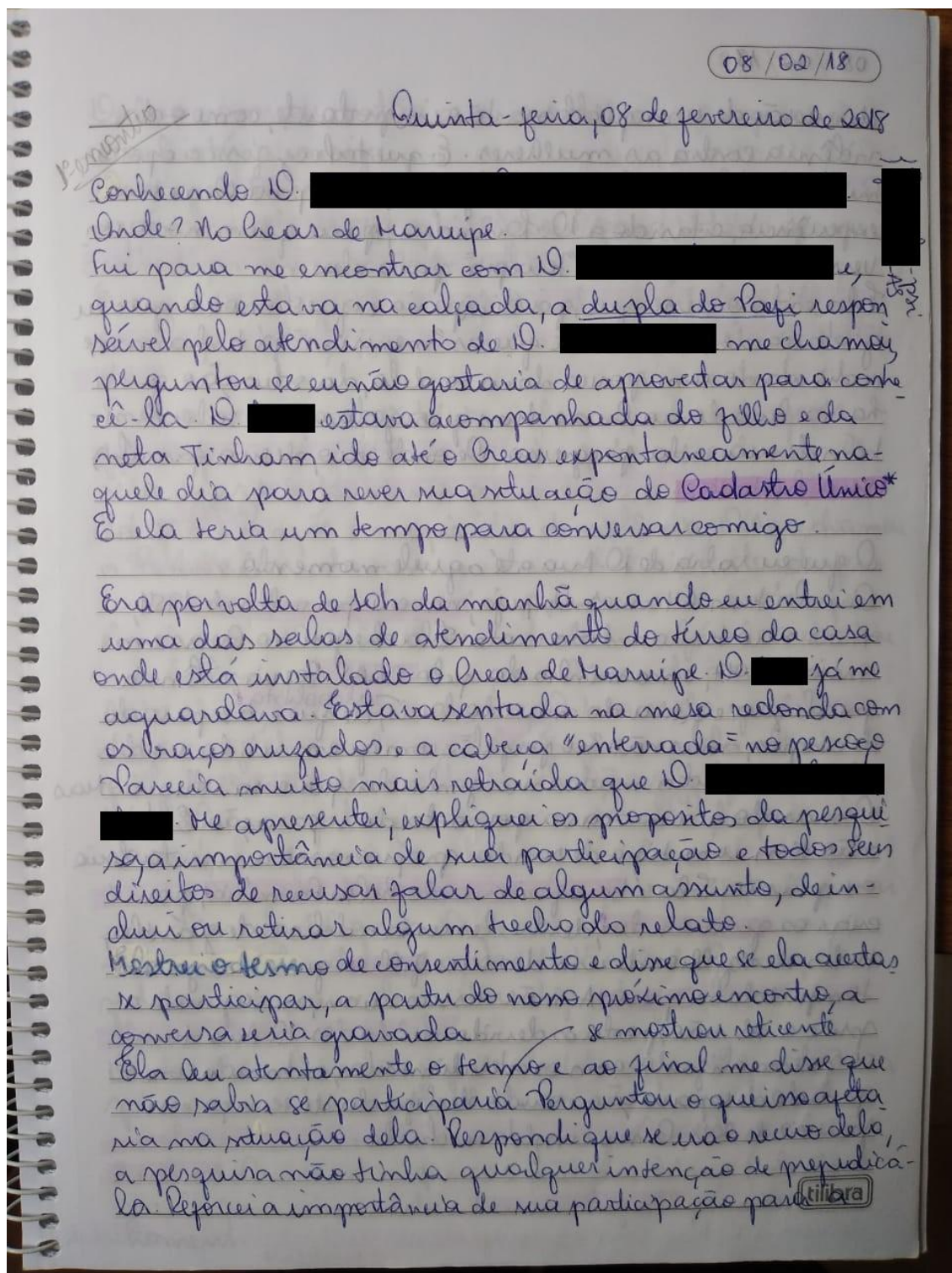
APÊNDICE C – CADERNO DE CAMPO

Fotografia 2 – Registro do levantamento de entrevistadas em potencial no Creas do Centro de Vitória – ES



APÊNDICE D – CADERNO DE CAMPO

Fotografia 3 – Registro da conversa preliminar com Laura (64 anos)



APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora,

Convidamos-lhe para participar da pesquisa intitulada "Reverendo histórias, quebrando o silêncio: representações sociais da velhice nos relatos de mulheres em situação de violência, Vitória – ES (2010-2020)", sob a responsabilidade da pesquisadora Luciana Silveira.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa é de importância fundamental para a cidade de Vitória e as pessoas envolvidas pois seus resultados podem servir de embasamento científico para elaboração de políticas públicas locais de garantia dos direitos dos idosos e de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ademais, a pesquisa irá contribuir para a produção acadêmica capixaba, nacional e internacional sobre o tema da velhice e da violência.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo principal da pesquisa é estudar a história de vida de mulheres idosas e suas experiências com o envelhecimento e a violência. Além disso, pretende-se demonstrar que existem diferentes formas de se enxergar e vivenciar a velhice. Por fim, busca-se identificar de que forma as mulheres são afetadas pelas imagens do envelhecimento correntes em nossa sociedade e quais as especificidades da violência contra as mulheres idosas.

PROCEDIMENTOS

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista gravada e, posteriormente, transcrita.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

As entrevistas serão realizadas nas dependências do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Vitória ao qual a entrevistada está vinculada. As entrevistas terão duração média de 1 (uma) a 2 (duas) horas.

RISCOS E DESCONFORTOS

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são possíveis desconfortos em expor sua opinião sobre aspectos relacionados a sua história de vida. Esses riscos serão minimizados considerando-se que não haverá identificação dos sujeitos na pesquisa.

RUBRICAS

BENEFÍCIOS

As participantes terão benefícios com o estudo na medida em que lhes serão disponibilizados os resultados para amplo acesso e utilização pessoal e pública.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Caso haja necessidade de intervenções de um profissional da saúde para lhe prestar atendimento psicológico, a pesquisadora se coloca à disposição para seguir os procedimentos necessários no Sistema Público de Saúde.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

A Sra. não é obrigada a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, a Sra. não mais será contatada pela pesquisadora.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO

A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mas, caso haja alguma despesa decorrente da pesquisa, será ressarcida pela pesquisadora.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Se houver algum dano decorrente da pesquisa, é garantida o direito à busca de indenização pela participante da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, a Sra. pode contatar a pesquisadora Luciana Silveira no telefone (27)9XXXX-XXXX, e-mail xxxxxxxxxxxx@xxxxxxxxx. A Sra. também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, Campus Goiabeiras, através do telefone (27) 3145-9820, e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. O CEP/UFES/Campus Goiabeiras tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Declaro que fui verbalmente informada e esclarecida sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

RUBRICAS

Vitória - ES, ____ / ____ / _____

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “Reverendo histórias, quebrando o silêncio: representações sociais da velhice nos relatos de mulheres em situação de violência, Vitória – ES (2010-2020)”, eu, Luciana Silveira, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3, da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora

APÊNDICE F – JORNAL A TRIBUNA, 24/11/2011

20 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2011

Polícia

FALE COM A EDITORA SUSANA LOUREIRO E-MAIL: policia@retribuna.com.br

Trezentas mulheres agredidas

Em um ano, Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa atendeu os casos. Agressores são geralmente filhos e netos das vítimas

Ruhani Maia

Trezentas mulheres com idades a partir de 60 anos foram agredidas por filhos e netos na Grande Vitória em um ano. O número é da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI) e foi registrado de novembro de 2010 até ontem.

Junto a essas mulheres estão 150 homens, maiores de 60 anos, que também sofreram agressões, totalizando 450 ocorrências registradas pela delegacia nesse período.

De acordo com a delegada Wania Rosa Braga, titular da DAPPI, o número de mulheres agredidas é maior que o de homens porque, na maioria dos casos, a agressão é praticada dentro de casa por filhos ou netos da vítima e os acusados têm envolvimento com drogas.

"A maioria das denúncias é de violência doméstica, feita por mães ou avós de usuários. Elas têm um sentimento de fraternidade, de cuidado, que é natural delas, e acabam se envolvendo mais que os homens nos problemas dos filhos e netos com as drogas. Eles costumam agredi-las quando querem dinheiro para sustentar o vício", explica a delegada.

Entre os tipos de agressões que chegam à delegacia estão as ver-

“Eles costumam agredi-las quando querem dinheiro para sustentar o vício”



A DELEGADA Wania Braga diz que a maioria dos casos é cometida por parentes que estão sob efeito de drogas

bas, como ameaças de morte, humilhação, discriminação; as físicas, quando ocorrem tapas, socos e empurrões; e maus-tratos, que ocorrem quando a vítima é abandonada em um local onde há má condição de sobrevivência ou está doente e não recebe os devidos cuidados, por exemplo.

"Às vezes, a vítima nem vive so-

zinha, abandonada. Quando é incapaz, doente, por exemplo, ela até vive com a família, mas não recebe os devidos cuidados, como tomar banho, tomar remédios nos horários corretos. Isso é abandono de incapaz", ressaltou a delegada.

Na Grande Vitória, Vila Velha e Serra são os campeões de denúncias de violência contra mulheres

e homens com idades a partir de 60 anos.

"Recebemos denúncias anônimas, pelo 181, e das próprias vítimas, que vêm à delegacia para se livrar dos agressores", concluiu.

A Delegacia do Idoso fica no térreo da Chefatura da Polícia Civil, na Reta da Penha, em Vitória. O telefone da delegacia é 3227-9545.

Número de ocorrências contra idosos é crescente

O número de ocorrências registradas na Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI) tem crescido desde quando ela foi aberta, em novembro do ano passado.

Das 450 denúncias registradas até este mês, grande parte chegou à delegacia este ano.

Isso porque, segundo a delegada Wania Rosa Braga, titular da DAPPI, os homens e mulheres com idades a partir de 60 anos passaram a ter mais conhecimento sobre seus direitos e sobre o papel da delegacia.

"Foi natural esse crescimento. Antes, as vítimas não sabiam que podiam se defender com a ajuda da delegacia e acabavam não registrando denúncia. Aos poucos elas estão tomando conhecimento disso e vindo aqui em busca dessa defesa. Os agressores têm que saber que é crime maltratar homens e mulheres com mais de 60 anos", explicou a delegada.

Wania Rosa Braga ressaltou que, ao chegarem à delegacia, as vítimas se mostram decididas e querem a punição dos agressores. Mas, como a maioria dos casos é de mães e avós agredidas por filhos e netos, a punição pedida é o afastamento dos acusados de casa.

"No caso de usuários de drogas, as vítimas pedem até internação, mas não temos como fazer isso. Elas querem proteção", afirmou.

Das denúncias que chegaram à DAPPI em um ano, grande parte acabou com o pedido de medidas protetivas à Justiça.

"Como a maior parte é de violência doméstica, recebemos a denúncia e pedimos a medida protetiva. Já quando a agressão é praticada por vizinho, por exemplo, o agressor assina um termo circunstanciado. Quando é flagrante, ele é ouvido e encaminhado para o presídio", complementou.

Mãe leva surra por não lavar roupa

Uma mulher de 64 anos foi agredida com um soco pelo filho, um porteiro, 37, porque se negou a lavar a camisa dele, na manhã de terça-feira, no bairro Flexal II, em Cariacica. O acusado acabou preso após ser levado para a Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI).

A vítima e o filho moram juntos. Às 9h30, o acusado pediu para a mãe pegar uma camisa no varal. Só que, quando foi atender o pedido, a roupa acabou caindo do varal e sujou porque caiu numa lama.

Em depoimento à polícia, a mãe disse que o filho ficou alterado e, em tom agressivo, mandou que ela

lavasse a camisa. Como se negou, a vítima acabou sendo atingida com um soco no olho esquerdo.

Policiais militares estiveram na casa para socorrer a mulher e levaram o acusado para a DAPPI. Ele foi autuado por lesão corporal e, como não pagou a fiança de R\$ 1 mil, continua preso.

O QUE DIZ A LEI

Lei nº 10.741

> ARTIGO 4º: Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

> TODO CIDADÃO tem o dever de comunicar a autoridade qualquer forma de violação desta lei.

Atenção Srs. Advogados!
Cópias nunca mais!

Scanner portátil digital P2 tamanho A4 suporte TET E/ CARTÃO MICRO HD 20GB

299,90

www.gecore.com.br

gecore
Periferia e Informática

MATRIZ: Av. Leitoão da Silva, 1.880
Tel.: 3334-9777 Fax: 3334-9798

FILIAL: Laranjeiras Shopping
Tel.: 3201-2488

OUTROS CASOS

Mãe ameaçada de morte pela filha

Uma mulher de 73 anos registrou uma denúncia contra a filha, de 31, no último dia 7 de novembro, por causa da indiferença e das ameaças de morte feitas por ela à mãe.

Em depoimento à polícia, a mãe contou que a filha costumava agredi-la também com xingamentos e que a convivência com ela era insuportável.

Foram pedidas à Justiça medidas protetivas contra a acusada do crime.

Filho viciado ameaça pensionista por dinheiro

Um mecânico automotivo de 22 anos foi acusado pela mãe, uma pensionista, 67, de ameaçá-la por causa de dinheiro para comprar drogas.

O caso chegou à Delegacia do Idoso no dia 21 de julho deste ano. Na ocasião, a pensionista contou à polícia que o filho é viciado em drogas e álcool e, toda vez que quer sustentar o vício, exige dinheiro.

A vítima ainda ressaltou em depoimento que a sua pensão está sendo usada para pagar empréstimos que fez para o filho quitar dívidas com traficantes.

Avó de 78 anos sofre maus-tratos do neto

Uma mulher de 78 anos, que é cega de um olho, foi até a Delegacia do Idoso denunciar o neto, 31, por maus-tratos.

Ela afirmou em depoimento na delegacia que o neto é usuário de maconha e crack e costuma roubar objetos de casa para sustentar o vício.

Segundo a vítima, ele chegou a roubar os óculos dela para vender, mas como não conseguiu, destruiu o objeto. O caso foi registrado em setembro.

APÊNDICE G – CAPA DO JORNAL A TRIBUNA, 22/06/2020



“Transformei a dor em arte”
>AT2



Vítimas da Covid-19 recebem homenagem >9



Venda de produtos sensuais dispara no isolamento >6



R\$ 3,00
GRANDE VITÓRIA
R\$ 4,00
DEMAIS CIDADES
ASSINE
3323-6333

VITÓRIA-ES | SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2020 | ANO LXXXI | Nº 27.125 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 28 PÁGINAS

Grande Vitória tem 5 casos por dia de violência contra idosos



HARRICA MIRANDOLA e os filhos Yasmim e Paulo César se divertem com a calopsita Lilica: “Melhora o nosso humor”, garante a designer

Companhia especial durante a quarentena

Papagaio, calopsita, hamster e coelho são animais que as famílias mais procuram. >5

Maus-tratos contra pessoas acima de 60 anos, no Estado, teve crescimento de 46% em relação a 2019. De acordo com a polícia, agressão é cometida por familiares mais próximos das vítimas. >2 e 3



CLEMILDA DE JESUS mãe da vítima

“Ele morreu sem pagar o que fez com a minha filha”

Acusado de matar Thayná é assassinado na cadeia >10 e 11

Nova maternidade vai ajudar hospital no combate à pandemia >4



COLUNA DO ESTADÃO
STF está preocupado com quem vai substituir Rodrigo Maia na Câmara e Davi Alcolumbre no Senado. >14



GILMAR FERREIRA
Inacreditável a vocação dos dirigentes dos clubes cariocas para estragar a competição, amadorismo permanece. >19

Estado restringe a venda de bebidas alcoólicas nos finais de semana >7

2 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2020

Reportagem Especial

CRIMES NA QUARENTENA

Grande Vitória tem 5 casos por dia de violência a idosos

Registro de maus-tratos contra pessoas acima de 60 anos aumentou na pandemia. No Estado, crescimento foi de 46% em relação a 2019

Kananda NatIELly

A violência e os maus-tratos contra idosos cresceu até cinco vezes no Brasil durante a pandemia. É o que aponta levantamento feito pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No Espírito Santo, a situação não é diferente.

Só na Grande Vitória, em levantamento feito pela reportagem de **A Tribuna**, 820 registros foram feitos nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Cariacica, Vila Velha, Serra e Vitória, entre janeiro e maio deste ano, o que equivale a mais de 5 casos por dia.

No Estado, foram 495 queixas feitas ao órgão federal de 1º de março até o último dia 19 de junho. Aumento de 46,5% em relação ao mesmo período no ano passado, que somou 338 denúncias.

Dos mais de 800 casos reportados por prefeituras e instituições, pelo menos 195 foram registrados como crimes de negligência. Outros 123 foram de algum tipo de violência psicológica contra idosos, além de outras 53 denúncias apontarem violência física.

Para a secretária de Assistência Social de Vila Velha, Ana Cláudia Simões, o aumento dos casos de violência contra idosos se deve à falta de paciência de familiares.

"São parentes próximos desse idoso, que, às vezes por falta de amor e paciência, cometem esses delitos", disse.

A presidente do Conselho Municipal do Idoso de Vila Velha, Marqueline Martinelli, percebeu um aumento dos crimes de negligência e violência psicológica. "Temos casos de a família exigir que os idosos fiquem com netos e, se eles recusam, são xingados e ameaçados, o que caracteriza em violência psicológica".

A secretária adjunta de Assistência Social da Serra, Elcimara Loureiro, faz um alerta. "Muitos idosos vivem isolados da família até mesmo dentro de casa, e isso acaba acarretando em doenças como a depressão e ansiedade".

Atualmente no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa Idosa da Prefeitura da Serra, Viviane Guerra, aponta aumento em outros casos: abandono e abuso financeiro.

"São conflitos oriundos de dependência química de um familiar, brigas entre irmãos pela posse dos bens e renda do idoso (cartão da aposentadoria)".



VIVIANE GUERRA, Marqueline Martinelli e Elcimara Loureiro relatam o aumento do crime de negligência

Abandono por medo de Covid-19

Por trás da necessidade de isolamento social durante a pandemia do novo coronavírus, há um lado cruel: são cada vez mais comuns os casos de idosos que são abandonados em suas casas, pela própria família – situação caracterizada como abandono e negligência.

"Às vezes, o idoso mora sozinho, mas não tem suporte dos familiares. Ele começa a desenvolver sintomas de Covid-19 e todo mundo some. Ele fica sem comida, água e sem qualquer condição de sobreviver", explica a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Vitória, Fabíola Calazans.

A coordenadora explicou que, quando esse tipo de situação, as-



FABIOLA CALAZANS: assistente social

sim como qualquer outra que implique em maus-tratos ou violência, chega para os Creas, imediatamente é feito um estudo de caso e, em seguida, a justiça é procurada.

"Como não temos poder de polícia e a gente depende dos outros atores para intervir nesses casos, encaminhamos um relatório com a denúncia para a Delegacia do Idoso", contou.

Fabíola também lembrou de outros casos que se caracterizam em abandono e negligência.

"Muitos familiares não receberam as equipes de saúde para dar a vacina contra a gripe. Isso também é negligência e, infelizmente, vem aumentando muito", lamentou a coordenadora.

NÚMERO

820 casos

de violência/maus tratos contra idosos foram reportados às prefeituras de Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha no período de janeiro a maio deste ano.

Crimes recorrentes:

**Negligência**

Falta de atenção às necessidades da pessoa idosa, colocando em risco a vida ou a saúde dela, através de condições degradantes ou privação de alimentos ou cuidados indispensáveis.

**Violência psicológica**

Caracterizada por insultos, ameaças e outros tipos de agressões verbais e gestos que afetam a autoimagem, a identidade e a autoestima do idoso.

**Violência física**

Caracteriza-se por gerar dor, golpear, lesar, gerando várias consequências para a vida da pessoa idosa, como perda ou abuso dos direitos humanos, o medo e a depressão.

**Violência financeira**

Exploração da renda e apropriação do patrimônio do idoso, às vezes obrigando-o a contrair empréstimos e outras dívidas ou a se desfazer de seus bens.

**Abandono**

Abandono de incapaz ocorre contra quem não tem capacidade de exercer a vida civil de maneira autônoma, não só idosos como crianças e deficientes mentais.

Principais motivações?

Atritos familiares, interesse financeiro por parte de quem comete o crime.

Perfil das vítimas:

> TEM ENTRE 60 e 90 anos.
> BOA PARTE são do sexo feminino
> A MAIORIA vive com filhos e irmãos.

Quem são os autores?

Os familiares, irmã, irmão e filhos.

Estatuto do Idoso

Instituído pela Lei 10.741 em outubro de 2003, o Estatuto do Idoso visa à garantia dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O QUE DIZ O ESTATUTO?

> ARTIGO 10 - É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

Fontes: Prefeituras de Vitória, Serra, Vila Velha Cariacica e Polícia Civil do Estado.

CASOS

Ameaçado por não entregar cartão

Foi por não aceitar entregar o seu cartão do banco ao filho que um idoso de 70 anos, morador de Vila Velha, sofreu graves ameaças. A vítima já havia solicitado medida protetiva contra o rapaz, de 23 anos, por agressão há alguns meses. Na ocasião, o jovem acabou preso.

Amarrado na própria cama pelo filho

Em Cariacica, um aposentado de 86 anos sofreu pelo menos três tipos de violência, causada pelo próprio filho. Morando na casa do idoso e sem paciência para cuidar do pai, o homem, que não teve a idade revelada, amarrado a vítima na própria cama e ainda se negou a oferecer produtos de higiene, alimentação, além de causar trauma psicológico.

Idosa é morta dentro de casa

A aposentada Atagildes Torzani de Moraes, de 77 anos, foi morta dentro da própria casa, em Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha, na última terça-feira. De acordo com a Perícia da Polícia Civil, em seu corpo, haviam sinais de estupro, espancamento e asfixia.

Reportagem Especial

CRIMES NA QUARENTENA

“Maioria dos crimes é praticada pelos filhos”

Boa parte dos crimes que foram registrados e que tiveram seus inquéritos concluídos na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso (Depi), em Vitória, foram praticados pelos próprios filhos da vítima. É o que afirma o delegado Márcio Braga.

“A maioria dos crimes é praticada por filhos que são usuários de drogas e ficam querendo tirar o dinheiro do pai ou da mãe, que são aposentados, justamente para comprar os entorpecentes”, explica o delegado titular da Depi.

O delegado destacou que, como muitos idosos não concordam em entregar o dinheiro ou seu cartão do banco ao filho, começa um processo de violência com as vítimas que pode culminar em vários tipos de crimes.

“Como o acusado não tem aquilo que queria, ele começa a xingar, ameaçar, fazer pressão psicológica e até agredir o idoso. Essas atitudes podem culminar em crimes como lesão corporal leve ou grave, ameaça, entre outros”, aponta.

Dentre os crimes mais praticados pelos acusados, de acordo com o delegado, lesão corporal, ameaça, apropriação em débito e extorsão, são os que lideram o ranking na delegacia.

Além do uso do dinheiro do idoso, outros motivos também desencadeiam os crimes cometidos contra eles.

“Às vezes, o filho ou até mesmo o irmão mora no mesmo terreno e não quer mais a presença do idoso ali. Daí começa uma briga que termina com a vítima agredida”, afirma o delegado.

Braga falou ainda sobre a importância de se denunciar os maus-tratos que culminam em diversos crimes. Segundo o delegado, na maioria dos casos que chegam à delegacia, idosos optam por não representar contra o agressor.

“Como na maioria das vezes o



MÁRCIO BRAGA diz que idosos evitam denunciar agressão feita pelo filho

agressor é o próprio filho, o idoso não quer representar contra ele. Com isso, eu não consigo pedir à Justiça, por exemplo, uma medida protetiva para evitar novas agressões ou crimes”.

O delegado informou ainda que a maioria dos idosos que são vítimas desses crimes sofrem de algum tipo de doença degenerativa, como Alzheimer.

Para impedir que esses crimes ocorram, o delegado orienta que as pessoas façam suas denúncias. “Ligue para 190 em casos urgentes, ou os canais das prefeituras”.

ONDE BUSCAR AJUDA

- CANAL DE DENÚNCIAS
- > DISQUE 100: de forma anônima e gratuita, atende 24 horas
- > APLICATIVO Direitos Humanos
- > CREAS DE CARIACICA: 3346-6320
- > CREAS DE VITÓRIA: 3132-1719 ou final 8065 e 3420.
- > CREAS DA SERRA: 3251-6022
- > DELEGACIA DO IDOSO: 3227-9545, das 8h às 18h
- > CIDADES: 190
- > DISQUE-DENÚNCIA: 181

Equipes sofrem ameaças durante as abordagens

Accionados pela justiça para fazer acompanhamento de idosos que sofreram algum tipo de violência, equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Grande Vitória acabam se tornando vítimas nas mãos dos próprios familiares dos idosos.

Isso porque, em boa parte dos casos, os familiares acabam ameaçando as equipes por não aceitarem o acompanhamento do idoso por parte das unidades.

“Nossa equipe é composta por psicólogos que estão habilitados a ouvir e orientar esses idosos. Então, como eles se abrem, a equipe acaba sendo ameaçada por apurar um problema emocional, por aqueles que seriam os supostos agressores”, afirma a secretária de assistência social de Vila Velha, Ana Cláudia Simões.

Segundo representantes dos Creas, em muitos casos, os familiares mais próximos, como filhos, irmãs(as), neto(as), se apropriam do salário e patrimônio do idoso e, quando as equipes vão para fazer o “resgate” da vítima, as ameaças começam.

“A violência contra o idoso co-

meça dentro de casa, em um lugar de intimidade. Quando chegamos para orientar que aquilo ali não está correto, muitos familiares não chegam nem a nos receber”, conta a Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Vitória, Fabíola Calazans.

Para Fabíola, a alta nos números de registros de maus-tratos e violência contra idosos está to-

talmente relacionada com o isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus.

“O impacto da Covid-19 está sendo muito maior do que se pensa. Além do

risco biológico, causa um problema social e psicológico muito grande, não só nesses idosos, mas em suas famílias”.

“Muitas das vezes, elas não estão sabendo lidar com esse momento de incertezas e acaba por fazer o mal contra esses idosos”, completou Fabíola.

JUNHO VIOLETA

Para lembrar do “Junho Violeta” – mês de combate à violência contra idosos –, a Prefeitura de Vitória convida a todos que usem tecidos roxos e coloquem sobre suas janelas.



ANA CLÁUDIA SIMÕES afirma que equipes são compostas por psicólogos que são habilitados a ouvir e dar orientações aos idosos

Delegacia registra 793 ocorrências

De janeiro a maio deste ano, a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso (Depi) registrou 793 ocorrências de crimes praticados contra idosos no Estado.

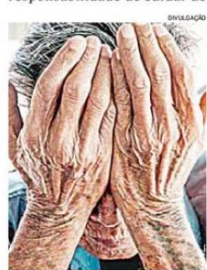
Desse número, 150 ocorrências geraram inquéritos policiais que foram ou estão sendo investigados pela polícia.

Pelo menos 557 pessoas foram chamadas na delegacia ou conduzidas até o local, na condição de suspeitos por terem praticado algum tipo de crime contra idosos, e liberados em seguida.

Segundo a Polícia Civil, todas os suspeitos assinaram um Termo Circunstanciado (TC) e foram liberados, para responder o processo em liberdade.

O titular da Depi, Márcio Braga, disse que não ter observado um aumento gradativo nos casos de maus-tratos que terminam em algum tipo de crime este ano.

Mas Braga salienta que o abandono de idosos pode ser envergado nas delegacias de plantão, em ocorrências de brigas entre familiares que não aceitam ficar com a responsabilidade de cuidar de



PESSOA IDOSA: furtos em casa

seus pais/mães.

“Às vezes, um irmão tenta criminalizar o outro porque ele próprio não quer cuidar do seu pai, da sua mãe e aí gera uma discussão que em muitas situações termina em agressão”, destaca o delegado.

FURTOS

Segundo a coordenadora da instituição do Lar Semente do Amor e que também faz parte da equipe do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa Idosa (Sead), da Serra, Viviane Guerra, além de sofrerem os mais diversos tipos de violência abordados nesta reportagem, há casos de idosos que sofrem furtos dentro de sua própria casa.

“Esse caso aplica-se principalmente a filhos e netos dependentes químicos, sobre os quais exigem-se medidas jurídicas cabíveis”, aponta Viviane.

ANÁLISE

“É necessário ter mais amor e empatia com o idoso”

Roberta Aguiar
Psicóloga de idosos e familiares



“A pessoa idosa vem conquistando espaço na sociedade, mas está distante de ainda ser alguém que é envergado e respeitado.

A sociedade ocidental ainda atrela a pessoa a sua capacidade de produção para o mercado. Sendo a pessoa idosa, em sua maioria, aposentada, fica à margem, colocada muitas vezes sem direito a voz ativa.

Isso e outros aspectos estigmatizados e rotulantes sobre a velhice acabam por reforçar discursos pejorativos que ofendem a pessoa idosa e reaçam a velhice como uma antessala da morte.

Enquanto não se modificar a forma de olhar para o ser humano, valorizando outros aspectos para além do financeiro, ainda penaremos enquanto cidadãos.

Os dados apontam que a maior frequência da violência aparece em contexto familiar, por alguém de confiança, com maior prevalência na negligência. Em se tratando de um período de pandemia, são preocupantes os modos das relações.

Para a solução deste problema, é necessário mais amor, empatia e modificar a forma de olhar para cada idoso”.